

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / UFJF

REVISTA LATINO AMERICANA DE TURISMOLOGIA

RLAT

ISSN 2448-198X

RLAT	Juiz de Fora	v.2	n.2	p. 1-93	Jul./Dez.	2016
------	--------------	-----	-----	---------	-----------	------

Universidade Federal de Juiz de Fora /UFJF



Reitor

Prof. Dr. Marcus Vinicius David

Editor Chefe

Thiago Duarte Pimentel

Vice-Reitora

Profª. Drª. Girlene Alves da Silva

Editor de Política Editorial

Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Profª. Drª. Mônica Ribeiro de Oliveira

Editor Científico

Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitora de Graduação

Profª. Drª. Maria Carmem Simões Cardoso de Melo

Projeto Gráfico

Gilberto Maurício Frade da Mata

Thiago Duarte Pimentel

Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa

Editoração

Gilberto Maurício Frade da Mata

Thiago Duarte Pimentel

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Ricardo Tavares Zaidan

Capa

Nivea Maria Ferreira

Revista Latino Americana de Turismologia – RLAT /
Universidade Federal de Juiz de Fora. – v. 2, n. 2 (Jul. /Dez. 2016). –
Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016 – . [on-line]
Semestral
Disponível em: <<http://rlaturismologia.ufjf.emnuvens.com.br/>>
ISSN 2448-198X
1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento – Teoria.

Editor Chefe

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Conselho Editorial

Alfredo César Dachary, Prof. Dr. – Universidad de Guadalajara (México)

Alonso Rodriguez Chaves, Prof. Me. - Universidad Estatal a Distancia / UNED (Costa Rica)

Arturo Gomez Santamaria, Prof. Dr. – Universidad Autónoma de Sinaloa / UAS (México)

Daniel Arthur Jacques Ghislain Hiernaux Nicolas, Prof. Dr. – Universidad de Queretáro (México)

Eduardo Yázigi, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)

Eloy Mendes Sainz, Prof. Dr. – Colégio de Sonora (México)

Jéssica Faustini Aquino, Prof^a. Dr^a. – Arizona State University / ASU (Estados Unidos)

José Lazaro Quintero dos Santos, Prof. Dr. – Univerdad Tecnologica Equinoccial / UTE (Ecuador)

Magnus Luiz Emmendorfer, Prof. Dr. – Universidade Federal de Viçosa / UFV (Brasil)

Maria Elena Monet Despaigne, Prof^a. M^a. - Universidad La Hanava (Cuba)

Robertico Croes, Prof. Dr. – Rosen College of Hospitality Management / UCF (Estados Unidos)

Rossana Campodónico, Prof^a. Lic. – Universidad de la República (Uruguay)

Stella Maris Arnaiz Burne, Prof^a. Dr^a. – Universidad de Guadalajara (México)

Subhash Kizhakanveatil Bhaskaran Pillai, Prof. Dr. – Goa University / Taleigao Plateau, Goa (Índia)

SUMÁRIO

ENSAIO TEÓRICO / THEORETICAL ESSAY / ENSAYO TEÓRICO

Turismo e Investigación	8
<i>Tourism and Research</i>	

Stella Maris Arnaiz Burne
Luis Antonio Anaya Rodríguez
Francisco Javier Ruiz Hermoso

Educación Universitaria y Turismo	15
<i>University Education and Tourism</i>	

Alfredo César Dachary
Fernanda César Arnaiz

ARTIGO ORIGINAL DE PESQUISA / ORIGINAL ARTICLE RESEARCH / ARTÍCULO ORIGINAL DE INVESTIGACIÓN

Distribución de la Oferta Educativa (OET) y de las Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT) en México	25
<i>Distribution of the Tourism Educational Offer (TEO) and Formal Structures of Research in Tourism (FSRT) in Mexico</i>	

Thiago Duarte Pimentel

ARTIGO DE REVISÃO DE TEÓRICA / THEORETICAL REVISION PAPER / ARTÍCULO DE REVISIÓN DE TEORÍA

Desafíos y Derroteros de los Estudios Laborales y la Flexibilidad Laboral en el Turismo: el caso Mazatlán, México	49
<i>The Routes and Challenges in the Work Force and Labor Flexibility Studies in Tourism: a case study of Mazatlán, México</i>	

Víctor Vladimir Sánchez Mendoza

ESTUDO DE CASO / CASE STUDY / ESTUDIO DE CASO

Usando el Método Investigación-Acción para el Diseño e Implementación de Estrategias de Gestión del Turismo Rural Comunitario en San Francisco Oxtotilpan, Temascaltepec, Estado de México	59
<i>Using Research Action Method to Design and Implementation of Management Strategies in Rural and Community Tourism in San Francisco Oxtotilpan, Temascaltepec, México</i>	

Daniela Palmas

PONTO DE VISTA / POINT OF VIEW / PUNTO DE VISTA

Tendencias y Posicionamiento de la Actividad Turística en México: problemas y retos	77
<i>Trends and Positioning of Tourism Industry in México: problems and challenges</i>	

Nadia Ilenia Peinado Osuna
Alejandro García Garnica

Normas para autores	90
<i>Guidelines for authors</i>	

Prezados leitores da Revista Latino Americana de Turismologia/RELAT, temos a satisfação de apresentar a segunda edição do ano de 2016, especialmente dedicada ao tema *Educação em turismo no México*, para a qual convergem contribuições de diferentes professores e pesquisadores mexicanos, argentinos e brasileiros, radicados no próprio país ou alhures tendo o México como alvo de suas pesquisas.

Esta edição está composta de 6 contribuições organizadas em 5 diferentes seções: 1) *ensaios teóricos*, 2) *artigos originais de pesquisa*, 3) *artigos de revisão teórica*, 4) *estudos de caso* e 5) *ponto de vista*.

A primeira delas é a de (1) *ensaios teóricos*, cuja função essencial é a de semear novas ideias e proposições teóricas, promovendo assim a reflexão teórica, o pensamento crítico e a elaboração de novos conceitos e suas implicações, contribuindo assim para a expansão de nossos sistemas interpretativos da realidade.

Em seguida, trazemos a seção (2) *artigos originais de pesquisa*, os quais se dedicam a apresentar resultados recentes de investigações, em curso ou já concluídas, cujos achados empíricos permitam testar, validar e expandir os conhecimentos existentes até o momento, ou ainda ampliar nosso repertório com informações estratégicas sobre a realidade, o que pode contribuir para a tomada de decisões, públicas ou privadas, e conseqüentemente o aperfeiçoamento e a profissionalização deste campo.

Já a terceira seção (3) *artigos de revisão teórica*, tem a finalidade de nos brindar com textos maiores do que um ensaio e mais sistematicamente arramados, em termos de sua estrutura, já que devem resgatar, de forma tão ampla quanto o possível, o estado da arte de um determinado tema da literatura especializada em turismo.

Em seguida, há a seção (4) *estudo de caso*, que se preocupa em trazer exemplos de situações empíricas reais onde se aplicou, testou, e/ou promoveu algum tipo de mudança planejada ou intervenção no sistema social turístico.

Ainda nesta edição trazemos à baila, a seção (5) *ponto de vista*, que diferentemente de um ensaio teórico ou de um artigo de revisão, tem o objetivo de discutir criticamente uma situação atual especificamente delineada, realizando um balanço, um diagnóstico e/ou possíveis recomendações de forma programática,

acrescentando de forma seletiva conhecimentos advindos da própria experiência do pesquisador na área.

Cumpramos ressaltar que todas as seções e suas contribuições possuem conteúdos especializados e são assinadas por autores importantes em suas respectivas áreas de atuação, reconhecidos nacional e internacionalmente ou ainda jovens professores e investigadores nesta rota, mas já em destaque entre seus pares. Assim, o presente número pretende ser uma boa mescla entre a tradição e a renovação.

Na seção inicial desta edição, *ensaios teóricos*, temos duas contribuições. A primeira delas, que abre o número, é o artigo intitulado *Educación Universitaria y Turismo*, de autoria dos professores e investigadores Prof. Dr. Alfredo César Dachary e Profª Drª. Fernanda César Arnaiz, da Universidad de Guadalajara (Campus de la Costa) e Universidad Anahuac (Campus Puebla), ambas no México, e que discute a relação entre o surgimento do turismo como fenômeno global, no início da segunda metade do século XX, e a exigência de uma rápida formação dos recursos humanos, o que se deu a partir de uma concepção muito limitada (leia-se operacional) do turismo. Porém, com o passar o tempo, a sua importância em termos, sobretudo, econômicos, tem levado a que essa atividade tente buscar graus mais elevados de reconhecimento e legitimação – social, político e, sobretudo, científico – porém, contradiatoriamente, esse processo requer uma quadro cada vez mais qualificado, que o afasta da visão puramente instrumental e econômica do turismo. No bojo deste processo gesta-se a educação em turismo, que precisa se adequar aos requisitos funcionais ora exigidos e, ao mesmo tempo, preparar os passos para a formação de um *staff* cada vez mais bem preparado, teórica, científica e culturalmente.

Ainda nesta seção, o segundo artigo é o ensaio teórico *Turismo e Investigación*, assinado pelos professores e investigadores Profª. Drª. Stella Maris Arnaiz Burne, Prof. Mto Luis Antonio Anaya Rodríguez, ambos da Universidad de Guadalajara (Campus de la Costa) e pelo Prof. Dr. Francisco Javier Ruiz Hermoso, da Universidad Anahuac (Campus Puebla), todas instituições do México. O texto em tela pretende resgatar a importância da investigação, em geral, e da investigação turística, em particular, em sua integralidade, como processo de adequação-compreensão-explicação da realidade, que fundamentalmente se manifesta pela tríade problema-teoria-método. Se por um lado essa

tríade abstrata supõe um processo de totalidade, por outro, a dialética do fazer científico requer seu aterrizamento no universo empírico, o qual, por sua vez, impõe, como se nota, uma necessária interdisciplinariedade, teórica, metódica e epistemológica, em função do problema-objeto investigado. A principal contribuição deste ensaio radica no fato de evidenciar a obrigatória interconexão entre produção de conhecimento (pesquisa) e sua transmissão (ensino). Afinal, como ensinar aquilo que não se conhece? Porém, essa visão integral de pesquisa-ensino (à qual poderíamos adicionar a de extensão, como algo inerente à *praxis*) requer, por sua vez, a formação do pesquisador em turismo; algo que só é possível quando a sua formação acadêmica lhe permite aproximar do turismo como um fenômeno complexo.

Na segunda seção, *artigos originais de pesquisa*, trazemos à baila o terceiro artigo deste número *Distribución de la Oferta Educativa en Turismo (OET) y de las Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT) en México*, de autoria do Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel, Diretor do Centro Latino Americano de Turismologia/CELAT e do Observatório Econômico e Social do Turismo/OEST, da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF (Brasil). No *paper* em tela propõe-se identificar e analisar como se articulam a oferta de ensino em turismo e as estruturas formais de produção de conhecimento na área no México. Para tanto, realizou-se uma pesquisa empírica, quantitativa, foi baseada num censo dos cursos de turismo do país, segundo seu Ministério da Educação. Os resultados, analisados segundo um protocolo de pesquisa, desenvolvido pelo autor e colaboradores em estudo anterior, permitiu observar a forte assimetria entre a OET e as EFPT, além de divergências internas à própria OET, com a preponderância dos cursos de graduação, sobretudo na área disciplinar de Economia e Gestão. Daí resulta que a OET necessita de ser reequilibrada entre diferentes tipos e níveis, bem como em relação à EFPT, de forma à se produzir um salto qualitativo na formação dos quadros para a atividade turística, pública e privada.

Abrindo a seção *artigos de revisão teórica*, o quarto artigo deste número, *Desafíos y Derroteros de los Estudios Laborales en Turismo México: el tema de la flexibilidad laboral*, de autoria do Prof. Dr. Víctor Vladimir Sánchez Mendoza, da Escola de Turismo da Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS, aborda os desafios, caminhos e os vazios existentes nas investigações acadêmicas sobre o trabalho na atividade turística. Em particular, o autor busca debruçar-se sobre a flexibilidade trabalhista, bem

como suas implicações e desdobramentos, à jusante, no que concerne aos egressos e sua formação recebida nos cursos de formação em turismo; seja à montante, nos vínculos trabalhistas, empregabilidade, estabilidade flexibilização das atividades e rotina de trabalho. Se, por um lado, existe uma escassa literatura trabalhista sobre turismo, e, em geral, dedicada às questões prescritivas, funcionalistas e positivistas, de adequação do trabalhador à empresa; de outro, no plano empírico, evidenciam as dinâmicas sociais que se apresentam no mercado trabalhista turístico e os envolvimento que delas surgem. O artigo faz um percurso breve do contexto internacional e nacional, onde se identificam algumas perspectivas teóricas sobre a flexibilidade trabalhista nesses níveis até chegar ao local, contextualizado em Mazatlán, Sinaloa (México). Os resultados mostram a escassez de estudos acadêmicos sobre o tema, ao que se adjunta recomendações sobre lacunas a serem preenchidas, tais como: facilitação ao acesso ao trabalho, desmitificação do tema como "acervo de luxo", falta de iniciativa e interesse dos pesquisadores, e diversificação dos programas de pós-graduação com linhas geração de conhecimento com estas questões.

Na quarta seção, estudos de caso, trazemos o quinto artigo, intitulado *El Método Investigación-Acción en el Diseño e Implementación de Estrategias de Gestión del Turismo Rural Comunitario en México: el caso San Francisco Oxtotilpan, Temascaltepec*, de la professora e investigadora Dr^a Daniela Palmas, de la Universidad de la Salle (México). Este artigo traz os resultados de uma pesquisa aplicada junto à comunidade de San Francisco Oxtotilpan, Temascaltepec, México, na qual tratou-se de aplicar os conhecimentos de gestão, em turismo rural, a fim de preservar seus elementos naturais e culturais. Para tanto, usou-se o método pesquisa-ação, seguindo o processo de intervenção para a gestão do patrimônio elaborado por Bermúdez (2004). Os resultados evidenciam o processo de aquisição de capital e alocação de recursos para a construção de infraestrutura turística, com vistas a aperfeiçoar a prestação de serviços turísticos, contribuindo assim para a realização coletiva de um projeto turístico comunitário, sua valorização e geração de renda.

Por fim, na quinta seção desta edição, *ponto de vista*, apresentamos o sexto e último artigo *Tendencias y Posicionamiento de la Actividad Turística: algunos problemas y retos para México*, de autoria dos professores e pesquisadores Nadia Ilenia Peinado Osuna, da Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS, e do Prof. Dr.

Alejandro García Garnica, da Universidad Autónoma de Morelos/UAM, cujo objetivo central foi descrever e analisar a importância e as tendências internacionais da atividade turística e seus desafios, particularmente no México. Partindo da assunção de que o turismo é uma atividade importante para o desenvolvimento dos países, seguem-se os questionamentos de: *Por que isso deve ser uma das prioridades econômicas alternativas para o futuro do país? Quais as principais tendências que continuarão no turismo em longo prazo? Qual o nível e o posicionamento do país no cenário internacional?* O texto em tela visa traçar um panorama da situação desta atividade econômica no México, bem como de apresentar tendências e perspectivas para o futuro, em médio e longo prazo, servindo assim de guia para a recomendação de possíveis cursos de ação e alocação de recursos para a atividade, tanto do ponto de vista privada quanto público. Todavia, alguns obstáculos identificados precisam ser superados para permitir o melhor reposicionamento do país nos rankings mundiais, dentre eles destacam-se: a insegurança relacionada ao crime organizado e à violência; falta de qualidade em

infraestrutura física e tecnológica; maior e melhor participação do governo em termos de alocação de investimentos e gastos públicos, diversificação da promoção e dos produtos turísticos; e por fim, a inclusão de temas relacionados ao impacto ambiental, responsabilidade social e sustentabilidade à agenda turística do setor no país.

É assim, com este conjunto de artigos que temos a satisfação da materialização deste número e sua apresentação, desejando a todos uma excelente leitura e aproveitamento do material, seja de forma acadêmica, de forma aplicada a prática da atividade ou ainda para a satisfação e desenvolvimento pessoal. A todos lhes convido a navegar nesta edição. Uma excelente leitura!

*Thiago Duarte Pimentel, Stella Maris Arnaiz Burne
& Alfredo César Dachary (Editores)*

EDUCACIÓN UNIVERSITARIA Y TURISMO

Alfredo César Dachary*

Fernanda César Arnaiz**

Resumen: El turismo, que emerge como un fenómeno global en el comienzo de la segunda mitad del siglo XX, requirió de una rápida formación de recursos humanos, los cuales se formaron a partir de una concepción muy limitada de lo que es el turismo, ya que debía ser operativa. En esa etapa el turismo era considerado como una industria sin chimeneas, un mecanismo para la paz y la amistad de los pueblos y otras visiones ideológicas que ocultaban la realidad. En cinco décadas, el turismo se fue afianzando como actividad global y la formación era congruente con la profesionalización de la misma. Cuando esta actividad intenta pasar a otro nivel y buscar el reconocimiento científico a través de la investigación, es que la situación entra en crisis. Hoy se da la doble distorsión entre una forma profesional no adecuada limitada al servicio, que deja de lado el desarrollo de la región y ciudad de acogida. Esta dualidad o contradicción entre la formación profesionalizante tradicional y un nuevo enfoque del turismo está en el centro de la formación del posgrado y la investigación sobre el tema.

Palabras clave: Turismo. Educación. Investigación.

UNIVERSITY EDUCATION AND TOURISM

Summary: Tourism, which emerged as a global phenomenon at the beginning of the second half of the 20th century, required a rapid training of human resources, which were formed from a very limited conception of tourism, only an operational one. At that stage tourism was considered as an industry without fireplaces, a mechanism for peace and the friendship of peoples and other ideological visions that concealed reality. In five decades tourism was becoming a global activity and training was congruent with the professionalization of it. When this activity tries to move to another level and seek scientific recognition through research, it is that the situation goes into crisis. Today the double distortion between an unsuitable professional form limited to the service, which leaves aside the development of the region and host city. This duality or contradiction between traditional vocational training and a new approach to tourism is at the center of postgraduate training and research on the subject.

Keywords: Tourism. Education. Research.

EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA E TURISMO

Resumo: O turismo, que surgiu como um fenómeno global no início da segunda metade do século XX, exigiu uma rápida formação dos recursos humanos, que foram formados a partir de uma concepção muito limitada do turismo, apenas operacional. Naquela época o turismo era considerado como uma indústria sem lareiras, um mecanismo para a paz e a amizade dos povos e outras visões ideológicas que ocultavam a realidade. Em cinco décadas, o turismo estava se tornando uma atividade global e o treinamento era congruente com a profissionalização do mesmo. Quando essa atividade tenta avançar para outro nível e buscar o reconhecimento científico através da pesquisa, é que a situação entra em crise. Hoje há dupla distorção entre uma forma profissional inadequada limitada ao serviço, que deixa de lado o desenvolvimento da região e da cidade de acolhimento. Esta dualidade ou contradição entre a formação profissional tradicional e uma nova abordagem ao turismo está no centro da formação pós-graduada e da investigação sobre o assunto.

Palavras-chave: Turismo. Educação. Pesquisa.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Dr. en Ciencias Sociales por la Universidad Leiden, Holanda. Master en Sociología en FLACSO, Chile. Profesor investigador Titular C, Centro Universitario de la Costa, Universidad de Guadalajara (México). Investigador Nacional Nivel II en el SNI, México. Director del Centro de Estudios para el Desarrollo Turístico Sostenible (CEDESTUR). Autor de numerosos libros y artículos en revistas científicas de Argentina, España, Colombia, Brasil y México. [alfredocesar7@yahoo.com.mx]

** Drª. en Turismo. Universidad Antonio de Nebrija, España. Maestra en Desarrollo Sustentable y Turismo. Universidad de Guadalajara, México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Nivel Candidato. Profesora Investigadora de la Escuela de Turismo y Gastronomía. Universidad Anahuac - Puebla, México. Autora del Libro: Ciudades Turísticas: Desarrollo e Imaginarios. El caso de Careyes y Nuevo Vallarta. [fermandacesaramaiz@yahoo.com.mx]

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Editores Científicos Convidados/ Invited Scientific Editors: Stella Maris Arnaiz Burne & Alfredo César Dachary (UDG).

Recebido em 23 de Setembro de 2016; aceito em 28 de Novembro de 2016; publicado online 31 de Dezembro de 2016.

Received on September 23, 2016; accepted on November 28, 2016; published online on December 31, 2016.

Seção revisada às cegas por pares/Double blind review section.

I ANTECEDENTES

A fines del año 2014 se publica una noticia referida a la competitividad en el empleo en el turismo, lo que sorprendió doblemente, primero porque se trataba de España, uno de los países con un gran desarrollo del turismo y, segundo, porque hacía referencia a la carrera de turismo en este país en que esta profesión es una de las pioneras a nivel mundial.

Se trata de un estudio de seguimiento de los egresados que sostiene que la Diplomatura en Turismo y la Ingeniería Técnica Forestal son las dos carreras universitarias con menos opciones en el mercado de trabajo español, y ello es debido a que en estas actividades se ha terminado contratando postulantes que no tenían ningún tipo de cualificación académica ni la universitaria ni ningún estudio previo más allá de la graduación básica.

A pesar de la gran oferta de empleo en el mundo del turismo, las cualificaciones académicas no parecen ser valoradas a la hora de las contrataciones puesto que el número de no diplomados en turismo en empleos que requieren esos conocimientos o habilidades según los resultados en el estudio es del 51.4%.

Este estudio generó un amplio listado con las titulaciones con menos salidas laborales, ya sea por la falta de ofertas de vacantes, o bien, porque las exigencias de contratación son mínimas, esto forma parte del primer mapa de empleabilidad que ha elaborado el Ministerio de Educación, y cuyos datos han sido la fuente para dar a conocer esta compleja situación.

Esto es más grave aún, ya que el 45% de titulados españoles trabajan por debajo de su cualificación, según las primeras grandes cifras de este informe, cuyo contenido se publicó, y este porcentaje, que dobla la media europea, denota un desfase entre la oferta y la demanda y refleja también una realidad muy específica del mercado español, con las tasas más altas de paro del continente, y dentro de éstas hay un 50% de desempleo juvenil (Álvarez, 2014).

Para elaborar este primer mapa de titulaciones y salidas profesionales, el Ministerio rastreó los últimos cuatro años de vida laboral de más de 190,000 universitarios de centros públicos y privados de 146 titulaciones, y éstos son alumnos que acabaron sus carreras en el curso 2009 - 2010.

Este hecho concreto coincide con varios análisis que se dan en las escuelas de turismo a nivel de Latinoamérica, incluyendo al caso de México, que es el líder del turismo en Latinoamérica, hecho que también se da en la Universidad de Guadalajara y específicamente en nuestro campus, que también tuvo una fuerte caída en las inscripciones muy por debajo de la media y hoy lentamente se va recuperando una parte de la matrícula, difícil de explicar en el segundo destino turístico de México, donde el empleo turístico es dominante.

El tema de la relación entre formación profesional y empleo es complejo en el turismo, como expresión de todo el sistema que ha mandado al empleo al sitio de precariedad ante la reducción de éste y su remplazo por tecnologías.

El turismo ha sido en la parte hotelera el último en ingresar al mundo de las reducciones de empleados, incrementos de horarios y contratación en negro, que en México es a través de "pagadurías".

La época del auge del empleo fue cuando éste se considera un oficio y así se capacitaba a los futuros empleadores, algo que fue muy exitoso en España y Latinoamérica, tal como lo plantea el texto "Gran turismo" (Martínez Fraile, 2013).

Cuando el turismo pasa a las universidades y quiere romper con el esquema tradicional del oficio a una profesión disciplinar es donde la situación tiene un doble problema:

- Primero, al ser considerado el turismo como un servicio, su universo se reduce a hoteles, restaurantes, agencias y algunos productos turísticos propios, por lo que a mayor capacitación hay menor solicitud por parte de los empleadores, lo cual genera una contradicción en el mercado laboral.
- La segunda, al no tener el turismo un paradigma científico de respaldo, se pretendió hacer del turismo un universo de investigación, que en realidad fue de estudios casuísticos, lo cual no pudo desplazar al pensamiento generado por las Ciencias Sociales que abarca todo el universo de análisis del turismo porque lo aborda desde una perspectiva amplia y referida a las diferentes teorías generales que albergan las Ciencias Sociales y las Humanidades.
- O sea, que el tema central es la definición de qué es el turismo para saber qué debe estudiarse, abarcar y cuáles serían las aplicaciones de éste en la compleja trama de actividades del turismo.

Esto nos remite al origen de los estudios del turismo, que comienzan con el análisis de una contradicción que profundizó y construyó una gran

dicotomía el pensamiento eurocentrista, base ideológica del colonialismo moderno, que es la otoredad, el diferente, el extranjero, el otro.

En el proceso de aceleración del capitalismo se dieron dos grandes guerras, las mayores masacres universales y de allí partió la idea que el turismo sería un mensajero de la paz, un nuevo lenguaje para que los pueblos se conozcan y las visitas permitan entender al otro, el diferente, pero todo esto ocurría dentro del período de la descolonización que se da al finalizar la Segunda Guerra Mundial y con ocaso definitivo del imperio británico.

Y esta idea ocultaba la otra cara del turismo, la de utilizar economías mínimamente desarrolladas, con grandes plantaciones en crisis, monocultivo, y abastecidas desde el centro del imperio, por otra que mantenga la relación neocolonial y haga de los antiguos colonizados la servidumbre del emergente turismo; se reproducía la relación colonial: los colonizadores visitaban el mundo “salvaje”, el “paraíso” de los colonizados y ellos eran los nativos buenos, domesticados, que recibían a los antiguos amos en su propia lengua colonial (César et. al., 2016).

De allí, el turismo como servicio desconectado de la realidad económica social de la región, como un enclave de felicidad para los que llegaban y una opción de supervivencia para los que lo servían, base de la fórmula del desarrollo desigual y combinado.

La otra visión como modelo se comenzó a planear en México con los Centros Integralmente Planeados (CIP's), en zonas aisladas y donde el desarrollo era casi imposible, pero el imaginario del paraíso generó el nacimiento de una ciudad: Cancún y un nuevo Estado: Quintana Roo; allí se construyó la ciudad turística y se fue levantando la ciudad de acogida, así el mundo turístico quedó dividido en dos partes opuestas y en contradicción: la zona hotelera y la colonia Puerto Juárez, la primera con todos los servicios, la otra con unos pocos y grandes carencias (Arnaiz y César, 2009).

Nuevamente una dicotomía: desarrollo y subdesarrollo, en un mismo lugar al igual que las islas, ¿Por qué? Porque el turismo es parte de un modelo que genera estas asimetrías, y las hace en su planeación en las zonas no planeadas, en todas las actividades, por ello es profundamente asimétrico y en las sociedades domina la pobreza.

En ese marco de emergencia del turismo de masas y grandes transformaciones políticas, emergen

los estudios del turismo, a diferencia de las otras carreras, son de los últimos en insertarse en las matrículas educativas, primero como tecnicaturas y luego, en el siglo XXI, como Licenciaturas.

Los estudios de turismo en España, país pionero en el turismo de masas, se inician por parte de la iniciativa privada en 1957/58 cuando se abrió el curso en Madrid, siendo ésta la primera Escuela de Turismo de España, bajo la iniciativa del Centro Español de Nuevas Profesiones (CENP).

El gran desarrollo del turismo en España durante la década de los 60' generó un *boom* de puestos de trabajo en las empresas y establecimientos dedicados al sector, lo que determinó la necesidad de organizar y regular de manera oficial la formación del personal que habría de ejercer estos nuevos oficios y profesiones para poder ocupar puestos técnicos a los cualificados en las empresas y entidades que llevaban a cabo actividades en el turismo.

En la década de los 60', se pusieron en funcionamiento diversos organismos públicos y privados destinados a la formación de especialistas, comenzando con el Instituto de Estudios Turísticos (1962) y luego las escuelas de turismo y hostelería repartidas por las principales capitales de provincia (Sánchez, 2001).

En 1963 se creó la Escuela Oficial de Turismo la cual tuvo su sede en Madrid e inició sus cursos en el año escolar 63/64. El decreto de creación de la Escuela como su reglamento preveían la creación y homologación de Centros no oficiales de especialidad similar, que podrían impartir las enseñanzas turísticas previa homologación por parte del entonces Ministerio de Información y Turismo.

El título que se daba era el de Técnico en Empresas Turísticas (TET), y se trataba de un título profesional que no tenía reconocimiento por parte del Ministerio de Educación y Ciencia pero que capacitaba a quienes se iban a dedicar profesionalmente a actividades relacionadas con el tráfico turístico.

El plan de enseñanza de la escuela Oficial de Turismo constaba de tres cursos y finalizaba con una prueba de reválida, tenía acceso a estos estudios quien estuviera en posesión del título de bachiller superior, y este plan de estudios estuvo vigente hasta 1980.

En 1980 se crea la carrera de Técnico en Empresas y Actividades Turísticas, cuyo plan de estudios se aprobó el 24 de octubre del mismo año y además estos estudios eran reconocidos por el

Ministerio de Educación y Ciencia que le otorgaban la equivalencia a una Diplomatura Universitaria (UDM).

2 NEOLIBERALISMO Y TURISMO

El proceso de cambio de era en el cual coinciden dos temas diferenciados, la caída del muro de Berlín y el ocaso de la URSS, con la implantación en los Estados Unidos y Gran Bretaña del neoliberalismo, con Ronald Reagan y Margaret Thatcher respectivamente, se reflejó en el empleo, en la economía familiar, ya que el estado del bienestar comenzaba a incomodar y en el pensamiento, se pasó de la reflexión a la casuística, de la visión interdisciplinaria a la ultra especializada, lo cual no podría dejar de reflejarse en el turismo.

En el año 2010 se puso en marcha el Plan de Bolonia en las universidades españolas y europeas, y se ajusta el Título de Grado en Turismo con arreglo al nuevo Plan de Bolonia, y afecta a las titulaciones, master y doctorados.

La industria turística en el Reino Unido tiene una pobre imagen como empleador, muchos de los problemas que esto acarrea están siendo rectificadas, como la alta rotación del personal e incentivos o las recompensas o beneficios. En el caso de ese país, los programas educativos, en general, emergen en función de las necesidades de recursos humanos de una sociedad en un entorno difícil; sin embargo, no se definen prioridades en los niveles nacional, regional o local (Amoah y Baum, 1997).

En este contexto, aún existen profesionales y estudiosos que siguen debatiendo sobre si el turismo es una disciplina o no, si es una ciencia o no, y en el Reino Unido y en otros países, el turismo no es reconocido por los gobiernos y las universidades como importantes ni legitimado en el campo de los estudios.

La educación en turismo en el Reino Unido ha sido acusada de preparar personas con conocimientos generales y que el aprendizaje incluye contenidos de otras disciplinas (economía, antropología, geografía, etcétera); mientras que las empresas turísticas tienden a buscar al recurso humano que no necesariamente cuenta con conocimientos, sino con más experiencia laboral o con entrenamiento específico (Regalado y Oré, 2009).

La experiencia de Canadá y Turquía de crear Comités Externos de Evaluación de Currículum,

donde se evalúa previamente al profesional que ingresa al sector, debería ser una política en educación turística y su implementación, y que no necesariamente debe ser definida por el Estado.

Los expertos ingleses Amoah y Baum proponen un modelo propio para la definición de una política de educación turística, la cual se basa en las convergencias entre el turismo y la educación en el ámbito nacional o provincial, ya que ambos sectores el turismo y la educación son dinámicos y están influenciados por un gran entorno social-político-económico y un entorno climático, además del mediático que plantea las ideas del sistema como realidades irreversibles.

Para Gough y Scott (1999), la gestión de la educación debe realizarse en un contexto de desarrollo de país, en sus regiones y luego en el ámbito local y de este planteamiento rescatamos: la necesidad de conocer las expectativas de los jóvenes en el desarrollo del país y de aquel que se enrola a estudiar turismo, investigar, analizar y explorar el entorno de los conocimientos locales y los requerimientos de las empresas o instituciones, se deben realizar focus group de enseñanza y aprendizaje con alumnos y usar conceptos para facilitar la investigación y el desarrollo de una currícula en educación para el turismo sustentable (Regalado y Oré, 2009).

Este planteamiento coincide con el inicio de este trabajo del estudio del mercado laboral, ya que en Europa, importantes universidades tienen Observatorios laborales, para ver por dónde se mueve el mercado y cuáles son las demandas de las empresas, y a ello hay que sumarle el hecho del crecimiento de las universidades corporativas.

El turismo mantuvo 3.2 millones de empleos directos en 2013 en México, incluidas posiciones en hoteles, agencias de viajes, líneas aéreas y otros servicios de transporte de pasajeros, restaurantes y ocio, según el estudio Viajes y Turismo: Impacto Económico 2014, México del Consejo Mundial de Viajes y Turismo (WTTC, 2015).

No obstante, apenas un 10% de esas ocupaciones requieren de profesionales graduados de alguna licenciatura y sólo entre 1% y 2% exigen Licenciados en Turismo y Hotelería o carreras afines. Con un volumen anual estimado en 90,000 nuevos profesionistas del ramo egresados de las universidades, el índice de desempleo es muy alto en México (Navarrete, 2014).

Estas cifras que exhibe México son una tendencia mundial y son ratificadas cuando analizamos los resultados que nos da el Observatorio laboral de México para el período 2013-2014, ya que ubicamos al empleo turístico en relación con otros sectores y profesiones (STPS - SNE, 2013-2014).

- Personas ocupadas por actividad: en este rubro el turismo entendido en la visión mínima, como un servicio, algo que hoy es obsoleto, porque se debe medir como en las Cuentas Satélites por el clúster, los resultados son los siguientes:
 - Turismo: 3,1 millones de personas (solo como servicio).
 - Sumar: construcción 3,6 + transporte 2,4 + turismo 3,1 = 9,1 millones, muy similar a las Cuentas Satélites de 8.5 PIB turístico.
 - No se toman en cuenta la industria de la construcción lo que llevaría a 11 millones de personas o más.
- Estructura porcentual por edad en cada actividad:
 - 16 a 24 años: 21.1%
 - 25 a 34 años: 23.0%
 - 35 a 44 años: 23.7%
 - 45 años y más: 32.1%
- Escolaridad por actividades:
 - Hasta primaria: 31.4 %
 - Secundaria: 36.8%
 - Profesional medio: 21.7 %
 - Superior: 10.1 %
- % por posición que ocupan en cada actividad:
 - Trabajadores subordinados y remunerado: 2.2%
 - Empleadores: 8.2%
 - Trabajadores por cuenta propia: 62.5%
- Distribución de mujeres empleadas por actividad:
 - Mujeres: 58.4 %
 - Hombres: 41.6 %
- Ingreso promedio por actividad:
 - 4,379\$ Turismo
 - 8,121\$ Educación y salud
 - 2,837\$ Agricultura
- Distribución geográfica en el país por actividad:
 - Noreste: 11.8%
 - Centro occidental: 23%
 - Sur sureste: 25.2%
 - Centro: 30.6%
 - Noroeste: 9.4%
- Estratificación por nivel de empleo por actividad:
 - Directivo: 3.2%
 - Mando medio: 0.7%
 - Operativo: 96.1%

Este cuadro del mundo laboral, coincide con las grandes inversiones y los grandes beneficios que le significan a nivel turismo internacional tener el puesto n°10 y a nivel de turismo interior estar en un 80 % del PIB turístico. Esto nos lleva a pensar que algo está funcionando mal.

De acuerdo a cifras anualizadas al segundo trimestre del 2014 de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), muestran que en el país existen 7.5 millones de profesionistas ocupados. Entre las cinco carreras con mayor número de profesionistas ocupados se encuentran Administración y Gestión de Empresas (758,706), Contabilidad y Fiscalización (732,136), Derecho (683,259), Formación docente para educación básica (nivel primaria) (320,474) y Medicina (287,861). Estas carreras concentran un poco más de un tercio de los profesionistas ocupados en el país esto con el 37.1 %. Entre las once profesiones y oficios no figura el turismo, siendo un gran empleador, situación que prende un foco rojo a esta profesión (STPS-SNE, 2013-2014).

La Declaración de la Conferencia de Ministros Europeos de Educación Superior de la Unión Europea (Declaración de Bolonia, 1999) permitió definir de forma clara las características y los objetivos del Espacio Europeo de Educación Superior (EEES) así como el Espacio Europeo de Investigación (EEI).

Los objetivos de este proyecto son:

- La armonización de los sistemas nacionales de titulaciones basada en dos ciclos secuenciales, el de grado (capacitación para integrarse en el mercado laboral) y postgrado (master y doctorado, que ofrecen una formación orientada a la profesionalización avanzada o a la investigación).
- El establecimiento del Sistema Europeo de Transferencia de Créditos (ECTS) permite la comparabilidad de los estudios, la movilidad e integración en el mercado laboral europeo de los estudiantes.
- El desarrollo de métodos de garantía de la calidad a través de mecanismos de evaluación, acreditación o certificación.
- La promoción de la movilidad académica y laboral de todos los implicados en el proceso de enseñanza-aprendizaje (estudiantes, profesores y personal de administración y servicios).
- La idea de la formación y aprendizaje a lo largo de la vida.
- La participación activa de los estudiantes, en particular, y la comunidad universitaria, en general, en el proceso de enseñanza-aprendizaje (Nel-lo y Pérez, 2008).

Los elementos claves en este nuevo modelo educativo son:

- El papel activo del estudiante en su formación siendo protagonista y responsable de su formación.
- El papel del profesor como orientador y no sólo transmisor de conocimientos.
- La adaptación del profesorado a las nuevas competencias requeridas mediante la implantación de planes de formación.
- El diseño de los planes de estudio en clave de competencias.
- La incorporación de nuevas metodologías de carácter activo como alternativa y complemento a las tradicionales.
- El diseño de un sistema de evaluación basado en la evaluación continua que tiene como objetivo la valoración de las competencias.
- La incorporación de las TICs en el proceso de enseñanza aprendizaje.
- El diseño e implantación de un plan de acción tutorial.
- La incorporación de prácticas profesionalizadas y el fomento de la movilidad internacional.
- La incorporación de sistemas de certificación de la calidad de la enseñanza. (Nel-lo y Pérez, 2008).

Esta formulación de Bolonia se ajusta a lo planteado por Amoah y Baum (1997) que es importante identificar enlaces entre la educación turística y el entorno económico, social y político, elementos claves por considerar y que pueden ser evaluados para definir políticas responsables para la educación turística, ya que ésta es una actividad en constante transformación, a consecuencia de los grandes cambios en la sociedad.

Detrás de esta posición está la visión de la universidad como una verdadera fábrica de técnicos en diferentes áreas que requiere el mercado, y en el caso del turismo la internacionalización implica conocer y vivir experiencias y así lograr una visión más global de esta profesión.

La competencia laboral emergió con fuerza en los años 80 en algunos países desarrollados, en especial en aquellos donde existía una mayor disparidad entre la oferta de cualificaciones ofrecida por el sistema educativo y las necesidades del sistema productivo, y por ello era necesario adecuar la formación de la mano de obra a un nuevo contexto económico cada vez más complejo. La respuesta se orientó al concepto de competencias laborales, como un enfoque integral de formación que desde su diseño pretende una conexión directa entre el mercado laboral y el sistema educativo (Mertens,

1996). La competencia de los individuos se deriva de la posesión de una serie de atributos (conocimientos, valores, habilidades y actitudes) que se utilizan de forma combinada para el desempeño del trabajo (Torres, 2015).

Esta posición es coherente con la concepción neoliberal que domina en la Unión Europea donde en el caso de los universitarios se forman para el mercado y no para poder hacer una crítica de los efectos e impactos del turismo en la sociedad además de ser buenos técnicos, lo cual reduce al mínimo las posibilidades de una mirada crítica, del verdadero papel del turismo en el sistema en la actualidad.

Los programas docentes adaptados al EEES cuentan con una característica esencial como es el control y registro de todo el proceso docente y ello permite realizar un seguimiento sistemático del mismo y, a partir de los resultados obtenidos, corregir o reconducir aquellos problemas que se detecten.

En los 60's se le cubrió al turismo de una identidad falsa como "la industria sin chimeneas" o cínica como el "mensajero de la paz" o utópica como el "camino al desarrollo"; hoy el pragmatismo le ha puesto un nuevo atributo el trabajador global, que se puede desempeñar en cualquier lugar teniendo como eje el idioma colonial, el inglés, y como metas mayor competitividad y una actividad certificada que garantice servicios eficientes.

Esto queda claro en el caso español en el Real Decreto que establece que los planes de estudios conducentes a la obtención de un título deberán, por tanto, tener en el centro de sus objetivos la adquisición de competencias por parte de los estudiantes, ampliando, sin excluir, el tradicional enfoque basado en contenidos y horas lectivas (García y Pérez, 2008).

Por tanto, se dota de una importancia central al desarrollo de competencias profesionales y en la necesidad de que los estudios sean capaces de habilitar en el desempeño de actividades de carácter profesional.

Esta versión profesionalizante limita el estudio del turismo a habilidades, y lo acerca más a un oficio que a una profesión, ya que se trata de tener las competencias, la experiencia y la aptitud para aceptarlo, trabajar en equipo y así lograr una mayor competitividad propia y de su compañía, meta individual y colectiva.

En el mismo Real Decreto se define a las competencias como la capacidad de aplicar conocimientos, habilidades y actitudes, al desempeño de la ocupación de que se trate, vinculando de esta manera este concepto al desempeño profesional en un ámbito de actividad. En esta misma línea, la Organización Internacional del Trabajo afirma que una competencia es la capacidad efectiva para llevar a cabo exitosamente una actividad laboral plenamente identificada (García y Pérez, 2008).

Cuadro 1: Competencias mejor valoradas en el Sector Turístico.

Responsables académicos	Sector Turismo	Titulados en Turismo
<ul style="list-style-type: none"> • Trabajar en inglés como lengua extranjera. • Orientación marcada de servicio al cliente. • Utilizar y analizar las TIC en los distintos ángulos del turismo. • Manejar técnicas de comunicación. • Comprender los principios del turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientación marcada de servicio hacia el cliente. • Trabajar en inglés como lengua extranjera • Definir objetivos, estrategias y políticas comerciales. • Utilizar y analizar las TIC en distintos ámbitos del turismo. • Manejar técnicas de comunicación. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabajar en inglés como lengua extranjera. • Comunicarse en forma oral y escrita en una segunda lengua extranjera. • Dirigir y gestionar los distintos tipos de entidades turísticas. • Orientación marcada de servicio hacia el cliente. • Evaluar los potenciales turísticos y el análisis prospectivo de explotación.

Fuente: Majó Fernández, 2005.

La denominación genérica de “disciplinas” son campos de conocimiento que, perteneciendo a ámbitos cognoscitivos más amplios (las Ciencias Naturales, Sociales, Formales), que son cultivadas de manera particular por un equipo académico y, por la otra, se insertan en el currículum como componente formativo.

El término “disciplina” tiene entonces, en el marco de esta propuesta, un sentido más restringido que el de “ciencia”, puesto que señala y designa una selección específica de contenidos del saber científico

que han sido puestos a disposición del proceso formativo, en el entendido que son clave para la construcción de una identidad profesional.

El término profesiones son aquellas certificaciones acreditadas que habilitan a un sujeto para desempeñarse en ciertos ámbitos problemáticos que les son reconocidos como propios. Por ello, disciplinas y profesiones no siempre coinciden en sus presupuestos epistemológicos, en su ontología y teleología, así como en la producción y validación de sus saberes, pero coexisten en el proceso y en la propuesta formativos (Hawes, 2009).

Las disciplinas tienen objetos relativamente bien definidos y se organizan en formatos internamente consistentes, con una matriz teórica unitaria, con sus propios léxicos, lógicas, criterios y ritos; incluso disciplinas que aparecen como la intersección de otras poseen una identidad que no se agota ni se traduce completamente en las disciplinas iniciales.

Las profesiones se caracterizan por la interdisciplinariedad, en el sentido que sus objetos no pueden ser entendidos sino en la articulación de diversas fuentes disciplinares, las cuales son organizadas por el sujeto para dar cuenta de la identidad profesional, así como para enfrentar los problemas o familias de problemas que son propios de la profesión.

Históricamente podemos partir de la revolución industrial, donde las profesiones instauraron un nuevo orden social ante la necesidad de propiciar la creación de tareas más especializadas, distribución de ocupaciones y diferenciación salarial; así se ha particularizado el uso del término que mediante la organización social existente lo generaliza como producto de las transformaciones producidas por la industrialización, la implicación de las operaciones intelectuales en materia de ciencia y de instrucción permitiendo al individuo especializarse en una ocupación y alcanzar mejor estatus.

En los albores del siglo XX, la profesión fue vista como posibilidad de desarrollo de la persona y el crecimiento de la sociedad, se condicionó por la vida social del hombre en todas sus cualidades y capacidades para responder a su vocación, lo que ha permitido revalorar las demandas de los sistemas productivos y reconocer la capacidad de las personas en sus ámbitos de desarrollo. Jorge Fernández Pérez (2001) señala que las profesiones se establecen como estrategias para practicar ciertas ocupaciones y

acreditarlas por los cuerpos colegiados de un gremio. Es así como se fortalece su sentido social y su capacidad retributiva en el mundo laboral (Peñaloza et. al., 2011).

Las profesiones, al involucrarse en la organización del mercado de trabajo, constituyen un medio para elevar la productividad en el desarrollo económico de un lugar y de las empresas que en él se presentan, las cuales revolucionan sus procesos y dan origen a una economía del conocimiento, donde el capital humano juega un papel decisivo en la orientación del trabajo y los cambios tecnológicos.

Pero al entrar al tema del turismo tenemos que enfrentar dos visiones diferenciadas: la de un servicio que limita la profesión a un oficio en términos amplios donde el principal empleador es la hotelería, y la que lo ve como un modelo donde el experto ya especializado en un área tiene mayores posibilidades de obtener empleos en el clúster del turismo que tiene una tendencia a expandirse y no limitarse a la hotelería que en empleo debe enfrentar la reducción por un lado y la fertilización por el otro.

3 EL TEMA EJE: ¿QUÉ ES EL TURISMO?

Las primeras escuelas de turismo, con una visión restringida, limitaban el empleo de los egresados a los tres pilares del servicio: las agencias de viaje, los hoteles y la restauración, esto es en los 60' cuando el turismo masivo emergía, y las vacaciones eran la expresión de un tiempo de descanso de la actividad industrial, por lo que los turistas eran verdaderos adoradores del sol, el mar y la arena, faltando una sola S para las cuatro (Turismo de las 4 S) que caracterizaba el turismo de la época.

El turista vivía en el hotel cuando éste estaba junto a la playa o se trasladaba a ésta, era la etapa del turismo estático, que a partir de los 80' comienza a evolucionar por uno dinámico hasta hoy que son viajes en busca de experiencias, en paralelo emerge el tema ambiental y ambos se integran en la propuesta del desarrollo sustentable en los destinos turísticos, donde el turista se integra a través de querer conocer el territorio del destino, y allí se puede enfrentar a la otra cara de la ciudad que no se quiere mostrar.

Por ello hoy hay una nueva perspectiva del destino o la región turística, ya que todo es territorio del turismo y por ello la ciudad debe ser tan segura, eficiente, limpia y atractiva como la zona turística, para ello hay que cambiar la visión del turismo y tomar una

categoría amplia, la de modelo, lo cual implica un análisis diferente al tradicional que siempre termina en los límites del hotel.

Esa nueva perspectiva ha faltado en los planes de estudio del turismo, además de que es imposible unificar un universo tan amplio en una carrera, mínimo deberían ser tres o más, quizás algunas como especialización para poder cubrir el amplio universo de esta actividad compleja y transversal.

4 CONCLUSIONES

Hemos simplificado las conclusiones en varias visiones del problema que son:

- Primero, el empleo turístico está migrando de lo tradicional: la hotelería y restauración a nuevas formas de alojamiento y a los productos de ocio que hacen a la verdadera fortaleza del destino.
- La emergencia de la economía colaborativa en un extremo y asociada a la juventud y en el otro el turismo de lujo, de alta performance, transforman al centro, los hoteles tradicionales de cinco, cuatro o tres estrellas en objetivo de los tiempos compartidos y los todo incluido, con lo cual se amplía la base media del turismo donde el precio desplaza a la calidad y a la diversidad.
- El negocio del turismo ha tomado diferentes rumbos; por un lado, la especialización en los parques temáticos, los guías especializados en temas antes impensables: pinturas, moda, arte, joyas, los nuevos modelos de alojamiento, nuevas formas de vender la gastronomía y de hacer de ella un verdadero modelo de producto muy amplio desde las catas de vino, las comidas temáticas, nuevos modelos de restaurantes boutique, entre muchas transformaciones, que también alcanzan a la forma de viajar por aire y tierra.
- El perfil del turista y sus nuevas formas de agrupamiento, muy diferentes al turismo familiar, determina zonas en los destinos, hoteles y restaurantes y nuevos productos de ocio adecuado a estos grupos.
- Los tiempos compartidos y nuevos modelos de negocios donde se vende la rotación, el ascenso, las oportunidades de cortos tiempos, la complementación con productos de ocio entre muchas más.
- La desaparición de las agencias de viaje y su remplazo por Internet, no solo para comprar boletos o paquetes sino para obtener un mejor perfil de lo que se quiere comprar, a través de las clasificadoras como TripAdvisor y otras evaluadoras, cuyos datos son asequibles a cualquier persona.

Todo esto es la consecuencia de la transformación y readecuación del sistema

hegemónico y el turismo, que se basa en ese modelo, adecua el suyo para estar acorde con las tendencias del mercado, guiado por los imaginarios colectivos de la sociedad.

Estos cambios no han sido asimilados por las escuelas de turismo en la mayoría de los casos y mucho menos los grandes problemas del desarrollo del modelo inmobiliario, cuya burbuja estalló en el 2008, precisamente en España en la Costa del Sol y otros centros turísticos internacionales y luego pasó a la geografía turística del Mediterráneo.

El desfase entre la nueva realidad social y los conceptos, experiencias y tipologías que se manejan en la educación turística reduce drásticamente la competitividad por un puesto de trabajo a un egresado frente a otra persona con experiencia directa en la actividad.

El turismo hoy debe buscar dar respuesta a los temas más generales y a los más particulares, como son:

- La región y la implantación del turismo, impactos, rechazos, beneficios, carencias y formas de solucionarlas, como recursos humanos, planificación clara que establezca el mercado y no genere una especulación permanente.
- La sociedad de acogida y el turismo, como entender a la sociedad de acogida y como trabajar el turismo y la relación con ésta. La medición permanente de la percepción social.
- La población y el empleo, las tradiciones y la cultura local frente al turismo, la naturaleza transformada y las creencias locales.
- El desarrollo urbano de los inmigrantes y la nueva sociedad emergente.
- El turismo residencial y la sociedad local, relaciones, contradicciones e interacciones.
- Los hoteles locales y los de firmas externas, división de zonas, tipologías y lógicas laborales.
- La región y la diversificación del ocio, los diferentes modelos de negocio y la relación con los capitales locales y regionales.
- El abastecimiento y la economía regional.
- Centralidades, corredores, polos y regiones en las áreas turísticas.

Estos puntos redefinen la concepción tradicional del turismo y con ello el planteamiento para bordar su estudio, definir su desarrollo, controlar su crecimiento y prevenir los problemas regionales derivados de una asimetría en constante crecimiento.

Esto implica un modelo educativo crítico y, a la vez integrador, con compromiso social y ético, algo

muy diferente al modelo tecnocrático donde las personas son números, sus problemas, rebeldías y sus aspiraciones, utopías, en una sociedad donde la asimetría llegó para quedarse.

REFERENCIAS

- Álvarez, Pilar (2014) Turismo y forestales son las carreras con peores salidas. Educación última el primer mapa de empleo universitario. Madrid. El País. 24/11. http://politica.elpais.com/politica/2014/11/24/actualidad/1416860826_272035.html
- Arnaiz Burne, Stella Maris y Alfredo César Dachary (2009) Geopolítica, recursos naturales y turismo. Una historia del Caribe Mexicano. México. Universidad de Guadalajara.
- (CENP) Centro Español de Nuevas Profesiones. <http://www.cenp.com/cenp-institucion/historia/>. - Amoah, Vanessa A. y Tom Baum (1997) Tourism education: policy versus practice. International Journal of Contemporary Hospitality Management. Vol. 9 Iss: 1. pp.5 -12, DOI <http://dx.doi.org/10.1108/09596119710157531>
- Bayón M., Fernando et. al. (1999) 50 Años del turismo español: Un análisis histórico y estructural. Madrid. Editorial Universitaria Ramón Areces.
- César Dachary, Alfredo et. al. (2016) Capitalismo, sociedad y turismo. México. Universidad de Guadalajara. (En prensa).
- García Manjón, Juan Vicente y María del Carmen Pérez López (2008) El grado en turismo: un análisis de las competencias profesionales. Murcia. Cuadernos de Turismo. N° 21. enero-junio. pp. 67-83. Universidad de Murcia.
- Hawes, Gustavo (2009) Las disciplinas profesionales y su enseñanza (18/07/16). <http://www.gustavohawes.com/Educacion%20Superior/2009%20DisciplinasProfesionesEnsenanza.pdf>.
- Majó Fernández, Joaquim (2005) Competencias o capacidades profesionales que deben aportar las nuevas titulaciones al sistema turístico. En Armonización de los estudios de turismo en el Espacio Europeo de la Enseñanza Superior. Valladolid, España. Universidad Europea Miguel de Cervantes.
- Martínez Fraile, Ramón (2013) Gran turismo. Mitos y verdades de uno los motores de la economía. Madrid. Empresa Activa.
- Mertens, Leonard (1996) Competencia laboral: sistemas, surgimiento y modelos. Montevideo. OIT.
- Navarrete, Georgina (2014) Carrera de turismo con un gran número de egresados y poco trabajo. México. Milenio 07/05/14 (Consultado 17 de julio 2016).

- http://www.milenio.com/negocios/Carreras-universitarias-relacionadas-hoteleria-absorcion_0_293370812.html?print=1.
- Nel-lo Andreu, Marta y Yolanda Pérez Albert (2008) El nuevo escenario de la educación universitaria: Experiencias del proceso de adaptación de las titulaciones de geografía y turismo al espacio europeo de Educación Superior. X Coloquio Internacional de Geo crítica. Diez años de Cambio en el mundo de la Geografía y de las Ciencias Sociales 1999-2008. Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona. <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/176.htm>.
- Peñaloza Suárez, Laura et. al. (2011) La profesión turística: ejes de explicación en su relación con la formación académica. México. Revista de la Educación Superior. Vol.40. N°160. Oct./dic. Versión impresa ISSN 0185-2760. (Consultada 17 de julio). www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185.
- Regalado Pezúa, Otto y Claudia Oré Butler. (2009) La Educación Superior en Turismo y las necesidades reales del Mercado. Revisión de literatura. Lima, Universidad ESAM, 71-p. Documento de trabajo N°23. http://www.milenio.com/negocios/Carreras-universitarias-relacionadas-hoteleria-absorcion_0_293370812.html?print=1.
- Sánchez Sánchez, Esther M. (2001) El auge del turismo europeo en los auges de los años sesentas. Arbor CLXX, 669 (Septiembre 2001), 201-224 pp. Consultado 18/07/16 <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/articulo/viewFile/918/925>.
- STPS-SNE (2013-2014). Observatorio laboral: Panorama anual, Resumen ejecutivo. México. www.observatoriolaboral.gob.mx. (Consultado 17 de julio)
- Torres Zamudio, Marleny (2015). Referentes de formación en educación superior. Área de conocimiento: Turismo. Colombia. Sophia. Vol. 11, N°2, p.185-205. Universidad la Gran Colombia. Consultada 18 de julio 2016. www.redalyc.org/pdf/4137/413740778006.pdf.
- (UDM). Universidad de Murcia. Escuela Universitaria de Turismo. Historia. <http://www.um.es/web/turismo/contenido/centro/conocenos/historia>.
- WTTC (2015) Viajes y Turismo: Impacto Económico 2014. México. Madrid. Consejo Mundial de Viajes y Turismo.

TURISMO E INVESTIGACIÓN

Stella Maris Arnaiz Burne*

Luis Antonio Anaya Rodríguez**

Francisco Javier Ruiz Hermoso***

Resumen: Quizás la principal forma de enseñar sea a través de la investigación, que logra que la casuística se transforme en universo real de una investigación y ponga a prueba teorías y métodos para abordar con mejores posibilidades este tipo de estudios. Los problemas a enfrentar son varios, pero hablaremos solo de tres de ellos, como los principales, comenzando por definir el universo de investigación, que implica definir una concepción del turismo. El segundo es el marco teórico, que es generalmente una integración de diferentes disciplinas a fin de lograr un enfoque interdisciplinario, pero el mismo estará determinado por la conceptualización del turismo y la profundidad temática de la investigación. El tercero es la metodología de la investigación, que se adecue a un marco teórico y que para ser operativa debe ser capaz de poderse leer desde una perspectiva interdisciplinaria. La formación del investigador en turismo solo es posible, cuando su formación académica le permite abordar el turismo como un fenómeno complejo, lo cual se logra en un posgrado especializado o en cursos específicos a tal fin. Pero esto es la parte nodal de la investigación, falta la operativa que implica trabajar con investigadores de otras disciplinas, lo cual a veces es muy difícil porque se consideran a éstos como externos al universo del trabajo, lo cual es una visión falsa, ya que la investigación en turismo viene desde otras disciplinas, ya que el turismo no es una disciplina y su marco teórico como el de todos los temas modernos es interdisciplinario.

Palabras clave: Turismo. Investigación. Interdisciplina.

TOURISM AND RESEARCH

Summary: Perhaps the main way to teach is through research, which makes casuistry become a real universe of research and test theories and methods to better address this type of studies. The problems to be faced are several, but we will speak only of three of them, as the main ones, starting with defining the universe of research, which implies defining a conception of tourism. The second is the theoretical framework, which is generally an integration of different disciplines in order to achieve an interdisciplinary approach, but the same will be determined by the conceptualization of tourism and the thematic depth of research. The third is the methodology of research, which is appropriate to a theoretical framework and to be operative must be able to be read from an interdisciplinary perspective. The training of the researcher in tourism is only possible when his academic training allows him to approach tourism as a complex phenomenon, which is achieved in a specialized postgraduate or in specific courses to that end. But this is the nodal part of the research, it lacks the operative that involves working with researchers from other disciplines, which is sometimes very difficult because they are considered external to the work universe, which is a false vision, since Tourism research comes from other disciplines, since tourism is not a discipline and its theoretical framework as that of all modern subjects is interdisciplinary.

Keywords: Tourism. Research. Interdiscipline.

TURISMO E PESQUISA

Resumo: Talvez a principal maneira de ensinar é através da investigação, que faz com que a casuística se transforme em universo real de uma pesquisa e ponha a prova teorias e métodos para abordar com melhores possibilidades este tipo de estudo. Os problemas a serem enfrentados são vários, mas focaremos aqui três deles, como principais, começando com a definição do universo da pesquisa, o que implica a definição de uma concepção de turismo. O segundo é o marco teórico, que geralmente é uma integração de diferentes disciplinas, a fim de lograr uma abordagem interdisciplinar, mas o mesmo estará determinado por uma conceitualização do turismo e pela profundidade temática da pesquisa. O terceiro é a metodologia da pesquisa, que se adequa a um marco teórico e que para ser operativa deve ser confiável para ser lida a partir de uma perspectiva interdisciplinar. A formação do pesquisador no turismo só é possível se sua formação acadêmica lhe permitir aproximar-se do turismo como um fenômeno complexo, o que é logrado na pós-graduação especializada ou em cursos específicos para esse fim. Mas esta é a parte nodal da pesquisa, falta a operacionalização que envolve o trabalho com pesquisadores de outras disciplinas, o que às vezes é muito difícil porque eles são considerados externos ao universo de trabalho, o que é uma falsa visão já que o turismo não é uma disciplina, sua pesquisa vem de outras disciplinas e seu *framework*, como o de todos os temas modernos, é interdisciplinar.

Palavras-chave: Turismo. Investigação. Interdisciplina.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Profesora investigadora de tiempo completo en el Centro Universitario de la Costa. Universidad de Guadalajara. México. Dra. en Antropología por la Universidad Laval, Québec, Canadá. Escribana y Abogada por la Universidad Nacional del Litoral, Argentina. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, nivel II. CONACYT. Autora de libros y artículos científicos en revistas de Argentina, Colombia, México y Brasil. [stellaarnaiz@yahoo.com.mx]

** Profesor de Asignatura en el Centro Universitario de la Costa de la Universidad de Guadalajara. México. Licenciado en Turismo y Maestro en Ciencias para el Desarrollo Sustentable y Turismo por la Universidad de Guadalajara. [anaya19@yahoo.com.mx]

*** Director de la Escuela de Turismo y Gastronomía de la Universidad Anahuac – Puebla. México. Licenciado en Relaciones Internacionales. Maestro en Ciencias para el Desarrollo Sustentable y Turismo y Dr. en Turismo por la Universidad Antonio de Nebrija, España. [javierruizhermoso@yahoo.com.mx]

Editor Chief/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Editores Científicos Convidados/ Invited Scientific Editors: Stella Maris Arnaiz Burne & Alfredo César Dachary (UDG).

Recebido em 23 de Setembro de 2016; aceito em 28 de Novembro de 2016; publicado online 31 de Dezembro de 2016.

Received on September 23, 2016; accepted on November 28, 2016; published online on December 31, 2016.

Seção revisada às cegas por pares/Double blind review section.

I INTRODUCCIÓN

Los estudios del turismo son históricamente los de más corta historia junto a los ambientales, los de derechos humanos o las cuestiones de género, nombrando los más significativos.

Sin embargo, la juventud no es la causa principal de una lenta respuesta a la necesidad de entender una de las dos grandes actividades olvidadas que están en todo el mundo y controlan los imaginarios de gran parte de las poblaciones de éstos: el deporte y el turismo.

Ambos por “coincidencia” han sido puestos en el extremo de una dicotomía, el tiempo libre y el laboral, expresión de una época que pasó, la industrial o de una idea religiosa en Occidente, sobre el trabajo y el ocio, hoy superadas por la nueva era post-industrial, donde la producción inmaterial ha logrado generar más valor que las tradicionales mercancías que formaban parte de la producción industrial.

Pero en realidad esa es una parte del problema, la otra es de orden epistemológico, ya que el turismo como el deporte, no tienen una teoría propia que los explique sino que los abordajes deben hacerse desde perspectivas transversales o interdisciplinarias en búsqueda de un paradigma sustituto que permita entender esa compleja realidad.

Por ello es que el tema es complejo y la falta de estudios teóricos es muy evidente por lo que hemos expresado y que, a su vez, tiene el lastre de que para la mayoría de los formados en turismo el tema es la búsqueda de una disciplina y no de una teoría que lo exponga, porque éstas son del siglo XIX y hoy en el XXI los temas y problemas han cambiado.

La crisis de la formación en turismo tiene dos polos enfrentados; por un lado, la falta de una profesionalización especializante, que remplace a la visión obsoleta de querer hacer del tema una carrera que por un lado se expresa en la reducción de las ofertas a los nuevos profesionales. Segundo, el querer enfrentar la investigación desde una formación amplia pero poco profunda, ya que es “decorativa”, porque parte de ninguna base teórica o un *pool* de teorías que intenten transformarse en un paradigma base.

2 EL TURISMO Y LA INVESTIGACIÓN

Partimos de la base de que el turismo no es una ciencia, es un oficio y como tal no requiere facultad

universitaria, sino buenas escuelas de formación profesional y esto no es un absurdo, ya que no hay ningún director de fábrica de autos que haya estudiado de automóviles, lo mismo que la mayoría de los directores de hoteles no son turistólogos (Martínez Fraile, 2013).

La vieja discusión sobre la que se asentó la dicotomía del turismo, disciplina o no, ha sido hoy superada por la realidad, ya que la mayoría de los prerequisites disciplinarios se han ido descomponiendo en algunos espacios académicos, que han adquirido importancia luego del 1945, cuando se pretende salir de la estructura disciplinaria que ha cubierto a sus miembros con una reja protectora y no ha alentado a nadie a pasar esa reja. Entre 1850 y 1945, el proceso de establecimiento de las disciplinas consistió en reducir el número de categorías en que podía dividirse la Ciencia Social, a una lista limitada que fuera más o menos aceptada en todo el mundo y a la cual nos hemos acostumbrado (Wallerstein, 1996).

El proceso que se inicia en 1945, con el fin de la guerra mundial y la emergencia del capitalismo como hegemónico, aunque enfrentado al socialismo de Estado, ha llevado a definir tres grandes problemas teóricos metodológicos, sobre los cuales se deben lograr consensos para poder superar las limitaciones heredadas de la “ciencia decimonónica”.

El primero es la relación entre investigador e investigación, algo que resumió, como la trayectoria del pensamiento moderno a comienzos del siglo XX, Max Weber al definirlo como el “desencanto del mundo”, que planteaba la búsqueda de un conocimiento objetivo sin limitaciones de ninguna sabiduría o ideología revelada o aceptada. Sin embargo, ningún científico puede ser separado de su contexto físico y social y que toda medición modifica la realidad en su intento de registrarla, de allí que la famosa “neutralidad” ha sido un obstáculo importante al aumento de valor de verdad a nuestros descubrimientos, mucho más en las Ciencias Sociales.

El segundo tema es insertar el tiempo y el espacio como variables constitutivas internas, si aceptamos éstos debemos poner a las construcciones sociales en el centro de nuestro análisis, para que no sean vistas o utilizadas como fenómenos arbitrarios, ya que los conceptos de tiempo y espacio son variables constitutivas del mundo y no fáciles de ubicar en el análisis.

El tercer tema es como superar el mundo de las disciplinas y los grandes reinos, lo político, lo social y lo económico, aquí emergen los temas que están por encima de estos reinos como el turismo, el desarrollo o la cuestión ambiental entre otros, y esto nos lleva a una práctica generalizada de la interdisciplina de “facto” (Wallerstein, 1996).

Esta lucha por superar el pasado ha transitado de la era industrial a la post-industrial, por lo que el paradigma del capitalismo, entendido éste como un sistema de creencias y supuestos que actúan conjuntamente para crear una visión del mundo integrada y unificada, y que al ser muy convincente y persuasivo se considera equivalente a la realidad misma, comienza quebrarse o a transformarse (Rifkin, 2014).

Este paradigma se ve atacado desde dos frentes diferentes, el primero es la interdisciplina, que une a campos anteriormente muy separados como la biología, la ingeniería, la arquitectura, las ciencias sociales y otras, que han puesto en entredicho la economía tradicional ligada a las metáforas de la física Newtoniana.

Allí emerge el segundo tema, la falta de relación entre la economía y las leyes de la termodinámica, especialmente la segunda, que sostiene que cualquier energía fluye de lo caliente a lo frío, de lo concentrado a lo disperso, del orden al caos, algo olvidado por la economía tradicional. De allí deriva la entropía que es la energía que no se puede volver a utilizar.

Toda la actividad económica, principalmente la de la era industrial, se basa en aprovechar la energía disponible de la naturaleza, en forma sólida, líquida o gaseosa y convertirla en productos y servicios, de allí que la factura entrópica de la era industrial ya ha vencido, y que por ello la acumulación de CO₂, es una de las causas del cambio climático.

Todos estos cambios, que afectan al capitalismo industrial lo comienzan a llevar a una nueva etapa, que es aquella que se conoce como la tercera revolución industrial (Rifkin, 2014).

Estos dos temas se vinculan directamente con el turismo, primero porque el turismo para ser estudiado se debe hacer un abordaje interdisciplinario, y el segundo hace referencia al desarrollo sustentable, base del turismo del siglo XXI.

Pero esta revolución tecnológica va a transformar a toda la sociedad y por reflejo al turismo que es una de las actividades centrales de la misma, siendo uno de sus nuevos ejes el denominado “Internet de las cosas”.

Éste conectará a las personas con todas las cosas en una red mundial integrada, y así cualquier aspecto de la vida económica y social estará conectado mediante sensores y programas, que enviarán cada día cantidades de imágenes y datos a cada nodo, empresas, hogares, vehículos, en cada momento y en tiempo real.

Este mundo de datos (Big Data) se procesa y transforma en algoritmos para mejorar la eficiencia termodinámica, aumentar drásticamente la producción y reducir casi a cero el coste marginal de producir y distribuir toda gama de bienes y servicios por toda la economía.

Los consumidores podrán programar su gasto de energía eléctrica, gas y agua, al igual que los servicios de alojamiento y eso permitirá que se mida la conducta de los consumidores por parte de los distribuidores por zonas para enviar lo que realmente la gente ocupa o prefiere.

El turismo urbano se dará en las nuevas *urbes*, conocidas como las ciudades inteligentes, edificios inteligentes, carreteras inteligentes y todos los servicios como la luz pública y los cubos de basura estarán monitoreados para ver tendencias y problemas.

Los países emisores podrán evaluar a los receptores para aconsejar al turismo de sus nacionales que ciudades visitar. En el 2013, la Embajada de Estados Unidos lo usó en Beijing y alertaba a la población, lo cual llevó al gobierno a tomar decisiones drásticas. También los ríos, lagos y mares estarán monitoreados, al igual que bosques y selvas.

Así el internet de las cosas rompe la forma en que habíamos organizado la actividad económica y ayuda a la humanidad a aumentar la productividad sin poner en peligro los ecosistemas. Utilizar menos recursos, pero de manera más eficaz, en el cambio de los combustibles fósiles a los renovables, con lo cual redefinen el paradigma económico.

En esta nueva era cada sujeto se transforma en un nodo del sistema nervioso de la biosfera, y todos los sistemas de infraestructura a través de la historia tienen tres elementos que interactúan entre sí y el sistema actúa como un todo: es un medio de comunicación, es una fuente de energía y es un mecanismo de logística.

El otro tema que revoluciona y combina lecturas muy diferentes es el auge del *procomún colaborativo*, ya que el modelo de la revolución industrial tradicional tenía como organizador de la sociedad al Estado y al mercado, el procomún es anterior al capitalismo y fue

una antigua forma de actividad auto gestionada: como la gestión del bosque, de los pastos, la caza, etc.

En la actualidad hay millones de personas en las redes sociales, lo que ha ayudado a que se expanda el procomún moderno. La medición “convencional” del PIB, se centra en el total de bienes y servicios sin ningún intento de diferenciar entre el crecimiento económico negativo y el positivo, así los grandes aumentos en eliminación de residuos, las fuerzas de represión, el sistema penitenciario y la seguridad de los empresarios se incluye dentro del PIB.

La democratización de la innovación y la creatividad en el incipiente procomún colaborativo están generando un nuevo modelo de aliciente que se basa más en el deseo de fomentar el bienestar social que en la recompensa económica, el Internet de las cosas es la base para un nuevo capitalismo, que divide en dos al mundo económico: el macro lo maneja el capital financiero mundial y el micro entre los ciudadanos, logrando ampliar el capitalismo colaborativo a sectores que están “fuera del mercado” (Rifkin, 2014).

Todos estos cambios inciden en el desarrollo del turismo que cada vez requiere de nuevas lecturas transversales para lograr entender su nueva lógica supeditada al mercado, base de la nueva sociedad del consumo.

Desde la visión de la antropología tenemos los estudios de Vicent Bouchard, que en su artículo “El nuevo colonialismo” plantea la disyuntiva de turismo u occidentalización, siendo sus ejemplos Nepal – Birmania y poniendo al final como disyuntiva la cooperación internacional o neocolonialismo (Bouchard, 2005).

Otro ejemplo es el que plantea Rodrigo Booth, al estudiar el caso del turismo y representación del paisaje, donde el Estado chileno es el que plantea la construcción del paisaje turístico de la Patagonia chilena para ocupar y explotar ese amplio territorio (Booth, 2008).

Desde otro ángulo, pero con la misma perspectiva de entender el turismo más allá de lo que representa y así descubrir lo que significa, está el análisis de Jurdao sobre el proceso de transición de los pueblos rurales de España, de los municipios de la Costa del Sol y la transformación de uso del territorio, la nueva sociedad que se genera, bajo el control de los nuevos “vecinos”, los turistas residenciales (Jurdao, 1990).

Desde la perspectiva socio-antropológica está la visión del turismo como colonialismo de Armando Bartra, quién afirma que el turismo es un epifenómeno del colonialismo que responde al gusto metropolitano por las riquezas de ultramar pero también por los climas benignos, los lugares remotos, las costumbres excéntricas, la comida heterodoxa y la sexualidad prohibida, el saldo es la turistificación generalizada del mundo denunciada y confrontada por movimientos ambientalistas. Surge entonces el discurso del “turismo sostenible” con que las grandes cadenas tratan de convencer de que son ecológicas y cuidan el agua, sólo porque recomiendan a sus clientes usar las toallas más de una vez, y también un turismo elitista de sofisticada rusticidad y precios prohibitivos. Sin embargo, el incluyente y masivo turismo popular sigue siendo socio-ambientalmente agresivo (Bartra, 2011).

Asociado a los imaginarios está la posición de Beatriz Martín de la Rosa, quien define a las islas como paraísos, que se construyen para el turismo sobre la base de las antiguas plantaciones, construidas con el trabajo esclavo (Martín de la Rosa, 2009).

Todos estos análisis que son una muestra de los esfuerzos que han sido realizados desde una perspectiva interdisciplinaria, básicamente desde la antropología y la sociología. Para poder hacerlos realidad se partió de tres puntos básicos o presupuestos:

- Definir el universo de investigación, que implica el definir una concepción del turismo.
- El marco teórico, que es generalmente una integración de diferentes disciplinas a fin de lograr un enfoque interdisciplinario, pero el mismo estará determinado por la conceptualización del turismo y la profundidad temática de la investigación.
- La tercera es la metodología de la investigación, que se adecue a un marco teórico y que para ser operativo debe ser capaz de poder leerse desde una perspectiva interdisciplinaria.

Esto nos lleva al otro extremo de la dicotomía inicial sobre qué es el turismo, nadie partió de éste como un servicio sino como un modelo que forma parte del sistema y como tal asume todas las contradicciones que la lógica general del mismo impone, destacando entre muchas, tres:

- Sociedad asimétrica contrastante: en el mundo de la periferia, el sistema construye realidades contrastantes, la ciudad del turismo con todos los servicios y un modelo ideal que se asocie a los imaginarios dominantes y frente a ella la ciudad de los trabajadores de éste que es lo contrario,

carente de servicios y con grandes problemas sociales, que terminan siendo una verdadera amenaza para ese desarrollo turístico, como es el caso mundialmente conocido de Acapulco.

- Una cultura remplazada: la cual es absorbida por el modelo del turismo y la transforma en un atractivo folclórico, vaciada de contenido y sentido y disociada de la población, es un producto más en venta.
- Una monoproducción: que lo hace dependiente de esta actividad de alta fragilidad, el modelo es altamente absorbente porque rompe el mercado laboral y obliga a los campesinos a abandonar sus tierras cuyo costo sube y buscar empleo en el modelo, quedando totalmente dependientes alimentariamente.

En muchos aspectos, los Estudios Turísticos parecen estar cada vez más divididos entre la aceptación completa del mercado, por una parte, y las preguntas del discurso, la cultura y la representación en el otro. Esta aparente fisura oculta también una creciente convergencia en torno a la importancia de la "cultura" y los análisis culturales en el turismo, provocada por un mayor compromiso con la teoría post-estructural y una retirada concomitante de la economía política.

En consecuencia, en este trabajo se evalúa el alcance y el potencial para una crítica radical revitalizada del turismo que se relaciona con las cuestiones de procesos de poder, desigualdad y desarrollo en el turismo sin dejar de reconocer la importancia de las diferencias culturales.

Algunos autores sugieren que la aparición de una sub-disciplina de Estudios Turísticos críticos, ha sacudido los fundamentos conceptuales y teóricos de la investigación en turismo y, al hacerlo, ha entregado una nueva visión de los reinos discursivos, simbólicos y performativos de experiencias de turismo. Si bien esto tal vez se ha traducido en una apreciación más sutil de las dimensiones sociales y culturales de poder manifiesto en el turismo (sobre todo en sus discursos dominantes y los marcos de representación), el énfasis en este último a expensas de los aspectos de producción y materiales del turismo y la movilidad, ha significado que el turismo a menudo aparece separado de las fuerzas del poder estructural que caracterizan el siglo XXI: el capitalismo y la globalización.

De este modo, consideramos que la investigación del turismo tiene que implicarse más con algunos de los principales temas y debates teóricos relacionados con los procesos de la globalización, el capitalismo y el

poder estructural si se trata de comprometerse con los problemas de importación de fondo relacionadas con la investigación crítica y la justicia social.

3 PRODUCCIÓN ACADÉMICA EN LAS PUBLICACIONES DEL TURISMO

El estudio de las revistas turísticas es una forma de poder conocer el gran universo temático de determinadas áreas del conocimiento, por lo que hemos tomado esa línea para tratar de ver como se ha desarrollado este pensamiento.

Entre los estudios pioneros sobre este tema en el turismo están los trabajos de Van Doren y Heit (1973), que le dan importancia al seguimiento de las revistas académicas, con el objeto de detectar tendencias y realizar una valoración crítica a las contribuciones al avance del conocimiento (Xiao y Smith, 2006).

Debido a que la revista *Annals of Tourism Research* es una de las más conocidas y con un largo período de publicaciones sin cortes, es que se presenta un estudio sobre ésta. Hasta la primera década del siglo XXI se habían realizado tres grandes estudios en esta línea, comenzando por el de Sheldon (1991), que se centró en las revistas turísticas de mayor calidad y que aparecen mayor número de referencias, comparó a *Annals* con *Journal of Travel Research* y *Tourism* y derivó que *Annals* es la que tiene mayor vocación académica y *Tourism Management*, mayor número de autores de Estados Unidos.

Le sigue el trabajo realizado por Kim (1998) que comparó *Annals* 1973-1997 que fueron 1,191 artículos, *Annals* 67% de los artículos una sola firma, 33% varios autores, y mostró que:

- Los cinco principales países de los autores eran: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Australia y Nueva Zelandia.
- Los Departamentos a los que pertenecían los autores eran: Turismo, Economía, Antropología, Sociología, Marketing, Ocio y Gestión y Ciencias Políticas.
- Se identificaron 88 temas y 631 subtemas.
- Los 10 principales temas fueron: economía, productos, desarrollo, metodología, geografía, antropología, psicología y ciencias políticas.
- Las regiones más estudiadas: países en vía de desarrollo, Tercer Mundo, Europa, Caribe y África.

En tercer lugar está el trabajo realizado por Swain, Brent y Long (1998) quienes hicieron el primer análisis del índice temático, estudiando, los títulos y las

referencias, como una forma de poder ubicar los grandes temas y las tendencias, que van cambiando acorde a las coyunturas mundiales (Xiao y Smith, 2006)

El trabajo tomó los últimos 30 años de *Annals* en períodos de cinco años y éste aborda tres grandes cuestiones: los principales temas por períodos, como ha variado a lo largo del tiempo las áreas temáticas y a qué conclusiones se pueden llegar en base a la variación temática, que se analizó en períodos de cinco años.

Así comenzamos por ver los temas que han aparecido por orden cronológico: Sociología, Geografía, Antropología, Gestión, Educación, Desarrollo regional, Comunicación intercultural, Historia, Comportamiento del consumidor, Medio ambiente, Ocio- tiempo libre, Metodología, Semiótica, Turismo como ciencia social, Peregrinaje, Arte, Feminismo, estudios de género y patrimonio (Xiao y Smith, 2006).

Un tema interesante es la evolución de los diferentes conocimientos que se van integrando a estos estudios de acuerdo a las coyunturas; en los 70's fueron Sociología, Geografía y Antropología; en los 80's se desplazó a los temas económicos y socioeconómicos y de gestión, pero emergiendo los temas culturales y medio ambientales.

En los 90's el conocimiento se da alrededor de grandes áreas temáticas, tendencia a la especialización, la crisis del socialismo real y la caída de su ideología, dio lugar a la consolidación del neoliberalismo y un gran retroceso en los estudios sociales, aunque un gran avance en los de tecnología.

En esta revista de larga tradición, que tiene sedes acordadas sea el idioma, en español es en la Universidad de las Islas Baleares, pero su sede central está ubicada en la Universidad de Wisconsin-Stout en Estados Unidos, ha recibido gran parte de los temas que se han escrito sobre el turismo. En este estudio de tres décadas se identificaron como las principales áreas temáticas de la investigación turística, trece, a saber:

- Metodología
- Desarrollo
- Impacto
- Organización y asociación
- Estados Unidos
- El turista
- Turismo intermitente
- Planificación
- Complejos turísticos
- Cultura
- Marketing

- Motivación
- Atractivos

Pero ésta no ha sido siempre una constante, sino que va cambiando a lo largo de los años, lo que permitió formar cinco grandes grupos temáticos que fueron del más antiguo al más moderno (Xiao y Smith, 2006):

- Tipología de turistas /Comunidad y desarrollo/ Experiencias
- Productos alternativos, aspectos y cambios socioculturales, regiones
- Geopolítica, literatura
- Investigación
- Métodos, marketing, gestión y medioambiente

Esto llevó a que se puede afirmar que en los treinta años que llevaba la revista para el 2005, hoy lleva cuarenta y un años, ciertos temas y lugares geográficos tienden a disminuir, pasando de las grandes disciplinas de las Ciencias Sociales a temas muy focalizados y desvinculados de la temática general, la casuística absoluta.

Así destacan los estudios sobre tipologías que provienen de la sociología y la antropología, además de estudios realizados por los investigadores de marketing, ya que hoy el tema es el mercado, la competitividad y la sustentabilidad.

En general, se afirma que se han reducido los estudios economicistas en favor de los socioculturales, y dentro de esto, como una búsqueda de los verdaderos orígenes del turismo han emergido los dos temas centrales: la metodología y elaboración teórica, que es fundamental para poder lograr darle al turismo una teoría central y lo que son los resultados o costos del turismo, los temas del desarrollo e impactos sociales, económicos y ambientales.

4 CONCLUSIONES

El turismo comenzó con los estudios del extranjero, del diferente, basado en la premisa colonial de la otioridad y luego pasó a ser un tema económico hasta que las Ciencias Sociales lo toman y lo vinculan a una nueva forma de colonización, para unos, y la expansión del imperialismo, para otros; al final son las dos caras de una misma moneda.

Hay una etapa inicial que podríamos decir que fue utópica o "inocente", pero que en realidad lo que se pretendía es hacer del turismo un hecho casi mágico, y ocultar sus costos y externalizaciones, en su proceso de expansión y enfrentamiento durante la guerra fría.

En los 80', cuando emergen las escuelas de turismo, ya había una larga experiencia del turismo enseñado como oficio, comenzando con el caso español, se replantea el turismo en Latinoamérica, donde comienza a verse como una opción universitaria.

Entre las facultades que se crean e imponen en Argentina está la Facultad de Turismo de la Universidad de Comahue, cuyo creador fue un arquitecto, un pionero en los estudios del turismo: Roberto Boullón.

Al analizar los objetivos de la misma vemos la falta de una base teórica para entenderlo y más investigarlo. Así se considera al turismo como una idea de que el mismo genera interrelaciones sociales, económicas, culturales, físico-ambientales y políticas que permiten conceptualizarlo como un fenómeno social y definen un conjunto de problemáticas específicas.

Desde otra perspectiva, puede analizarse al turismo como una situación que -independientemente de desarrollarse en los tiempos formales vacacionales - da lugar en los sujetos a comportamientos y actitudes particulares apoyados en el cambio de escenario y su sentido de ruptura de lo cotidiano.

El ejemplo es una constante en todas las escuelas y facultades que enseñan el turismo, las cuales parten de un doble presupuesto, se cree por un lado que el profesional puede pasar a ser investigador con la formación que tiene para cubrir un oficio, lo cual no es así, y la segunda se considera que dando elementos de teoría, metodología e investigación el profesional sería exitoso, ambas premisas educativas son falsas.

El tema de la investigación en turismo lo es para muchas profesiones desde las de derecho, contabilidad y administración, entre otras, hay que saber dividir la formación profesional para una actividad que es más práctica de la de formar un futuro investigador.

Nosotros planteamos como conclusión tres caminos diferentes:

- Primero el más racional es dividir la carrera en terminales y una de ellas sería la de formar investigadores para lo cual se requería una planta docente más especializada.
- Segunda, es promover los postgrados en otros temas acorde con el interés de investigación, para lograr una formación complementaria.
- La tercera, crear un programa especializado para turistólogos en formación de investigadores, una

especie de especialización en la cual se combinen la teoría y la praxis.

El tema de la investigación y turismo va más allá de lo que se pretende en estas escuelas, ya que la necesidad de lograr una teoría es un reto que implica el aceptar tres cosas que difícilmente la asumen los profesionales de turismo:

- Inexistencia de una teoría central que explique el turismo.
- El trabajar en equipos interdisciplinarios.
- El aceptar que el turismo no es una disciplina sino un fenómeno complejo que forma parte de un todo o totalidad social y que ésta es la que lo determina en casi su totalidad.

REFERENCIAS

- Bartra, Armando (2011). El viaje circular. *La jornada del campo*. N°50. México, 19 de noviembre. <http://www.jornada.unam.mx/2011/11/19/cam-viaje.html>.
- Booth, Rodrigo (2008) *Turismo y representación del paisaje. La invención del sur de Chile en la mirada de la Guía del Veraneante (1932-1962)*. Debat, 16 de febrero.
- Bouchard, Vicent (2005) Un nuevo colonialismo. *Pueblos. Revista de información y debate*. <http://www.revistapueblos.org/spip.php?article253>.
- Jurdao, Francisco (1990) *España en Venta*. Madrid. Endymion.
- Martín de la Rosa, Beatriz (2009) *Turismo en ecosistemas insulares. Antropología en el paraíso*. Tenerife. ACA y PASOS.
- Martínez Fraile, Ramón. (2013) *Gran turismo, mitos y verdades de uno de los motores de la economía*. Barcelona. Ediciones Urano.
- Rifkin, Jeremy (2014) *La sociedad de coste Marginal Cero*. Buenos Aires. Paidós.
- Wallerstein, Immanuel (Coordinador) (1996) *Abrir, las ciencias sociales*. México, Siglo XXI.
- Xiao, Honggen y Stephen L. J. Smith (2006) La génesis de la investigación turística. El análisis de una publicación de ciencias sociales. *Annals of Tourism Research en español*. Vol. 8. N°1. p. 131-151.

DISTRIBUCIÓN DE LA OFERTA EDUCATIVA (OET) Y DE LAS ESTRUCTURAS FORMALES DE INVESTIGACIÓN EN TURISMO (EFIT) EN MÉXICO

Thiago Duarte Pimentel *

Resumen: Este artículo identifica oferta educativa en turismo (OET), en sus diferentes tipos y niveles, así como la oferta de estructuras formales de investigación en turismo (EFIT) en México, con el fin de correlacionar la enseñanza y producción del conocimiento en el área. Por lo tanto, se realizó una revisión de la literatura sobre los órganos y las estructuras formales (núcleos, grupos, observatorios, centros, etc.) dedicados a la investigación turística y su relación con la educación en turismo. La investigación empírica, de carácter cuantitativo, se basó en un *survey* censitario de todos los programas de turismo existentes en el país, según la Secretaría de Educación Pública del país. En base al listado de IES se verificó la existencia de OET individualmente en todas las IES, por medio de sus sitios electrónicos, según el protocolo de investigación desarrollado en un estudio previo (Pimentel y Paula, 2014), y también la oferta existente de EFIT. Los resultados muestran la fuerte asimetría entre OET y EFIT, además hay discrepancias internas en la OET, como por ejemplo la preponderancia de los programas de licenciatura, en el área temática de economía y gestión. Se deduce que la OET necesita ser equilibrada entre sus diferentes tipos y niveles, así como un mejor conocimiento relacionado con la producción de estructuras (EFIT), para que se logre un cambio cualitativo en este campo profesional.

Palabras clave: Oferta Educativa en Turismo/OET. Estructuras Formales de Investigación en Turismo/EFIT. México.

DISTRIBUTION OF THE EDUCATIONAL OFFER IN TOURISM (EOT) AND FORMAL STRUCTURES OF RESEARCH IN TOURISM (FSRT) IN MEXICO

Abstract: This paper identifies and analyses the educational offer in tourism (EOT), in its different types and levels, as well as the provision of formal tourism research structures (EFIT), in México, in order to correlate the teaching and production of knowledge in tourism. To do this, we carried out a literature review of the on the formal systems and structures dedicated to research in tourism (cells, groups, observatories, centers, etc.). The quantitative empirical research was based on a survey of all tourism programs in the country, according to the Mexican Ministry of Education. The existence of EOT was verified individually in all HEIs, through their electronic sites, according to a research protocol developed in a previous study (Pimentel and Paula, 2014), as well the offer of EFIT. The results show the strong asymmetry between OET and EFIT, as well as internal discrepancies in the EOT, such as the preponderance of undergraduate courses in the economics and management thematic area. It follows that the EOT needs to be balanced between its different types and levels, as well as better knowledge related to the production of structures (EFIT), in order to achieve a qualitative change in this professional field.

Keywords: Tourism Educational Offer/TEO. Formal Structures of Research in Tourism/FSRT. Mexico.

DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL EM TURISMO (OET) E DAS ESTRUTURAS FORMAIS DE PESQUISA EM TURISMO (EFPT) NO MÉXICO

Resumo: Este artigo visa identificar a oferta educacional em turismo (OET), em seus diferentes tipos e níveis, bem como a oferta de estruturas formais de pesquisa em turismo (EFPT) no México, com o fim de correlacionar o ensino e a produção de conhecimento em turismo. Portanto, realizou-se uma revisão da literatura sobre sistemas e estruturas formais dedicados à pesquisa em turismo (núcleos, grupos, observatórios, centros, etc.). A pesquisa empírica, quantitativa, foi baseada num censo dos cursos de turismo do país, de acordo com seu Ministério da Educação, verificou a OET individualmente em todas as IES existentes, através de seus sites, de acordo com protocolo de pesquisa desenvolvida em estudo anterior (Pimentel e Paula, 2014), e também a oferta de EFPT. Os resultados mostram a forte assimetria entre OET e de EFPT, além de divergências internas na OET, como a preponderância dos cursos de graduação na área disciplinar de Economia e Gestão. Daqui resulta que a OET necessita ser reequilibrada entre diferentes tipos e níveis, bem como um melhor conhecimento relacionado com a produção das EFPT, de modo que se logre um salto qualitativo neste campo profissional.

Palavras-chave: Oferta Educativa em Turismo / OET. Estruturas Formais de Pesquisa em Turismo /EFPT. México.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* PhD en Ciencias Sociales por la Universidad Federal de Juiz de Fora/UFJF. Master en Gestión de Empresas y Licenciado en Turismo (Planeación Integral) ambos por la Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Professor de tiempo completo e investigador en el Depto de Turismo de la UFJF. Professor en los programas de licenciatura en Ciencias Humanas y de Turismo, en el postgrado en Ciencias Sociales (M/D), y Gestión de Empresas (M), ambos de la UFJF. Visiting scholar en EUA, México, Cuba, Ecuador. Miembro de la Asociación Internacional de Peritos Científicos en Turismo/AIEST. Universidade Federal de Juiz de Fora. Inst. De Ciências Humanas, sl A-II-08. R. José Lourenço Kelmer, São Pedro, Juiz de Fora, Minas Gerais (Brasil). CEP.: 36036-330. thiagodpimentel@gmail.com

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Editores Científicos Convidados/Invited Scientific Editors: Stella Maris Amaiz Burne & Alfredo César Dachary (UDG).

Recebido em 23 de Setembro de 2016; aceito em 28 de Novembro de 2016; publicado online 31 de Dezembro de 2016.

Received on September 23, 2016; accepted on November 28, 2016; published online on December 31, 2016.

Artigo convidado/Invited paper. Seção revisada às cegas por pares/Double blind review section.

I INTRODUCCIÓN

Para llevar a cabo el proceso de toma de decisiones en una organización burocrática (Weber, 1978 [1968]), de carácter público, es decir, dentro del estado, o de carácter privado, en las empresas, es esencial tener informaciones sobre el entorno para que se haga la correcta lectura y adaptación de la organización al ambiente (Weick, Sutcliffe y Obstfeld, 2005). La posibilidad de elección de los mejores cursos de acción requiere, por lo tanto, un conjunto de informaciones precisas y que estén disponibles a los interesados (Buckley, 1970; Katz y Kahn, 1976).

Sin embargo, esto es un supuesto identificado por Hebert Simon (1965), de lo cual se deriva que la información de mejor calidad tiende a crear escenarios más precisos y, por lo tanto, una mejora en la capacidad de elección de los cursos de acción y de toma de decisiones – lo que no garantiza la eficacia de su implementación. Contrario a esto, la ausencia de conocimiento (información) sobre una situación real impone restricciones a la toma de decisiones y, por lo tanto, una dudosa calidad en la elección de los cursos de acción tiende a crear problemas de implementación de las políticas o acciones organizacionales.

Diversos estudios coinciden en que las regiones turísticas deben enfrentar los retos ocasionados por la crisis global, a través de innovaciones en sus sistemas de políticas públicas, con el fin de mantener y, cuando posible, mejorar la competitividad del sector turístico. Así, las políticas públicas¹ juegan un papel estratégico en determinada región, para alcanzar, mantener y amplificar el nivel de competitividad turística. Pero, para que operen con razonabilidad, sistemas de información y apoyo a la toma de decisiones son imprescindibles.

En este sentido, se considera que cualquier política pública que se desee implementar en determinado territorio debe estar fundamentada y respaldada por datos estadísticos confiables, así como por estudios de mercado que examinen y consideren todos aquellos agentes que están involucrados y las necesidades de

cada uno de ellos. Todavía no hay aparatos institucionales – del Estado, del sector privado o de organizaciones de la sociedad civil² – para producir este tipo de información indispensable a la elección y asignación de los recursos en la realidad. La información y los datos disponibles – tanto de carácter cuantitativo como cualitativo – en lo que se refiere a la actividad turística es insuficiente y limitada. Esta es una condición que afecta tanto al sector público, como al sector privado. Al primero pues impide los posicionamientos más ajustados sobre la planificación, inversión e implementación de políticas públicas que beneficien y contribuyan al desarrollo de esta actividad. Al segundo por el aspecto que las empresas no cuentan con la información estadística ni herramientas adecuadas, que les ayude a fundamentar la toma de decisiones a nivel empresarial.

Bajo esta lógica, el desarrollo de un Centro de Investigación, por ejemplo en Turismo, puede apoyar al estado en sus designios, a través de la producción de las informaciones necesarias para al conocimiento de la realidad. En el tema del turismo, los centros de investigación son recientes en el mundo, y sobre todo donde no hay una política sobre su actuación o un consenso sobre lo que hacen y/o como lo hacen.

En este escenario el presente estudio tiene como objetivo identificar y analizar la existencia y la distribución de la oferta educativa en turismo (OET), en sus distintos tipos y niveles, y su relación con la producción de conocimiento científico en turismo, y de sus estructuras formales de investigación (EFIT). Específicamente se buscó realizar: (1) el mapeo de las Instituciones de Educación Superior (IES) en México y las que ofertan programas de turismo; (2) la identificación de la OET en sus diferentes niveles de grado y posgrado, su clasificación en áreas temáticas y énfasis de estudio; (3) la identificación de la posición institucional de la OET; (4) la identificación de Estructuras Formales de Investigación (EFIT) vinculados a las IES con OET; y (5) la existencia de publicaciones científicas vinculadas a dichas IES.

¹ La política pública está en todas partes y preocupa a los responsables públicos y privados, asimismo mueve a las ciencias sociales (Thoening, 1997). Las políticas públicas son “las sucesivas respuestas del Estado (del “régimen político” o del “gobierno de turno”) frente a situaciones socialmente problemáticas (Vargas, 2012). Tomando como base esta definición podemos comprender la “Política Pública” como la principal fuente utilizada por el gobierno para responder y ofrecer solución a los problemas existentes en una región. El análisis de políticas públicas no es en sí mismo un fenómeno completamente nuevo. Antes de su conversión en una rama específica, y cada vez más desarrollada de la ciencia política, estudios concretos, aquí y allá, habían se interesado en

los “productos” de la acción pública (Meny y Thoening, 1992). Para Aguilar (1992) las políticas son el diseño de una acción colectiva intencional; el curso que toma la acción como resultado de las decisiones e interacciones que comporta y, en consecuencia, los hechos reales que la acción produce. En éste sentido, las políticas son el curso intencional de acción que sigue un actor o un conjunto de actores al tratar un problema o tema de interés.

² En este artículo se considera sociedad civil organizada, los grupos, como las asociaciones que participan de los procesos políticos en defensa de los intereses sociales.

La investigación tiene como fundamentación teórica la discusión sobre la formación y educación superior en turismo, así como sobre las estructuras de producción de conocimiento.

El argumento central que sustenta este trabajo es que hay una fuerte asimetría cuantitativa entre la OET y los EFIT, y que una expresiva parte de la OET necesita desarrollar estructuras formales de investigación en turismo para que haya un salto cualitativo en el desarrollo del área en México.

La parte empírica, de carácter cuantitativo, se basó en un *survey* censitario de todos los programas de turismo existentes (OET) en México³, según la Secretaría de Educación Pública de México. Se verificó la existencia de OET individualmente en todos las IES, por medio de sus sitios electrónicos, según protocolo de investigación desarrollado en un estudio previo (Pimentel y De Paula, 2014). A partir del listado de IES, también se identificó la existencia de EFIT.

Los resultados muestran la fuerte asimetría entre OET y EFIT, y además hay discrepancias internas dentro de la propia OET (como la preponderancia de programas de licenciatura). Se deduce que la OET necesita ser equilibrada entre sus diferentes tipos y niveles, así como de más conocimiento relacionado con la producción de estructuras (EFIT), con el fin de que sea posible proporcionar un cambio cualitativo en este campo profesional.

El texto está organizado en cinco partes. La primera, que es esta introducción, expone las ideas centrales del trabajo, su justificación y el contexto de realización del estudio. En el segundo apartado se discute, en particular, el tema de las estructuras formales dedicadas a la investigación en turismo, dentro de las cuales se subrayan los centros de investigación, en general, y los observatorios, en particular. En la secuencia, en el tercero apartado, se presenta el método y los procedimientos de investigación. En la cuarta sección se examinan los datos empíricos que caracterizan el escenario de este tipo de estructuras formales dedicadas a la investigación en turismo en México. Por fin, presentamos las conclusiones y recomendaciones del estudio, con evidencias de las restricciones del contexto macro y de las contribuciones y retos de la OET y de las EFIT en México.

³ El presente trabajo presenta los resultados de una investigación más amplia que se dedicó a analizar la OET y de EFIT en 23 países, en todos los continentes, en que México fue uno de ellos. (Cfr. Pimentel, T. D. (2016a). *Mapeamento dos Centros de Pesquisa e da Oferta Educacional de Cursos de Turismo no Brasil e no Exterior: notas preliminares para*

2 REVISIÓN TEÓRICA

2.1 Calificación Profesional y Educación Superior en Turismo

Tribe (1997) argumentó que el conocimiento del turismo se organiza entre disciplinas *extradisciplinarias*, *interdisciplinarias* y *disciplinas establecidas*. Según él, las disciplinas *extradisciplinarias* serían aquellas que harían referencia, por ejemplo, al servicio al cliente; el aspecto de la interdisciplinariedad que se corresponde con los estudios ambientales, la comercialización, etc.; mientras que las disciplinas establecidas serían aquellas tradicionales y de base como la economía, la antropología, entre otras.

Estos elementos, en difentes combinaciones, son base para la formación de de la oferta educativa en turismo. Sobre éste tema, Airey (2008: 44 – traducción libre) sostiene que:

La oferta de programas de turismo sigue siendo fuertemente orientada del profesional hacia lo empresarial [...] Sin embargo, si ha de convertirse en una zona verdaderamente independiente de estudio, su base de conocimientos tiene que ir más allá de lo *extradisciplinario* [sic]. Los riesgos para la educación turística van en dos direcciones: la primera es que está estrechamente conectada con la práctica profesional y, en consecuencia, no ofrecen mucho más que una reflexión sobre el mundo del trabajo. La segunda es dar las espaldas a sus conexiones con la industria, poniendo en riesgo uno de sus principales *raison d'être*.

Mediante la observación de los programas de turismo en el extranjero es evidente que el desarrollo de la investigación se produce en los países desarrollados como América del Norte, ya que según Hudson (2008), estos reciben un gran apoyo en la educación turística, lo que impulsa el desarrollo de la investigación en turismo.

Sin embargo, al comparar los estudios de turismo en Norte América con América Latina, Leal y Padilha (2008) muestran que esta está todavía en sus primeras etapas de los estudios sobre el turismo. Pero esta primera etapa no se limita a la falta de investigación sobre el tema. También comentan ellos que se aplica las habilidades de la fuerza de trabajo, que ahora logran obtener su espacio, a través de las revistas *Estudios y*

delimitação do campo turístico mundial. Informe de Investigación. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora/PROPESQ-UFJF, Minas Gerais (MG), Brasil).

Perspectivas en Turismo (Argentina); *Turismo: Visión y Acción* (Brasil), entre otras.

Otro factor de institucionalización y madurez del grado de producción de conocimiento en turismo es la existencia de estructuras formales dedicadas a la investigación en el tema. En general, el conocimiento se produce en las universidades, centros de investigación u otras organizaciones responsables de perpetuar el descubrimiento de nuevas técnicas, estrategias innovadoras y hacer comparaciones de la teoría con la práctica. La Investigación fomenta la curiosidad epistemológica y metodológica, lo que lleva a una postura crítica sobre su objeto de investigación, y por lo tanto la motivación para interferir en la realidad (Freire, 1996). Para potenciar el conocimiento en el ámbito del turismo, es esencial un trabajo conjunto entre los centros de investigación, las universidades y la esfera gubernamental.

Tribe (2002) propone que la industria y la sociedad deben ser incluidas en los programas de turismo. Por otra parte "la educación turística también tiene que proporcionar a los estudiantes un experiencia de aprendizaje dinámico que les permitan operar de manera sostenible y eficaz en una rápida evolución y el sector de servicios intensivos" (Liburd y Hjalager, 2010: 13).

En la sociedad del conocimiento, el conocimiento epistemológico y sociocultural genera significado de una manera que afecta a la naturaleza del conocimiento en la educación (Petrova, Smokotin, Kornienko, Ershova y Kachalov, 2015). Por lo tanto existe una clara necesidad de asimilar nuevas posibilidades para ampliar la capacidad de construir conocimiento a través de la educación relacionada con el apoyo de la industria del turismo (Airey, 2008).

La integración de los centros de investigación puede ser una manera de generar datos, información relevante y las nuevas tecnologías para la industria del turismo, que contribuye al desarrollo de la actividad en diversos países, no sólo en el sentido económico sino en lo que respecta a estrategias integradas hacia al desarrollo humano y la participación democrática en los destinos turísticos.

En este sentido, el sub-campo académico⁴ del turismo (aquel destinado a lidiar con la producción del conocimiento turístico) se convierte en eje clave en el proceso de institucionalización y legitimación del campo turístico en su totalidad.

2.2 Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT): de los Centros de Investigación en Turismo (CIT) a los Observatorios Turísticos (OT)

Los núcleos, grupos, observatorios o centros de investigación en turismo⁵ son tipos específicos de estructuras formales dedicadas a la investigación en turismo, las cuales pueden ser comprendidas, de forma genérica, como estructuras organizativas que hacen compilación, construyen y producen conocimiento por medio de la elaboración de estudios prácticos e/o investigaciones formales (de carácter teórico).

En general, los centros han estado –y, de hecho, mayoritariamente, aún pueden ser – asociados a universidades, así como se los mantenían fuentes de financiación pública (Christian, 2000). En Turismo, debido a su naturaleza práctica, la mayoría de los centros de investigación se conocen como Observatorios de Turismo, que son un subtipo o tipo específico de estructura formal de investigación.

⁴ Aquí se recurre al concepto de campo turístico, derivado de la sociología *bourdieusiana* (cfr. Pimentel, 2015) con el fin de estudiar de los procesos, la dinámica y la configuración del espacio social, en el que se insertan los actores involucrados con el turismo. (Sobre la teoría de Pierre Bourdieu y sus hallazgos en la educación, véase Bourdieu, P. (1998). *Escritos de educación*. Petrópolis: Vozes; sobre su aplicación en el campo de la industria y de la gestión, véase Bourdieu, P. (2001) "Las Estructuras Sociales de la Economía". 1ª Ed. [1ª Reimp. 2002] Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL. 271p. Para una aproximación tentativa de los dos, y en particular en el contexto turístico, véase Pimentel, T. D. (2015) Agents? Internal Path of Relationship in Tourist Field: some implications for governance tourist destinations. In: International Association of Scientific Experts in Tourism/AIEST Annual Conference, 2015, Lijiang (Yunnan). Proceedings. Lijiang (Yunnan): AIEST Press.

⁵ Si bien se puede discutir sobre el grado de formalización y/o la amplitud de estos diferentes tipos de Estructuras Formales de Investigación en

Turismo (EFIT). Sin embargo este intento está afuera del alcance de este trabajo. Importa a nosotros, en este momento, solamente identificar y separar esas estructuras formales, colectivas, permanentes e institucionalizadas por las entidades que se asignan esas acciones de aquellas temporales, informales y generalmente individuales llevadas a cabo de forma espontánea o voluntarista por un investigador, que no necesariamente encuentra respaldo o apoyo, o aún se lo toma como una iniciativa programada y formal de la institución. A pesar del carácter más recurrente de esta forma de organización (Centro de Investigación - CIT) en todo el mundo, según los propósitos de esta investigación, tomamos como sinónimos las expresiones núcleos, grupos, observatorios o centros de investigación, designándolas por Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT) (Pimentel, 2016). Cuando sea estrictamente necesario, se distinguirá específicamente tales formas, como en el caso de los observatorios de turismo, cuya lógica de actuación resulta específica para la investigación aplicada en la industria turística, como una forma de asistencia a empresas y municipios.

La investigación en turismo es reciente y todavía está en proceso de institucionalización (cfr. Jafari 2005a; 2005b; Airey y Tribe, 1998; Tribe, 2010). Debido al carácter pragmático del área profesional, las investigaciones, en general, tienen propósitos funcionales y se centran en componentes pragmáticos, en la industria o en el estado. En un primer momento, para mejorar la función de los sistemas y servicios de logística – lo que puede ser observado, por ejemplo, en los servicios de *catering* en la aviación o en la introducción de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) en las agencias de viajes, que permite la creación de sistemas de reservas integrados con informaciones compartidas en tiempo real –; en el sector público, la academia o el estado, donde se dirigen los estudios, sobre todo, que tienen el objetivo de producir información usada como soporte a las decisiones relacionadas a la gestión del sector.

Un ejemplo de este tipo de estructura formal de investigación en turismo son los Observatorios Turísticos (OT), los cuáles mantienen estrecha interrelación con la práctica cotidiana de la actividad turística y proporcionan los datos de encuestas e investigaciones aplicadas, de temas simples, como el perfil del turista, el destino turístico, el flujo turístico; y los temas más complejos como los relacionados a la producción de series históricas, en que se muestra las tendencias de la industria (como la propensión a invertir, las expectativas sobre el crecimiento de la actividad, etc.).

Según Brandão (2007) los observatorios son estructuras formales de investigación aplicadas, es decir, que están inextricablemente vinculados a la cuestión de la información y monitoreo, con la finalidad de apoyar a la práctica de una actividad o sector. Específicamente, en Turismo, los centros de investigaciones y estudios que tienen una estrecha interfaz con la práctica cotidiana de la actividad turística, proporcionan levantamientos de datos y la investigación aplicada de conceptos más simples (como el perfil del turista, el flujo turístico, el destino de turismo) y también de aquellos más complejos, como los relacionados a la producción de herramientas de monitorización histórica y de tendencias de la industria (tales como la propensión a invertir, las expectativas sobre el crecimiento de la actividad, etc.), como es el caso de los destinos más avanzados.

En este escenario surgió el examen de las estructuras formales de investigación de turismo. Según Brandão (2007) hasta finales de 1960 las definiciones de la escuela suiza sobre turismo - turista,

excursionista, etc. - buscaban un consenso conceptual, antes de extenderse al resto del mundo. Esto sucedería después del desafío de su aplicación práctica - es decir: ¿Cómo medir el flujo de turistas en una región cualquiera? Esta pregunta requeriría estudios intensivos en el turismo; el desafío del desarrollo de un método de verificación del flujo turístico: la cuenta satélite del turismo, que se desarrolló por la Organización Mundial de Turismo (OMT) y, influenciado por esta organización, se ha probado en diferentes países y regiones a través de los centros de investigación de turismo.

Por lo tanto, los centros de investigación turística basados en universidades surgieron entre 1970 y 1980 para ayudar a promover el crecimiento de la industria del turismo en sus estados, por la provisión de programas adecuados a la formación de trabajadores para el sector, o sea, en la investigación en la gestión empresarial, gestión de recursos naturales, comercialización, marketing, etc.; o el apoyo del suministro de datos e información en la toma de decisiones de organizaciones públicas y privadas (Christian, 2000).

En general, estas iniciativas estaban vinculadas a las recomendaciones de la OMT y funcionaban como una especie de “laboratorio”, para probar conceptos y herramientas metodológicas de medición, en los países en que se los adoptaron para implementar y comprobar las recomendaciones y metodologías propuestas por la OMT, como la cuenta satélite turismo.

Por lo tanto, este tipo particular de centro de investigación, el observatorio de turismo, está

[...] diseñado para ayudar a las agencias gubernamentales a fomentar y desarrollar los recursos de recreación y turismo, del Estado y para ayudar a las empresas turísticas con la planificación y la comercialización y proporcionar a los legisladores con la investigación necesaria para que puedan tomar decisiones políticas fundamentadas [...] (Christian, 2000: 5).

Además, Massieu (2000) resalta que proporcionan a los responsables políticos de la investigación necesaria para que se tomen decisiones políticas con conocimiento de los datos económicos recogidos por los OT para complementar las estadísticas nacionales con datos regionales y estatales. Se proporcionan datos para la elaboración de políticas públicas de desarrollo turístico, de forma fundamentada, con rigor y previsibilidad. Los datos creados se producen en forma de estudios

multidisciplinarios y toman en cuenta diversos aspectos, desde el medio ambiente socio-cultural, donde se busca también discutir y presentar soluciones a los problemas, en base a diversos aspectos de la industria turística.

Más específicamente se elaboran modelos económicos y estadísticos que pueden ser utilizados por los consultores para los estudios de factibilidad e impacto económico en la provisión de herramientas de análisis a consultores, universidades, con el fin de diferenciar su investigación y elevar el nivel general de la consultoría de investigación. También proporcionan evaluación de la capacitación, asistencia técnica e independiente de la política gubernamental en materia de impuestos, los recursos naturales y el desarrollo económico de la comunidad (Lajara, García y Sempere, 2009; Fidegot y Olat, 2013).

Los OT ayudan a promover el crecimiento de la industria del turismo, a través de la formación académica o de investigación bien como de recoger, gestionar y analizar datos sobre la industria del turismo, datos que estudian las áreas importantes para el desarrollo de esta actividad (Roque, Fernandes y Sardo, 2013).

Además, las diferentes EFIT ayudan a evaluar los impactos sociales y ambientales, bien como las políticas de desarrollo turístico y eventos turísticos específicos. A través de las publicaciones académicas, investigadores informan de los acontecimientos recientes en la investigación turística. Las revistas más importantes relacionadas con los estudios de turismo y los modelos económicos o estadísticas en relación con los estudios de turismo se han originado de la academia.

En pocas palabras, según Verduzo, Toudert y Djamel (2012), las EFIT utilizan la investigación académica y métodos científicos para solucionar los problemas encontrados por la industria del turismo y la participación en las comunidades para el desarrollo del turismo.

Actualmente hay abundancia y dispersión de este tipo de iniciativas en el escenario mundial, donde los observatorios son considerados como agencias de soporte al diseño y la implementación de políticas públicas de turismo. Hay que añadir el rol de las EFIT en términos de difusión del conocimiento generado, por ejemplo, por medio de revistas especializadas, lo que promueve debates sobre el progreso y el desarrollo del turismo a través de la academia.

3 METODOLOGÍA

3.1 Caracterización General de la Investigación

Esta investigación propone el análisis sociológico del campo turístico⁶, donde se ha buscado capturar la estructura de la dinámica de la producción y legitimación del conocimiento alusiva al turismo, teniendo en cuenta los agentes de subcampo (sector) turístico relacionado con la oferta educativa en México. Metodológicamente se utilizó el concepto de campo como herramienta heurística para conducir la investigación, que se basa en un análisis relacional de los conceptos de campo, capital, y *habitus*, así como sus componentes, los cuales están circunscritos por el campo y sus determinaciones.

El diseño de investigación se hizo como sigue:

- Metodología mixta: cuantitativa-cualitativa.
- Método exploratorio y descriptivo (Gil, 1995).
- Se utilizó el censo de las IES declarado por la Secretaría de Educación Pública del país.
- El proceso de recolección de datos se dio en 4 fases:
 - (1) Identificación del número total de IES del país;
 - (2) Verificación de todas las IES identificadas, por medio de su sitio web, identificar cuántos y cuáles cursos de turismo existían (muestreo de la investigación);
 - (3) Recopilación cualitativa de datos de los sitios web relativos a las 7 categorías analizadas.

⁶ Este estudio parte de una perspectiva teórico-crítica, ancorada epistemológicamente en el racionalismo crítico de Bachelard (2010) y desarrollado por Pierre Bourdieu (1983; 1996; 2001a; 2001b, entre otros), lo cual se manifiesta metodológicamente a través de una forma propia⁶ de estructural-constructivismo. El estudio *bourdiesiano* es estructuralista, pues parte de la premisa de la existencia de estructuras reales inmanentes e independientes de los seres humanos, por eso la lógica de la investigación científica debe ser de la búsqueda por identificar tales estructuras y desvendar los mecanismos que las regulan, tanto su forma de reproducción como de modificación, al largo del

tiempo. Es, por otro lado, constructivista porque supone un papel activo, lógico e imaginativo, necesario del investigador de delimitar y construir "artificialmente" el objeto de investigación a ser estudiado (Vandenbergh, 2010). Sin embargo, el análisis del campo es condicionado por elementos multi-causales pues el turismo es formado por una estructura compleja de acciones y relaciones sociales. Así es que se defiende la importancia de diferentes técnicas de investigación, que se complementen para identificar y analizar los mecanismos que estructuran la acción de los agentes en el subcampo académico del turístico.

- a) Identificación y medición de la oferta educativa general (OEG) de IES existentes en cada país;
 - b) Identificación y medición de la oferta educativa, particular en turismo, (OET) de cada país;
 - c) Identificación de la distribución espacial de la OET;
 - d) Identificación de la posición institucional de la OET;
 - e) Identificación, especificación y medición de los diferentes tipos de programas y/o cursos de la OET (tecnatura, licenciatura, MBA, maestría, doctorado, extensión, EAD);
 - f) Identificación de las énfasis de la OET;
 - g) Identificación de la oferta de las Estructuras Formales de Investigación en Turismo/EFIT; y
 - h) Identificación de la oferta de revistas científicas de turismo.
- (4) Análisis del contenido para clasificar los datos cualitativos y convertirlos en cuantitativos.

3.2 Delimitación del subcampo académico del turismo en México (universo y muestreo)

Para el mapeo de la oferta educativa y centros de investigación en el turismo en México, en primer lugar, se delimitó el universo y la muestra a ser investigados. Tomando como punto de partida una lista preestablecida de las instituciones de enseñanza superior. La tabla 1 resume el procedimiento que se realizó para la obtención de datos.

Una vez identificadas las 2.838 instituciones de educación superior en México (universo) y las 255 con oferta educativa en turismo (muestra), se pasó a los procedimientos de recopilación de datos. Para ello se desarrolló un protocolo de investigación, como Pimentel y De Paula (2014), a través de lo cual fueron recogidos, ordenados y clasificados las OET, las EFIT y las demás categorías estudiadas, de acuerdo a los temas previamente establecidos sobre la base de estudios anteriores (Pimentel, 2013).

Con estos datos, se accedió a los sitios institucionales de las IES para comprobar la existencia de una oferta de formación en turismo, organismos oficiales de investigación y publicaciones académicas de turismo para la colección de información de cada institución.

Tabla 1: Procedimiento para definición del universo y muestreo de la investigación.

Acceder al sitio oficial de la Secretaría de Educación Pública en México, encargada de regular la educación en ese país: http://www.sep.gob.mx/
Consultar educación por nivel superior: http://www.ses.sep.gob.mx/ Abrir cada sitio oficial de Universidades, Instituciones o Centros de Educación Superior para conocer su oferta Educativa: http://www.ses.sep.gob.mx/instituciones-de-educacion-superior
Para el caso de educación superior Privada o Particular es necesario acceder al "Reconocimiento de Validez Oficial de Estudios Superiores Federales y Estatales" (SIRVOES): http://www.sirvoes.sep.gob.mx/sirvoes/ Para buscar los programas de Turismo inscritos en el sistema educativo, fue necesario utilizar los siguientes criterios de búsqueda: * Entidad Nacional → Curso o Programa Turismo → Nivel Todos. * Entidad Nacional → Curso o Programa Turística → Nivel Todos. * Entidad Nacional → Curso o Programa Turísticos → Nivel Todos. **Posteriormente revisar cada programa educativo, a través de su página web o en caso que no tenga utilizar la información que ofrece el sistema SIRVOES para conocer su oferta educativa. ***La revisión de los sistemas digitales de SEP y SIRVOES se realizó en dos momentos: uno inicial, en noviembre del año 2014; y una segunda vez, en junio de 2016 (para verificación de posibles cambios).

Fuente: Pimentel (2016a).

3.3 Protocolo de Investigación

El protocolo de investigación fue constituido por 2 partes: la primera se refiere a una matriz de análisis de los datos, con base a las categorías centrales de investigación para el posicionamiento de las IES en el campo turístico; la segunda fue un cuadro de clasificación para transformar la información textual (cualitativa), recopilada de los *websites*, en numérica (cuantitativa).

Una vez que completó este listado, se hizo una matriz de análisis, donde se ha creado, se añadieron la primera columna (de la educación superior), variable independiente, columnas posteriores (a la derecha) que corresponden a cada una de las variables dependientes, con el fin de secuencia lógica, refiriéndose el refinamiento de los criterios para la observación al final, de la existencia de centros de investigación formales de turismo, en particular; su organización, composición en términos de recursos (incluyendo humanos) y de la producción.

Los datos específicos para el propósito de este estudio son⁷:

- Institución - identificación de la institución educativa de enseñanza superior (IES) del país seleccionado (México). Es la unidad básica de la muestra de referencia analítico y permite la comparación y resultados dentro del mismo país y/o de los países;
- Dirección electrónica (*website* institucional) – se refiere al portal institucional (página web) oficial de la universidad. Todos los datos recopilados se restringieron a la información disponible en la actualidad en estos *websites* oficiales de las instituciones⁸.
- Ubicación institucional en la institución – se refiere a la ubicación de la oferta educativa en turismo dentro de la estructura organizativa de las instituciones educativas (por ejemplo, en cuál departamento, facultad o instituto está vinculada la oferta educativa) como un indicador relevante de la composición, peso y orientación, entre otros factores, el curso tiende a poseer, y que nivel y público objetivo previsto. Indirectamente, este indicador puede guiar a la inserción del curso turismo en relación con el contexto local y las prácticas locales;
- Oferta educativa en turismo - este indicador se refiere a la identificación, en términos de frecuencia (cuantitativa) de los cursos de turismo que se encuentran en cada uno y en todas las instituciones educativas analizadas. Así se identificó todos los programas de turismo existentes (mencionado en las páginas web de las universidades), que más tarde

fueron clasificados según el tipo de formación académica (presencial ya distancia), tipo (sensu stricto sensu lato o) y el grado (de licenciatura, especialización, maestría, doctorado);

- Énfasis - se buscó identificar la existencia o no de énfasis de los cursos en áreas específicas del turismo de acuerdo con la muestra del estudio, fundamentado por las áreas que definen específicamente el vínculo de los cursos;
- Estructuras formales de producción de conocimiento en turismo - indica si las universidades poseen estructuras y mecanismos formales de producción de conocimiento en turismo (por medio de centros de investigación, observatorios, grupos de investigación, etc.) o cualquier entidad formal, perene y colectiva dedicada a la investigación en turismo.
- Difusión del conocimiento en turismo (publicaciones científicas) – se buscó identificar si más allá de impartir curso y producir conocimiento, las IES cumplen el papel de difundir este conocimiento y ampliar el debate sobre las cuestiones relacionadas con el turismo; en general también indica el área del conocimiento científico producido en los programas de turismo y sus resultados.

Debido al volumen de información recogida para el análisis de la investigación se recurrió a la conversión de los datos cualitativos en cuantitativos, mediante la transposición del instrumento de recolección, con el fin de cuantificar los cursos que se ofrecen en sus respectivas áreas y tipos. Por lo tanto, a partir de los ajustes efectuados⁹ en el instrumento de investigación

⁷ El protocolo original aún contenía los siguientes parámetros, los cuales fueron excluidos de este artículo:

- Otras Publicaciones - indica si más allá del conocimiento científico, si la IES tiene otro tipo de difusión de conocimiento, por ejemplo, vía vinculación o proyectos de transferencia de conocimiento hacia las empresas o la sociedad. Las publicaciones nos muestran lo que es el centro de estudios y cuáles son los intereses de la universidad en el estudio de cuestiones específicas relacionadas con el turismo. Esta investigación publicada puede mostrar características en términos de interés en el turismo del país analizado;
- Documento de trabajo (*working paper*) - registra los resultados parciales de producciones científicas aún todavía en curso y sirve como un barómetro del tipo de área de investigación que está en curso en las instituciones analizadas;
- Composición de la planta docente - los datos sobre el tamaño, la formación, áreas de especialización y publicaciones realizadas indican la potencia instalada en cursos de turismo. Si correlaciona con otros indicadores, se puede demostrar si la oferta educativa es adecuada y coherente en relación con su capacidad y especialidad de producción.

⁸ Se reconoce aquí que no toda la información puede estar disponible en los *websites* de las instituciones. Por lo tanto, es posible que el número de instituciones educativas con cada uno de los atributos buscados sea ligeramente diferente de lo que está descrito en este documento. Por otra parte, se supone que los canales de existencia y difusión de información de cada institución es una tendencia creciente hacia una mayor publicidad de la información en las sociedades contemporáneas y de hecho una realidad isomorfamente instituida en dichas sociedades. Además se cree que el sitio oficial deba tener las informaciones básicas las cuales hemos recogido. Por fin, este ha sido un parámetro importante para normalizar la cantidad de fuentes de datos que se debe buscar y evitar distorsiones en cuanto a la información proporcionada por terceros.

⁹ Uno de los cambios fue el desarrollo de criterios de clasificación - aquí se utiliza el área temática - colocado en la columna izquierda de la tabla (eje vertical) con el fin de permitir el cruce de información con las categorías de recogida de datos anteriormente mencionados y dispuestos en primera línea de la tabla (eje de abscisas). Otro cambio se produjo en relación con el desglose de la información sobre los tipos de

fue posible generar una matriz de análisis, para el cual se ha ordenado y clasificado los datos absolutos. Las áreas de Turismo se dividieron en 15: ciencias sociales; economía y gestión; entretenimiento/ocio; alimentación/restauración; geografía; eventos;

hospitalidad; patrimonio cultural; educación (formación profesional); recursos naturales (medio ambiente); deporte; planificación turística; servicios turísticos; turismo general y otros, como se ejemplifica en la tabla 2.

Tabla 2: Áreas temáticas para agrupamiento y clasificación *ad hoc*, de los datos de la investigación.

Área	Descripción del Área
1) Ciencias Sociales	Antropología, sociología, estudios sobre el impacto de las relaciones del turismo en la humanidad.
2) Economía y Gestión	Administración, gestión de negocios, producción, gestión estratégica, desarrollo organizacional, organización, políticas públicas, mercadotecnia, marketing, <i>mix</i> de marketing.
3) Educación / Formación de Profesores	Actividades, eventos, o conjunto de conocimientos destinados al fomento de la formación y desarrollo del profesional en turismo.
4) Entretenimiento/Ocio	Actividades de ocio y entretenimiento, tiempo libre, recreación terapéutica, recreación en parques y terapias, noción de sustentabilidad y preservación.
5) Deportes	Actividades deportivas que se relacionen con el turismo.
6) Eventos	Producción de eventos de pequeño, mediano y grande porte que se realice en cualquier área.
7) Gastronomía/ Restauración	Gestión y organización de restaurantes, A&B (alimentos y bebidas), espacio gastronómicos, hoteles y gastronomía.
8) Geografía	Ambiente, espacio, paisaje, regionalismo, impactos, movimiento de personas, las relaciones entre ellas y su entorno (factores socioeconómicos), de producción, de cartografía, etc.
9) Hospitalidad	Hospitalidad como dádiva y como negocio. Rama de la hotelería, receptividad, estrategias de mercado hotelero.
10) Patrimonio Cultural	Valoración de la cultura, protección de bienes culturales, tangibles e intangibles. Cualquier relación del turismo con la cultura genere reconocimiento y valoración de los elementos culturales.
11) Planeación Turística	Proceso de planeación turístico, desarrollo de planes y proyectos, su ejecución, elaboración de planes sectoriales (para los segmentos, empresas y atractivos turísticos) y estratégicos de turismo.
12) Recursos Naturales / Medio Ambiente	Protección ambiental, impactos ambientales, sustentabilidad, gestión de turismo con énfasis en el entorno y medio ambiente; áreas protegidas (parques, reservas, etc.) y su gestión, desarrollo local y comunidad local, turismo de base comunitaria.
13) Servicio Turístico	Agenciamento, servicios de transportes en general y de guías de turismo.
14) Turismo General	Curso que no especifican con claridad de que tratan.
15) Otros	Lo que no se pudo encuadrar en las categorías anteriores.

Fuente: Pimentel (2016a).

3.3 Técnicas y Procedimientos de Análisis de Datos

La naturaleza mixta de la investigación, es decir, cuantitativa y cualitativa, fue operada principalmente por la estadística descriptiva para datos numéricos, y el análisis de contenido para datos simbólicos - análisis del campo social (Bourdieu) en el campo turístico.

3.4 Limitaciones

Como toda investigación, este estudio tiene sus limitaciones. El hecho de utilizarse solamente datos secundarios obtenidos por Internet limita la identificación de la capacidad de las universidades a las informaciones que estaban disponibles en la red. Los datos que se encuentran en cada universidad también

eran estrictamente disponibles en los sitios web oficiales de las IES. Se puede, por ejemplo, que la información recopilada no se actualiza, posiblemente, lo que puede influir en la cantidad y/o especificidad de la información que se encuentra que sirvió de base para la investigación. Por otra parte, la opción metodológica por restringirnos al uso de datos secundarios oficiales disponibles en los *websites* de las IES ha sido un parámetro importante y necesario para normalizar la cantidad de fuentes de datos que se debe buscar y evitar distorsiones en cuanto a la información proporcionada por terceros.

Otra cuestión problemática ha sido la ausencia de informaciones, lo que se ha pasado en los siguientes casos:

programas que se ofrecen, donde se verificó las variaciones no sólo en términos del nivel (licenciatura, maestría y doctorado), sino también en términos de tipo (lato o sentido estricto) y finalmente, en relación con el modo de alimentación (presencial, mezclado o distancia). Programas de turismo también se dividieron en sus especialidades (tipos) - académicos, a saber: la graduación, especialización, MBA, cursos en

línea, maestría, doctorado y formación adicional (cualquier curso que no sea el especificado). De este modo, se obtuvo la cantidad de todas las categorías (departamento relacionado, los tipos de educación académica, revista, centro de investigación, publicaciones y otros profesores), con su área apropiada.

- En la muestra de 255 IES con oferta educativa en turismo, no ha sido posible identificar información disponible sobre *working papers*, eso pues la mayoría de las IES ni siquiera tiene un área de investigación constituida, donde se ve que la disponibilidad de información actual de investigación en curso no sea brindada.
- No hay desglose detallado de la planta docente relacionada a la oferta educativa en turismo en las IES. Al contrario de lo esperado, ya que este es un dato básico, las informaciones son muy escasas e incompletas. A lo mejor, o que se ve es un listado de los nombres de los profesores, sin todavía haber ahí informaciones adicionales sobre su formación, área de trabajo, etc.
- Los datos sobre el curso, plan del curso están ausentes en la mayoría de las universidades y en las IES donde se los hay, la información es incompleta y obsoleta.
- En algunos casos de IES privadas sólo se identificaron los datos registrados en la plataforma SIRVOES¹⁰, pero su sitio web no funciona, sin embargo, fueron considerados en el estudio del universo de análisis para estar dentro del Registro Oficial del país IES.
- Por fin, la información de la encuesta se llevó a cabo durante los meses de noviembre y diciembre de 2014 y fue revisada entre diciembre de 2015 y enero de 2016. Es importante señalar que la cantidad de IES con oferta educativa ha sido modificada, y que un margen muy pequeño de datos e informaciones ha sido actualizado en los sitios de las IES, y por supuesto en nuestra matriz de análisis, donde si los ha recopilado.

Estas restricciones no nos permitieran capturar información suficiente para comparación y el análisis en lo que respecta a las categorías *working paper*, planta docente y estructura curricular. Aun así, debido a la magnitud y el alcance del estudio, creemos que la información recogida aquí es suficientemente adecuada para identificar el escenario del subcampo académico turístico en México.

¹⁰ Conforme datos disponibles en la *Secretaría de Educación Pública* para la identificación de las IES públicas existentes en México y de la plataforma de *Reconocimiento de Validez Oficial de Estudios Superiores Federales y Estatales* (SIRVOES) para la identificación de las IES privadas del país. "Reconocimiento de Validez Oficial de Estudios Superiores Federales y Estatales" (SIRVOES): <<http://www.sirvoes.sep.gob.mx/sirvoes/>>.

4 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

4.1 El mapeo de las Instituciones de Educación Superior en México y de la oferta educativa en turismo

El objetivo de esta categoría es identificar y relacionar con el número de IES y luego con el número IES con oferta educativa en turismo, con el fin de definir el último como conjunto que se tomará como muestra empírica para la búsqueda y la estratificación de las otras categorías y la investigación, que muestra al final, a partir de este escenario, el perfil de la OET del país.

En México fueron identificadas **2.838 Instituciones de Educación Superior (IES)**¹¹, entre 610 (21.4%) universidades y 2.235 (78.6%) no-universidades¹², lo que constituyó así nuestro universo investigado en aquél país. Particularmente en términos del total de IES existentes con oferta educativa en turismo, México concentra 12.94% de las IES identificadas en una serie de 23 países analizados, cuyo monto ha sido de 21.933 IES en el total y de 2.200 IES con oferta educativa en turismo, entre IES públicas y privadas. En números absolutos la oferta educativa posiciona México en el 3º lugar, en el ranking de los países con más cantidad de IES, quedando se solamente por detrás de países como EEUU y Japón.

La tabla 3 presenta las 2.838 IES identificadas y que formaran el universo de la investigación, así como aquellas 255 que poseen oferta educativa en turismo y que, por tanto, constituyó la muestra de investigación. Considerando los datos de este país, a través de la análisis de las informaciones disponibles en los sitios electrónicos oficiales de cada una de sus IES. Estratificando la muestra, se verifica que de las 2.838 IES identificadas, 608 (21.42%) son públicas y 2.230 (78.58%) privadas. Específicamente, en lo que respecta a la formación en turismo, y aun teniendo en cuenta aquél monto, 255 (8.98%) de las IES investigadas en México tienen algún tipo de oferta educativa en turismo, de las cuales 179 (70.2%) son de la categoría Universidad e 76 (29.8%) son de la categoría No-Universidad. Por otro lado, cuando se considera el total de las IES de la muestra de OET (255 IES), 79 (30.98%) son públicas mientras 176 (69.02%) son privadas.

¹¹ Cf. Nota de pie de página 12.

¹² Se hizo esta diferenciación para fines de esta investigación, pues se supuso que habría una más grande concentración de producción de conocimiento e investigación en las universidades.

Tabla 3: Total de IES en México y total de IES con oferta educativa en turismo.

Educación Superior en México									
Total de IES en México (2.838)					Total de IES con oferta educativa en Turismo (255)				
Universidad (608)	Universidad (434)	Pub. 20	Priv. 414	Mix. -	Universidad (179)	Universidad (179)	Pub. 71	Priv. 108	Mix. -
	Universidad Tecnológica (174)	Pub. 156	Priv. 18	Mix. -		Universidad Tecnológica (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -
No-Universidad (2.230)	Centro (629)	Pub. 47	Priv. 582	Mix. -	No-Universidad (76)	Centro (25)	Pub. -	Priv. 25	Mix. -
	Colegio Técnico (3)	Pub. -	Priv. 3	Mix. -		Colegio Técnico (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -
	Fundación/ Facultad/ Academia (16)	Pub. 2	Priv. 14	Mix. -		Fundación/ Facultad/ Academia (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -
	Instituto (918)	Pub. 177	Priv. 738	Mix. -		Instituto (40)	Pub. 7	Priv. 33	Mix. -
	Otros tipos (667)	Pub. 242	Priv. 425	Mix. -		Otros tipos (11)	Pub. 1	Priv. 10	Mix. -

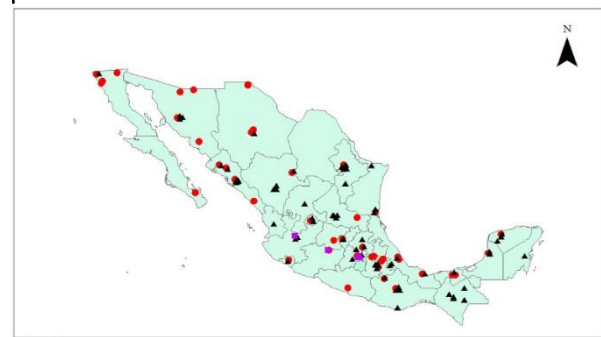
Fuente: Pimentel (2016a).

4.2 Distribución Espacial de la Oferta Educativa en Turismo

En esta sección tratamos de examinar específicamente la relación entre la existencia de la oferta educativa en el turismo (universidades que ofrecen educación superior en turismo en alguna forma) y la ubicación espacial de estas universidades, con el fin de: a) verificar cómo e presenta la distribución de dicha OET en el territorio, si hay alguna concentración o dispersión geográfica de la OET; b) verificar si en ciertas regiones (más tradicionalmente turísticas) hay una mayor incidencia de la OET; c) si hay (o hubo) alguna dirección o inducción (por ejemplo, por parte del estado) en la apertura y el mantenimiento de dicha OET; y, por último, d) si hay solapamiento de la OET, por ejemplo, de los mismos niveles o tipos, en las mismas regiones.

De acuerdo a la distribución geográfica se observa que el estado de Veracruz cuenta con el mayor número de universidades que ofrecen educación superior en turismo, con un total de 37 instituciones, por tanto, muy por encima del promedio general de 14.5 por turismo IES Estado (si consideramos los 255 IES que tienen oferta educativa en el turismo y los 31 estados más el distrito federal). Por otro lado, el estado que tiene la menor cantidad es Colima, con una sola institución.

Figura 1: Mapa de México con ubicación de IES con OET según la división territorial político-administrativa del país.



Fuente: Pimentel (2016a).

En posición central vemos el estado de Puebla ocupa el segundo lugar en la concentración de las IES con un total de 30, seguido de Chiapas, en tercera posición, y luego por Tamaulipas, en cuarto lugar, cada uno con 25 y 24 respectivamente instituciones. Por otro lado, los estados de Durango (2), Aguascalientes (3) y Oaxaca (3) son los menos propensos a tener este tipo de oferta educativa. En general, cada estado tiene al menos más de una institución de nivel superior que ofrece un programa de Turismo, a excepción del Estado de Colima (con una).

Así, en general, en el caso de México, la mayor concentración de IES con la oferta educativa en el turismo se distribuye en la parte centro-sur del país donde se encuentra la cantidad de universidades existentes en los estados de Veracruz, Puebla, Chiapas, Yucatán y Quintana Roo. Haciendo una analogía entre los principales estados que ofrecen cierto grado en turismo y sus principales actividades económicas, que tiene que ser en Veracruz, Puebla, Chiapas, Yucatán y Quintana Roo actividad turística es parte de las principales actividades económicas debidas el hecho de que estos estados tienen destinos y atracciones turísticas conocidas a nivel nacional e internacional, lo cual es una gran captura de divisas y la infraestructura turística necesaria.

En cuanto al carácter espontáneo o de inducción por parte del estado en la creación e los cursos de turismo no se ha podido verificar esta información por medio de las informaciones disponibles en los *websites* institucionales de las IES. Ya el solapamiento de los programas de turismo, se verifica su existencia sobre todo en los estados donde hay más concentración de la OET, pues dicha oferta tiende a se concentrar también en el nivel de formación inicial (tecnatura y licenciatura) y en términos de área temática, en los programas de turismo con énfasis en economía y gestión seguida de aquellos sin especificidad (turismo en general).

4.3 Posición de OET en la estructura organizativa

El entendimiento de la “posición de la oferta educativa en turismo” en la estructura organizativa se refiere a la ubicación de dicha oferta en la institución, es decir, se ha buscado identificar en qué parte del organismo de la IES (institutos, colegios, escuelas o departamentos) estos cursos están vinculados. Subyacente a esta pregunta es la suposición de que habría algún tipo de relación, directa o indirecta, entre la ubicación institucional y su influencia sobre el tipo de OET o su énfasis.

En cuanto a la vinculación de la OET a estructura organizacional de las IES, y aun teniendo en cuenta su

distribución en áreas temáticas¹³, de las 255 IES con OET, la vinculación explícita y de forma unívoca de la OET a una posición en la estructura organizacional (un departamento, instituto o una facultad, etc.) ocurre en 80 (31.37%) de las IES, de las cuales 49 (46.23%) en Economía y Gestión, 19 (17.92%) en Turismo General, 18 (16.98%) en Otras Áreas, 12 (11.32%) en Ciencias Sociales, 4 (3.77%) en Gastronomía, 2 (1.89%) en Recursos Naturales y 2 (1.89%) en Hospitalidad¹⁴.

Normalmente cada universidad tiene su oferta educativa en turismo centralizada en la misma unidad organizacional, sin embargo hay casos en que dicha oferta puede estar dividida entre dos o más unidades, las cuales pueden ofertar cursos similares o distintos. Por otro lado, en muchas de las IES no hay informaciones disponibles en sus *websites* institucionales con información clara y precisa sobre tal ubicación. Así, en los cursos y programas ofrecidos por cada institución se buscó identificar en cual área de la universidad – departamento, facultad, instituto o centro de investigación – estaba vinculada la OET y, por tanto, fueran computados la cantidad de áreas diferentes en que la OET se encontraba.

Así, por ejemplo, si en la Universidad Autónoma de Quintana Roo hay dos cursos de licenciatura en turismo, una vinculada al Departamento de Ciencias Económicas y Administrativas, y el otro en la División de Desarrollo Sustentable, se consideró 2 veces la vinculación de la OET en la estructura organizacional, cada una relativa a una facultad (división) distinta. Por otro lado, aun en la misma institución, todavía, tomando en cuenta el caso de la OET en misma área¹⁵ de la IES, en el caso específico de los cursos de licenciatura y de maestría, el cómputo a la vinculación (posición) en la estructura organizacional ha sido considerado sólo una vez.

Además, se tomó como supuesto que en un mismo departamento de una misma universidad se puede vincular (ofertar) más de un programa, como es el caso de la Universidad Autónoma de Querétaro, que ofrece los programas de Licenciatura en Gestión del Turismo Cultural y Natural, y Licenciatura en Negocios Turísticos, las dos vinculadas a la Facultad de Contaduría y Administración, mientras la Licenciatura en

¹³ Protocolo de investigación inicialmente elaborado en el marco del proyecto de investigación “Formação Profissional e Mercado de Trabalho em Turismo” (2012-2013), coordinado por el autor. Para verificar en detalle la herramienta generada cf. PIMENTEL, T. D.; PAULA, S. C. Desenvolvimento de um protocolo de avaliação do desempenho de recursos humanos em instituições de ensino superior/IES: notas para a gestão acadêmica a partir do caso do Curso de Turismo/UFJF - Brasil. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, v. 7, p. 243-265, 2014.

¹⁴ No ha sido identificado IES con OET en las áreas de Educación (Formación Profesional), Entretenimiento/Ocio, Deportes, Eventos, Geografía, Patrimonio Cultural, Planeación Turística y Servicios Turísticos.

¹⁵ La lógica subyacente a este proceso fue de capturar la diversidad de posiciones en la estructura organizacional con el fin de evitar el *bias* (BIAS) de la alta tasa de concentración, por ejemplo, que ocurre cuando una IES (generalmente privada) posee decenas de cursos la misma, en diferentes *campi*.

Gastronomía está vinculada a la Facultad de Filosofía. Por otra parte, hay casos en que alguna IES no especifica (en sus *websites* institucionales) donde su OET está vinculada en términos de su posición en la estructura organizacional, como es el caso de la Universidad Intercultural de Chiapas.

En el caso de las 179 universidades con OET en México, se identificó precisamente que en 90 departamentos, es decir, la OET esta vinculados de forma

explícita e unívoca en un departamento específico de cada universidad. De estos departamentos, 44 (48.89%) en Economía y Gestión, 15 (16.67%) en Turismo General, 12 (13.33%) en Ciencias Sociales, 11 (12.22%) en Otras Áreas, 4 (4.44%) en Gastronomía, 2 (2.22%) en Hospitalidad, 2 (2.22%) en Recursos Naturales. Cuanto a las 76 IES no-universidades con OET se identificó su posición institucional en 16 departamentos, de los cuales 7 (43.75%) en Otras Áreas Temáticas, 5 (31.25%) en Economía y Gestión y 4 (25%) en Turismo General.

Tabla 4: Distribución de la OET según su posición en la estructura organizacional y áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	12	13.33%	-	-	12	11.32%
Economía y Gestión	44	48.89%	5	31.25%	49	46.23%
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-
Entretenimiento/Ocio	-	-	-	-	-	-
Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomía/Restauración	4	4.44%	-	-	4	3.77%
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	2	2.22%	-	-	2	1.89%
Patrimonio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planeamiento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	2	2.22%	-	-	2	1.89%
Servicio Turístico	-	-	-	-	-	-
Turismo General	15	16.67%	4	25%	19	17.92%
Otros	11	12.22%	7	43.75%	18	16.98%
Total	90	100%	16	100%	106	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

Se ha podido comprobar que, en general, hay un amplio predominio de la OET vinculada a las unidades organizacionales (departamentos, facultades, escuelas o institutos) de Economía y Gestión (46.23%), seguido de la vinculación institucional en las áreas de Turismo General y Otras Áreas Temáticas que juntas representan 34.9% de toda la OET con identificación explícita de su posición institucional en el país. El área de Ciencias Sociales concentra 11.32% de la oferta identificada, mientras Gastronomía, Hospitalidad y Recursos Naturales representan sólo uno 7.54% de la vinculación de la OET en las IES de México.

4.4 Oferta Educativa de Programas en Turismo

En base a las 255 instituciones con OET, en esta categoría se buscó identificar y detallar la OET existente, en su cantidad y diversidad, según los tipos (o

modalidades de formación académica) de curso o programas ofertados, y también de acuerdo a la clasificación inicialmente establecida en términos de áreas temáticas a que corresponden.

En principio, cada IES puede ofertar más de un curso, motivo por lo cual se obtuvo, al final, el monto de **507 cursos de turismo**, correspondiente a la OET, en el total de las 255 IES analizadas. Fueran encontrados 381 cursos existentes en las universidades y 126 cursos ofrecidos por otros tipos de IES (colegios, facultades, escuelas o centros de investigación), aquí considerados en la categoría no-universidad.

De los 507 cursos identificados se verifico la siguiente distribución entre los segmentos aquí utilizados para clasificación más detallada, en 3 tipos distintos: **de formación inicial (undergraduate)** que son los curso de tecnicatura y de licenciatura; **postgrado (latu sensu,**

siendo estos de especialización o MBA, y *strictu sensu*, pudiendo llegar estos ser de maestría o doctorado); y **otros** (categoría que incluye las modalidades de extensión – vinculación – o cursos de corta duración o aun de enseñanza a distancia).

En el tocante a los cursos de **formación inicial**¹⁶ fueran encontrados **406 (80.07% do total) programas**, entre tecnicaturas y de licenciatura. De esa oferta total fueran identificados específicamente **57 programas técnicos** (50 ofrecidos por universidades y 7 por no-universidades), siendo 23 (40.35%) en Turismo General, 20 (35.09%) en Gastronomía, 6 (10.53%) en Economía y Gestión, 3 (5.26%) en Recursos Naturales, 2 (3.51%) en Hospitalidad, 2 (3.51%) en Servicios Turísticos e 1 (1.75%) en Otras Áreas. En lo que respecta a la **licenciatura** se encontró la oferta de **349 programas** (255 de estos en universidades y 94 en no-universidades), siendo 128 (36.68%) en Economía y Gestión, 94 (26.93%) en Turismo General, 69 (19.77%) en Gastronomía. Más allá de eso fueran encontrados 18 (5.16%) programas en Planeación Turística, 14 (4.01%) en Recursos Naturales, 10 (2.87%) en Hospitalidad, 10 (2.87%) en Otras Áreas¹⁷, 3 (0.86%) en Servicios Turísticos, así como 1 (0.29%) en Entretenimiento y Ocio, 1 (0.29%) en Eventos y 1 (0.29%) en Patrimonio Cultural.

En relación a la OET de 406 programas de la categoría **formación inicial (tecnicatura y licenciatura)**,

se verificó que 134 (33%) de ellos son de Economía y Gestión, 117 (28.81%) en Turismo General, 89 (21.92%) en Gastronomía – siendo que estas categorías juntas corresponden a 340 (83.74%) de la OET en este nivel - 18 (4.43%) en Planeación Turística, 17 (4.19%) Recursos Naturales, 12 (2.96%) en Hospitalidad, 11 (2.71%) en Otras Áreas, 5 (1.23%) en Servicios Turísticos, 1 (0.25%) en Entretenimiento y Ocio, 1 (0.25%) en Eventos y 1 (0.24%) en Patrimonio Cultural – siendo que todas estas categorías del límite inferior agregadas representan 16.25% de la OET de cursos de tecnicatura y licenciatura en el país.

Específicamente en las universidades fueran identificados 97 (31.8%) cursos en Economía y Gestión, 77 (25.25%) cursos en Turismo General, 71 (23.28%) en Gastronomía, 18 (5.9%) en Planeación Turística, 15 (4.92%) en Recursos Naturales, 12 (3.93%) en Hospitalidad, 10 (3.28%) en Otras Áreas, 3 (0.98%) en Servicios Turísticos, 1 (0.33%) en Entretenimiento y Ocio e 1 (0.33%) en Patrimonio Cultural. Ya en las no-universidades se constató que 40 (39.6%) de las carreras de turismo están en el área de Turismo General, 37 (36.63%) de Economía y Gestión, 18 (17.82%) de Gastronomía, 2 (1.98%) de Recursos Naturales, 2 (1.98%) de Servicios Turísticos, 1 (0.99%) de Eventos y 1 (0.99%) de Otras Áreas.

Tabla 5: Distribución de la OET en la categoría “formación inicial” (tecnicatura y licenciatura) según áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	97	31.8%	37	36.63%	134	33%
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-
Entretenimiento/Ocio	1	0.33%	-	-	1	0.25%
Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	1	0.99%	1	0.25%
Gastronomía/Restauración	71	23.28%	18	17.82%	89	21.92%
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	12	3.93%	-	-	12	2.96%
Patrimonio Cultural	1	0.33%	-	-	1	0.25%
Planeamiento Turístico	18	5.9%	-	-	18	4.43%
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	15	4.92%	2	1.98%	17	4.19%
Servicio Turístico	3	0.98%	2	1.98%	5	1.23%
Turismo General	77	25.25%	40	39.6%	117	28.82%
Otros	10	3.28%	1	0.99%	11	2.71%
Total	305	100%	101	100%	406	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

¹⁶ Programas de formación inicial, o de 1º ciclo, según la clasificación de Boloña. En la literatura internacional, así como en universidades anglo-sajonas, se los toma por *undergraduate courses*.

¹⁷ Programas que no se podían clasificar en el listado de categorías analíticas previamente definidas, hecha en base a estudios anteriores.

La oferta existente en nivel de postgrado reúne los cursos de *latu sensu* (35 programas), los cuales son divididos en especialización y MBA, y *strictu sensu* (42 cursos), siendo estos subdivididos en maestrías (37 cursos) y doctorados (5 programas).

En el subitem cursos de postgrado de *latu sensu*, especialización o MBA, fueran identificados el total de 35 cursos (siendo 35 de Especializaciones y ninguno de MBA). Cuando se considera la clasificación de dicha oferta según áreas temáticas, se obtiene que 11 (31.43%) son en Economía y Gestión, 7 (20%) en Gastronomía, 5 (14.29%) en Eventos, 4 (11.43%) en Otras Áreas, 3 (8.57%) en Servicios Turísticos, 2 (5.71%) en Hospitalidad, 2 (5.71%) en Turismo General e 1 (2.86%) en Planeación Turística.

Específicamente, en lo que respecta a la distribución de los datos entre *universidades* fueran encontrados 24 programas (24 Especializaciones y ningún MBA), siendo 10 (41.67%) en Economía y Gestión, 5 (20.83%) en Gastronomía, 3 (12.5%) en Otras Áreas, 2 (8.33%) en Eventos, 2 (8.33%) en Servicios Turísticos, 1 (4.17%) en Planeación Turística.

Ya en lo que se refiere a las *no-universidades* fueran encontrados 11 programas *latu sensu* (11 Especializaciones y ningún MBA), siendo 3 (27.27%) en Eventos, 2 (18.18%) en Gastronomía, 2 (18.18%) en Hospitalidad, 1 (9.09%) en Economía y Gestión, 1 (9.09%) en Servicios Turísticos, 1 (9.09%) en Turismo General, 1 (9.09%) en Otras Áreas.

Tabla 6: Distribución de la OET en la categoría "postgrado", *latu sensu*, según áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	10	41.67%	1	9.09%	11	31.43%
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-
Entretenimiento/Ocio	-	-	-	-	-	-
Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	2	8.33%	3	27.27%	5	14.29%
Gastronomía/Restauración	5	20.83%	2	18.18%	7	20%
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	-	-	2	18.18%	2	5.71%
Patrimonio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planeamiento Turístico	1	4.17%	-	-	1	2.86%
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	-	-	-	-	-	-
Servicio Turístico	2	8.33%	1	9.09%	3	8.57%
Turismo General	1	4.17%	1	9.09%	2	5.71%
Otros	3	12.5%	1	9.09%	4	11.43%
Total	24	100%	11	100%	35	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

Cuando se analizó la OET, en el conjunto de las 255 IES del país, fueran identificados 41 programas de *strictu sensu*, siendo 36 en nivel de maestría y 5 de doctorado. De aquellos ofrecidos en maestría, 29 son

ofrecidos en universidades y 7 en no-universidades, de los cuales 18 (50%) en Economía y Gestión, 8 (22.22%) en Planeación Turística, 4 (11.11%) en Recursos Naturales y 3 (8.33%) en Turismo General.

Tabla 7: Distribución de la OET en la categoría "postgrado", *strictu sensu* (maestría), según áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	13	44.83%	5	71.43%	18	50%
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-
Entretenimiento/Ocio	-	-	-	-	-	-

Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomía/Restauración	3	10.34%	-	-	3	8.33%
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	-	-	-	-	-	-
Patrimonio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planeamiento Turístico	6	20.69%	2	28.57%	8	22.22%
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	4	13.79%	-	-	4	11.11%
Servicio Turístico	-	-	-	-	-	-
Turismo General	3	10.34%	-	-	3	8.33%
Otros	-	-	-	-	-	-
Total	29	100%	7	100%	36	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

En el nivel de doctorado se verificó la OET la existencia de un total de 5 programas, todos ofrecidos en universidades, siendo 2 (40%) en Recursos

Naturales, 2 (40%) en Turismo General y 1 (20%) en Economía y Gestión.

Tabla 8: Distribución de la OET en la categoría "postgrado", *strictu sensu* (doctorado), según áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	1	20%	-	-	1	20%
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-
Entretenimiento/Ocio	-	-	-	-	-	-
Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	-	-	-	-
Gastronomía/Restauración	-	-	-	-	-	-
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	-	-	-	-	-	-
Patrimonio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planeamiento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	2	40%	-	-	2	40%
Servicio Turístico	-	-	-	-	-	-
Turismo General	2	40%	-	-	2	40%
Otros	-	-	-	-	-	-
Total	5	100%	-	-	5	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

En la tercera categoría, **otros cursos**, se constató la existencia de 17 cursos en modalidad *online* y 8 cursos en la modalidad formación complementar¹⁸. De los 17 cursos *online*, 10 (58.82%) son en Economía y Gestión, 3 (17.65%) en Turismo General, 1 (5.88%) en Educación (Formación Profesional), 1 (5.88%) en Eventos, 1 (5.88%) en Gastronomía y 1 (5.88%) en Recursos Naturales. En las

universidades fueron encontrados 10 cursos, 7 (70%) en Economía y Gestión, 2 (20%) en Turismo General y 1 (10%) Educación (Formación Profesional). En lo que respecta a las no-universidades, fueron encontrados 7 cursos, siendo 3 (42.86%) en Economía y Gestión, 1 (14.29%) en Eventos, 1 (14.29%) en Gastronomía, 1 (14,29%) en Recursos Naturales y 1 (14,29%) en Turismo General.

¹⁸ Se consideró como formación profesional complementaria los programas o cursos de corta duración (hasta 12 meses) y también los cursos o proyectos de vinculación, em que se proporciona una

formación dedicada a actividades prácticas en proyectos temporarios y con el fin de ofrecer la oportunidad al estudiante de poner en práctica los conocimientos y su aplicación en la comunidad.

Tabla 9: Distribución de la OET en la categoría "otros cursos", subitem "online", según áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	7	70%	3	42.86%	10	58.82%
Educación (Formación de Profesores)	1	10%	-	-	1	5.88%
Entretenimiento/Ocio	-	-	-	-	-	-
Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	-	-	1	14.29%	1	5.88%
Gastronomía/Restauración	-	-	1	14.29%	1	5.88%
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	-	-	-	-	-	-
Patrimonio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planeamiento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	-	-	1	14.29%	1	5.88%
Servicio Turístico	-	-	-	-	-	-
Turismo General	2	20%	1	14.29%	3	17.65%
Otros	-	-	-	-	-	-
Total	10	100%	7	1	17	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

De los 8 cursos de formación complementaria todos son ofrecidos por las universidades, siendo 3 (37.5%) en Gastronomía, 3 (37.5%) en Servicio Turístico, 1 (12.5%) en Eventos y 1 (12.5%) en Recursos Naturales.

Tabla 10: Distribución de la OET en la categoría "formación complementaria" (extensión), según áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	-	-	-	-	-	-
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-
Entretenimiento/Ocio	-	-	-	-	-	-
Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	1	12.5%	-	-	1	12.5%
Gastronomía/Restauración	3	37.5%	-	-	3	37.5%
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	-	-	-	-	-	-
Patrimonio Cultural	-	-	-	-	-	-
Planeamiento Turístico	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	1	12.5%	-	-	1	12.5%
Servicio Turístico	3	37.5%	-	-	3	37.5%
Turismo General	-	-	-	-	-	-
Otros	-	-	-	-	-	-
Total	8	100%	-	-	8	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

La tabla 11 sintetiza la distribución de la muestra de los programas identificados, en relación a su composición según las áreas temáticas y los tipos y subtipos encontrados (modalidad y nivel del curso).

Tabla 11: Distribución de la oferta educativa turística agregada del total de IES en México, según el tipo (tipo de educación), nivel y área temática.

Área temática	Formación Inicial			Postgrado									Otros					
				<i>Latu sensu</i>			<i>Strictu sensu</i>						Cursos de extensión			Cursos a distancia		
				Especialización / MBA			Maestría			Doctorado								
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	134	33%	26.43%	11	31.43%	2.17%	18	50%	3.55%	1	20%	0.20%	-	-	-	10	58.82%	1.97%
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5.88%	0.2%
Entretenimiento/Ocio	1	0.25%	0.2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eventos	1	0.25%	0.2%	5	14.29%	0.99%	-	-	-	-	-	-	1	12.5%	0.2%	1	5.88%	0.2%
Gastronomía/Restauración	89	21.92%	17.55%	7	20%	1.38%	3	8.33%	0.59%	-	-	-	3	37.5%	0.59%	1	5.88%	0.2%
Geografía	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	12	2.96%	2.37%	2	5.71%	0.39%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimonio Cultural	1	0.25%	0.2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planeamiento Turístico	18	4.43%	3.55%	1	2.86%	0.20%	8	22.22%	1.58%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	17	4.19%	3.35%	-	-	-	4	11.11%	0.79%	2	40%	0.39%	1	12.5%	0.2%	1	5.88%	0.2%
Servicio Turístico	5	1.23%	0.99%	3	8.57%	0.59%	-	-	-	-	-	-	3	37.5%	0.59%	-	-	-
Turismo General	117	28.82%	23.08%	2	5.71%	0.39%	3	8.33%	0.59%	2	40%	0.39%	-	-	-	3	17.65%	0.59%
Otros	11	2.71%	2.17%	4	11.43%	0.79%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	406	% en 406	% en 507	35	% en 35	% en 507	36	% en 36	% en 507	5	% en 5	% en 507	8	% en 8	% en 507	17	% en 17	% en 507
507 cursos																		

Fuente: Pimentel (2016a).

4.5 Identificación de las áreas temáticas de los cursos con relación a las áreas de estudio

Después de identificar el número de instituciones de educación superior que ofrecen cursos de turismo en México, los cursos en total - en los diferentes niveles y modalidades - y la relación de posición institucional que tienen en sus IES, se trató a continuación, de verificar si los cursos existentes en sus respectivas áreas de conocimiento tienen características específicas o énfasis. Por ejemplo, un curso de gestión de turismo es un curso general o si tiene cualquier enfoque específico dentro del área de gestión, como la gestión de los espacios naturales. El supuesto detrás de esta caracterización es que los cursos identificados pueden tener un enfoque específico, es decir, a pesar de que un curso de gestión, este curso puede ser especializado en la gestión de los espacios naturales. Es decir, lo que el descriptor de esta categoría en el cuestionario es un doble correlación entre el campo temático ya través tipo de curso y entre este producto y por segunda vez, un posible curso de especialidad que se daría a través de un nuevo cruce con la materia.

Desde luego es necesario mencionar que ni todos las IES especifican formalmente si su OET tiene algún énfasis específico. En ese sentido, se tomó en cuenta aquí tan sólo los cursos en que pudo identificarlas, lo que, por supuesto, debe no representar de forma exacta el total de cursos en esta situación. Así que al agrupar los cursos

ofrecidos en universidades y no-universidades en énfasis se encontró el total de 128 cursos hicieran la mención a existencia de un énfasis específica (independiente del tipo/nivel de los cursos ofertados), en la siguiente distribución: predominan los cursos dedicados al énfasis de Hospitalidad con 44 (34.38%), seguidos por 19 (14.84%) en Recursos Naturales, 18 (14.06%) en Gastronomía y 17 (13.28%) en Economía y Gestión. También fueron identificados 8 (6.25%) programas con énfasis en Planeación Turística, 7 (5.47%) en Turismo General, 6 (4.69%) en Otras Áreas, 5 (3.91%) en Servicios Turísticos, 3 (2.34%) en Eventos y 1 (0.78%) en Patrimonio Cultural.

De los 128 énfasis encontrados, la categoría universidades concentra 104 énfasis, siendo 37 (35.58%) en Hospitalidad, 15 (14.42%) en Economía y Gestión, 15 (14.42%) en Gastronomía, 15 (14.42%) en Recursos Naturales, 8 (7.69%) en Planeación Turística, 4 (3.85%) en Servicios Turísticos, 4 (3.85%) en Turismo General, 3 (2.88%) en Otras Áreas, 2 (1.92%) en Eventos y 1 (0.96%) en Patrimonio Cultural.

En las no-universidades, a su vez, fueron identificadas 24 énfasis, siendo 7 (29.17%) en Hospitalidad, 4 (16.67%) en Recursos Naturales, 3 (12.5%) en Gastronomía, 3 (12.5%) en Turismo General, 3 (12.5%) en Otras Áreas, 2 (8.33%) en Economía y Gestión, 1 (4.17%) en Eventos, 1 (4.17%) en Servicios Turísticos.

Tabla 12: Distribución de los programas según sus énfasis en áreas temáticas.

Área temática	Énfasis					
	Universidades		No Universidades		Total	
	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área	Números Absolutos	% en relación al total del área
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	15	14.42%	2	8.33%	17	13.28%
Educación (Formación de Profesores)	-	-	-	-	-	-
Entretenimiento/Ocio	-	-	-	-	-	-
Deportes	-	-	-	-	-	-
Eventos	2	1.92%	1	4.17%	3	2.34%
Gastronomía/Restauración	15	14.42%	3	12.5%	18	14.06%
Geografía	-	-	-	-	-	-
Hospitalidad	37	35.58%	7	29.17%	44	34.38%
Patrimonio Cultural	1	0.96%	-	-	1	0.78%
Planeación Turística	8	7.69%	-	-	8	6.25%
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	15	14.42%	4	16.67%	19	14.84%
Servicio Turístico	4	3.85%	1	4.17%	5	3.91%
Turismo General	4	3.85%	3	12.5%	7	5.47%
Otros	3	2.88%	3	12.5%	6	4.69%
Total	104	100%	24	100%	128	100%

Fuente: Pimentel (2016a).

4.5 La identificación de las Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT)

A partir de preguntas sobre: 1) si las IES que ofrecen cursos de turismo son dedicadas exclusivamente a la enseñanza; o 2) si producen algún tipo de conocimiento (investigación) en turismo, y en este caso, se la investigación producida es formalizada e institucionalizada en la universidad; se buscó observar la existencia de Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT), teniendo como premisa que dicha existencia es evidencia de una etapa más avanzada en términos de colaboración (redes de investigadores internos de las IES o entre las IES nacionales e incluso extranjeras) y la producción de la investigación científica, con relación al papel que desempeña la institución en la escena nacional y su reconocimiento por otros actores en el campo turístico.

Así se buscó identificar: a) cuales son áreas temáticas de los órganos de investigación y cuales son las áreas temáticas de los cursos ofrecidos; y b) si hay algún tipo de relación entre las áreas temática de producción del conocimiento y la OET, así como si hay relación con la difusión de estos conocimientos en la enseñanza, en la propia institución.

En México fue identificada la existencia de 6 estructuras formales dedicadas a la investigación¹⁹, con temáticas variadas, las cuales están vinculadas a 4 (1.56%) IES de la muestra analizada (es decir, entre las 255 IES con OET en el país), todas pertenecientes a las *universidades* (ninguna encontrada en no-universidad). Estas son:

- 1) Centro de Estudios para el Desarrollo Sustentable Turístico (CEDESTUR), vinculado a Universidad de Guadalajara;
- 2) Centro de Innovación y Desarrollo del Turismo (CIDETUR), vinculado a Universidad Autónoma de Quintana Roo;
- 3) Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR), vinculado a Universidad Autónoma del Estado de México;
- 4) Instituto de Turismo, vinculado a Universidad del Mar;
- 5) Observatorio del Turismo, vinculado a Universidad Autónoma de Quintana Roo;
- 6) Red de Investigadores de Turismo Alternativo (RITA), vinculado a Universidad Autónoma de Quintana Roo.

Tabla 13: Distribución de las Estructuras Formales de Investigación en Turismo, por universidades y según áreas temáticas.

Área temática	Institución	Nombre	Tipo	Cantidad
Ciencias Sociales	Universidad de Guadalajara	Centro de Estudios para el Desarrollo Sustentable Turístico (CEDESTUR)	Centro	1
Economía y Gestión	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Centro de Innovación y Desarrollo del Turismo (CIDETUR)	Centro	2
	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Observatorio del Turismo	Observatorio	
Planeación Turística	Universidad del Mar	Instituto de Turismo	Instituto	1
Recursos Naturales (Medio Ambiente)	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Red de Investigadores de Turismo Alternativo (RITA)	Grupo	1
Turismo General	Universidad Autónoma del Estado de México	Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR)	Centro	1
TOTAL	6 Estructuras Formales de Investigación en Turismo			

Fuente: Pimentel (2016a).

¹⁹ Hubo el caso de 4 EFIT que no fueron incluidos (el Instituto de Investigaciones Turísticas, de la Universidad La Salle Cancún; el Centro Anáhuac de Educación e Investigación para el Turismo (CAIT) de la Universidad Anáhuac del Norte; Centro de Investigaciones Turísticas Aplicadas (CITA) de la Universidad Autónoma de Chiapas; el Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETec) del Tecnológico de

Monterrey Campus Morelia) pues a pesar de conocer su existencia no fue posible confirmar que estaban activos las EFIT, o que estaban directamente vinculados a un programa de oferta educativa en turismo, en el periodo de la coleta de los datos, de acuerdo con la información disponible en el sitios electrónicos de las IES, de acuerdo con la metodología utilizada en la investigación.

De acuerdo a la clasificación utilizada—descrita en la metodología— podemos constatar que de estas estructuras formales de investigación 2 se dedican al tema central de Economía y Gestión (CIDETUR/ y Observatorio de Turismo, ambas en la Universidad de Quintana Roo), 1 posee como eje central de su actuación temas relacionados al área de Ciencias Sociales (CEDESTUR/UDG), 1 concentra sus actividades de investigación en el área de Planeación Turística (Instituto del Turismo/Univ. Del Mar), 1 tiene el enfoque en el área de Recursos Naturales (RTA/Univ. Quintana Roo) y 1 en el área de Turismo General (CIETUR/ Universidad Autónoma del Estado de México). La tabla 13 sintetiza la distribución de los centros de investigación de las IES encontradas en México.

4.6 Existencia de Publicaciones Científicas de Turismo Vinculadas a las IES

En relación a la existencia de **publicaciones periódicas específicas en turismo**²⁰, y considerando la muestra de 255 IES con OET, se ha identificado **3 revistas**, las cuales están vinculadas con instituciones de enseñanza superior (IES), todas universidades, cada una con una publicación propia, a saber:

- 1) Revista Teoría y Praxis - Universidad Autónoma de Quintana Roo;
- 2) El Periplo Sustentable - Universidad Autónoma del Estado de México;
- 3) Revista Conexión de Hospitalidad y Gastronomía - Universidad de Valladolid.

Tabla 14: Distribución de la oferta de revistas científicas en turismo por universidad, tipo y área temática.

Área temática	Institución	Nombre	Tipo	Cantidad	Registro
Economía y Gestión	Universidad Autónoma de Quintana Roo	Revista Teoría y Praxis	Científica	1	ISSN 1870-1582
Geografía	Universidad de Valladolid	Revista Conexión de Hospitalidad y Gastronomía	Científica	1	ISSN: 2007 - 848X
Turismo General	Universidad Autónoma del Estado de México	El Periplo Sustentable	Científica	1	ISSN 1870-9036
Total	3 publicaciones periódicas científicas en turismo				

Fonte: Pimentel (2016a).

4.5 Discusión de los Resultados

En México, es expresiva la oferta educativa en turismo, si comparada a la oferta educativa total del país, es decir uno 8.98% de las IES poseen algún programa de turismo. Sin embargo, esta oferta está masivamente concentrada: en primer lugar, en el nivel de licenciatura (uno 80% del total de la OET), lo que confirma los trabajos del área de educación y formación en turismo (Airey y Tribe, 2005).

Si por un lado la OET en México es introducida desde fines de los años 1950, lo que sugiere cierta

antigüedad y madurez del campo, por otra parte la misma es poco diversificada en tipos y niveles. Además, la escasez en la oferta de programas en turismo, más allá del nivel de formación inicial (tecnicatura y licenciatura), surgidos en otras áreas disciplinares (como, economía, geografía y antropología) en los fines de los años 1920 e inicio de años 1930 en Europa (Airey y Johnson, 1998), sugiere una fase inicial de desarrollo del campo, sobretodo, cuando se considera el tipo de área temática predominante en estos cursos.

El área temática es la segunda forma de concentración identificada de la OET: una tercera parte

²⁰ Sin embargo, las publicaciones que no tienen carácter científico no se tuvieron en cuenta, igual que las producciones que no son publicadas por una IES como el alcance metodológico adoptado como un procedimiento de investigación para permitir la coherencia y la comparación entre países:

- 1) Boletín de información turística, publicado por la Universidad de Guanajuato, que informa sobre temas relacionados con el turismo en la región.
- 2) Boletín de Turismo de Cancún, publicado por el Departamento de Turismo Sustentable, Hotelería y Gastronomía de la Universidad del Caribe en conjunto con la Asociación de Hoteles de Cancún, que se centra en la presentación de los datos estadísticos sobre el turismo en Cancún.
- 3) Revista CESSA Investiga, Trabajos del Centro de Investigación, vinculado a cesar la Universidad, es un medio de difusión de la

investigación sólo de esta institución de educación superior, es decir, no recibe comunicaciones externas.

4) Culinaria. Revista virtual especializada en Gastronomía, vinculada a la Universidad Autónoma del Estado de México, que no tiene carácter científico;

5) En el sector público se destaca la existencia de las publicaciones del Sistema Nacional de Información Estadística: la del Sector Turismo de México (Datatur), vinculado a (Secretaría de Turismo SECTUR), como el Compendio Estadístico del Turismo en México y documento Investigación y estadística Económica, centrándose en las estadísticas de turismo nacional e internacional en México.

Así que se consideró para este análisis, el total de 3 publicaciones científicas identificadas en México que tiene como tema central el ámbito del turismo y es publicado por una IES con oferta de programas en turismo.

(33%) de todas las curso de turismo en México, en nivel de licenciatura, está orientada en el área de economía y gestión, tasa de concentración que prácticamente se mantiene (34.32%) cuando consideramos toda la OET en todos sus niveles. Si se añade el área de gastronomía (21.92%), que también posee un carácter aplicado, funcional y operativo, al dato anterior se verifica que uno 54.92% de los cursos de licenciatura están concentrados en estas dos temáticas, mientras que la consideración de la oferta total del país, evidencia que las mismas áreas juntas responden por uno 54.63% del total de la OET en México. Si aún tomamos la OET en un área no específica, Turismo General, que representa uno 28.82%, resulta que las 3 áreas responden por cerca de uno 83.8% de la OET en nivel de formación en licenciatura, mientras en lo que respecta a la OET total, de todos niveles, la tasa sería de uno 80%.

Con respecto a la existencia de énfasis en los programas (por ejemplo, un programa de turismo que está concentrado en el área de economía y gestión, tiene énfasis específica en un *modus operandi* o un enfoque específico) se observa que uno 34.38% está dirigido al tema de hospitalidad, seguido de recursos naturales (medio ambiente) (14.84%), gastronomía y restauración (14.06%), y economía y gestión (13.28%). En total, estos 4 énfasis juntos suman uno 76.56% de los énfasis de los programas de turismo que poseen algún énfasis en México.

En general, esto sugiere que el campo turístico en México tiene un perfil pragmático vinculado a la *operatividad de los sistemas*, que puede ser favorable en el sentido de la creación de productos y de su gestión. Sin embargo, por otro lado, eso puede convertirse en un riesgo, en el sentido de que haya poco espacio para innovación, para la visualización de otras ramas del fenómeno turístico y sus implicaciones, por ejemplo, en la producción de conocimientos. El hecho de que no ha sido encontrada OET en las áreas temáticas de ciencias sociales, entretenimiento/ocio, formación en turismo o mismo en geografía, puede tornar la formación profesional en México limitada al aspecto pragmático (*practioner*) olvidándose del *philosofical* (Tribe, 2002).

Además, cuando se observa la OET en nivel de postgrado se constata la existencia de 36 maestrías, 50% de las cuales también están ubicadas en la referida área temática de economía y gestión, seguida de Planeación Turística (22.22%). Estas dos áreas juntas corresponden por uno 72.22% de la oferta de maestrías en turismo en México. De forma minoritaria está la OET en el área de recursos naturales y medio ambiente (11.11%), seguida por Gastronomía/Restauración (8.33%) y Turismo

General (8.33%). Dicha oferta alcanza el mismo padrón de lo identificado en el nivel de grado (licenciatura), con la preponderancia de la OET también en Economía y Gestión.

Paradójicamente a la antigüedad de la formación en turismo en el país, iniciada aún en fines de 1950, el volumen de la oferta educativa es bajo en el total del país, es decir uno 8.98% de las IES poseen algún programa de turismo, así como del nivel de institucionalización de investigación en turismo. Es decir, aquella oferta todavía no se ha convertido en producción de conocimiento en el área.

Aunque los CIT hayan surgido, de forma diseminada en el mundo, en fines de los años 1960 e inicio de los años 1970 (Christian, 2000), en México, de las 255 IES con OET identificadas solamente 6 estructuras formales de investigación en turismo (EFIT), existentes en 4 distintas IES, lo que corresponde a una tasa de uno 1.56% de las IES con OET. Es decir, casi 50 años después del proceso de institucionalización de estas estructuras en el mundo, aún es necesario transformar este escenario en México.

La existencia de revistas científicas acompaña el escenario verificado en el análisis de las EFIT. Es decir, en lo que respecta la difusión del conocimiento en turismo, solamente 3 IES poseen 3 revistas científicas dedicadas específicamente a la temática del turismo. Eso equivale a uno 1.17% de las IES con OET. Cumple mencionar, que del conjunto de las 3 revistas identificadas 2 están vinculadas a la IES que posee una EFIT, e incluso una maestría, lo que confirma la conexión entre postgrado, producción y difusión del conocimiento (Tribe, 2005; Pimentel, 2016a; 2016b).

5 CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Con base en el objetivo de identificar la oferta educativa en el turismo con las estructuras formales de producción de conocimiento en el área este artículo trató de mapear la oferta educativa en turismo (OET) existente en México, en sus diferentes tipos y niveles, así como la oferta de estructuras formales de investigación en turismo (EFIT) y correlacionar la enseñanza y producción del conocimiento en turismo.

Se ha verificado fuerte asimetría entre OET y EFIT, además de discrepancias internas de la propia OET (como el predominio de los cursos de grado). Esto sugiere que la OET necesita ser reequilibrada entre sus diferentes tipos y niveles, además de mejorar la producción y difusión el conocimiento relacionado con

la producción de estructuras (EFIT), para ser posible proporcionar un cambio cualitativo en este campo profesional.

En síntesis, hay una baja oferta formativa en turismo en México, o sea, uno 8.98% de las IES de México. Igualmente la existencia de estructuras dedicadas a la producción del conocimiento científico en turismo en este país es compuesto por apenas 1.56% EFIT en vinculados a las IES con OET, igual que la oferta de cursos de posgrado en turismo (5 programas de doctorado y 36 de maestría). Aún la existencia revistas académicas con publicación periódica en el área (3 casos identificados) también es bajo.

La triada economía y gestión, turismo general y gastronomía compone el núcleo duro de la OET en términos de programas, en diferentes niveles y tipos, concentrando 79.68% de todos los programas existentes. La no existencia de una OET más plural, sobre todo considerando las áreas transversales (principalmente en ciencias sociales y formación en turismo), desde la licenciatura hasta el postgrado, y la oferta complementaria, ayuda a explicar parcialmente la dificultad o retraso en la constitución de estructuras formales de investigación en turismo, las cuales, tienden a retroalimentación del sistema, generando insumos de más alto grado de calificación y especificidad, que pueden insertar el campo académico de turismo en México en una ruta más exitosa.

En este sentido, como recomendaciones prácticas se sugiere la ampliación/ diversificación de los cursos, igual que la mejora en la distribución entre los distintos niveles de la formación en turismo. Un esfuerzo contundente se debe hacer para la creación de OET en nivel de postgrado. Todavía, dicha oferta debe sostenerse en estructuras formales de investigación en turismo, que sean capaces de integrar la producción de conocimiento, su enseñanza, transferencia hacia la sociedad y empresas, bien como su difusión científica, por medio de revistas especializadas.

La fuerte inversión nacional en este tema, la búsqueda de alianzas internacionales con otros *players*, más bien establecidos, puede jugar un papel estratégico en la aceleración de este proceso y la reducción gradual de la limitación existente. En términos de recomendaciones teóricas, estudios dedicados a temáticas complementarias a la profundización de este mapeo presentado, como por ejemplo, la investigación de la planta docente de las IES, su formación, titulación, experiencia investigativa y productividad, pueden ser útiles en la construcción de un cuadro más amplio e

integral del sistema educativo en México, en particular de turismo, con vistas a la comprensión e intervención por parte de actores gubernamentales, para la promoción, inducción de ofertas incipientes o en la restricción a aquellas ya saturadas.

REFERÊNCIAS

- Aguilar, A. y Lima, F. (2009). *¿Qué son y para qué sirven las Políticas Públicas?*. In: Contribuciones a las Ciencias Sociales, (5), Septiembre. Disponible en: www.eumed.net/rev/cccss/05/aalf.htm. Acceso en 18 de Octubre, 2015.
- Aguilar, L. (1992). *La hechura de las políticas*. México. Miguel Angel Porrúa.
- Airey, D. (2004). From here to uncertainty. Critical Issues in Tourism Education. En: Conference of the Association for Tourism in Higher Education. *Proceedings ...* Missenden Abbey, Buckinghamshire UK 1-3 December.
- Airey, D. y Johnson, S. (1998). *The profile of Tourism Studies Degree Courses in the UK: 97/98*. Guideline (7). London: National Liaison Group for Higher Education, NGL.
- Airey, D. y Tribe, J. (2000). Education for Hospitality. En: Lashley, C. y Morrison, A. *Search for Hospitality*. Oxford: Ed. Butterworth-Heinemann.
- Airey, D. y Tribe, J. (2005). *An International Handbook of Tourism Education*. Oxford: Elsevier.
- Airey, D.W. (2008). *Tourism education: Life begins at 40*. School of Management, University of Surrey. Disponible en: <http://epubs.surrey.ac.uk/cgi/viewcontent.cgi?article=1039&context=tourism>. Acceso: 18 de Octubre, 2015.
- Bardin, L. (1977) *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (1998). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (2001) "Las Estructuras Sociales de la Economía". 1ª Ed. [1ª Reimp. 2002] Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL. 271p.
- Brandão, F. (2007). *Os observatórios do Turismo como meios de apoio como gestão a competitividade*. Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Portugal.
- Buckley, W. (1970). *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Christian, L. (2000) *Tourism Research in the United States*. In: Canadian Transportation Research pp. 428-442. University of Saskatchewan, Canada. Disponible en: https://umanitoba.ca/faculties/management/tj/media/docs/Tourism_Research_US_2000.pdf. Acceso: 18 de Octubre, 2015.

- Fidegot y Olat. (2013). *Desarrollo de la metodología para la implementación de observatorios turísticos en México*. SECTUR. México.
- Hoerner, J-M. y Sicart, C. S. (2001). *La science du tourisme: précis franco-angais de tourismologie*. (Edition bilingue, collection «Homo Turisticus»). Paris: Balzac Press.
- Jafari, J. (1988). [The Tourist System: Sociocultural Models for Theoretical and Practical Applications](#). *Loisir et Société / Society and Leisure*, 11(1).
- Jafari, J. (2005a). “La cientificación del turismo”. En: Contribuciones a la Economía, julio. Texto completo en <http://www.eumed.net/ce/>
- Jafari, J. (2005b). El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, Norteamérica, 42, sep. Disponible en: <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/24139>>. Acceso en 14 jul. 2016.
- Katz, D. y Kahn, R.L. (1976) *Psicología social das organizações*. São Paulo: Atlas.
- Lajara, M., García, B. L, y Sempere, S. (2009). *Metodología a seguir para la creación y desarrollo de un Observatorio Turístico de la Provincia de Alicante*. Trabajo presentado en el III Congreso Internacional de Turismo de Leiria y Oeste (Portugal).
- Liburd, J., y Hjalager, A.M. (2010). Changing approaches towards open education, innovation and research in tourism. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 17, 12–20.
- Massieu, A. (2000). *La elaboración de estadísticas turísticas a escala subnacional: medición de los flujos de viajes y visitantes*. Disponible en: <http://docplayer.es/11382466-La-elaboracion-de-estadisticas-turisticas-a-escala-subnacional-medicion-de-los-flujos-de-viajes-y-visitantes.html>>. Acceso en 18 de Octubre, 2015.
- Meny, I., y Thoening, J. (1992). *Las Políticas Públicas*. Barcelona, Editorial Ariel.
- Milheira, E., y Dinis, M. (2011). Strategic Tools for Decision Support: The regional Tourism Observatory of Alentejo. En: Book of Proceedings V.1 Trabajo presentado en: *International Conference of Tourism & Management Studies*, Algarve.
- Petrova, G.I., Smokotin, V.M., Kornienko, A.A., Ershova, I.A., y Kachalov, N.A. (2015) Knowledge management as a strategy for the administration of education in the Research University. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 166, p.451-455.
- Pimentel, T. D. (2016a). *Mapeamento dos Centros de Pesquisa e da Oferta Educacional de Cursos de Turismo no Brasil e no Exterior: notas preliminares para delimitação do campo turístico mundial*. Informe de Investigación. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora/PROPESQ-UFJF, Minas Gerais (MG), Brasil.
- Pimentel, T. D. (2016b) “La Trayectoria del Observatorio Económico y Social de Turismo/OEST de la Universidad Federal de Juiz de Fora (Brasil) en el contexto de la estructuras formales de investigación brasileñas: notas sobre su evolución, contribuciones y retos”. En: Ojeda, A. L. & Cisneros, H. F. (Editores) *Reflexiones teóricas e implicaciones prácticas de los Observatorios Turísticos y Gastronómicos*. Editora y local en definición (México).
- Pimentel, T. D., Carvalho, F. C. C. & Oliveira, M. C. B. de (2016). Distribution, Emphasis and Possible Interactions among Tourism Research Centres in Mercosul. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, Juiz de Fora (Brasil), v. 6, p. 72-79.
- Pimentel, T. D. y Paula, S. C. (2014). Desenvolvimento de um protocolo de avaliação do desempenho de recursos humanos em instituições de ensino superior/IES: notas para a gestão acadêmica a partir do caso do Curso de Turismo/UFJF - Brasil. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, 7, p. 243-265.
- Roque, V., Fernandes, G., y Sardo, A. (2013). Observatório de Turismo da Serra da Estrela: um instrumento para a sustentabilidade do turismo na Serra da Estrela (Portugal). *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 2(2), 45-53.
- Simon, H. (1965). *Administrative Behaviour: A Study of Decision-making Processes in Administrative Organization*. Macmillan.
- Thoening, J. (1997). Política pública y acción pública. En: Thoening, Jean-Claude. *Gestión y Política Pública*. México, 6(1), p. 19-37.
- Tomazzoni, E.L y Dorion, E. (13-14 Décembre 2009) *Le tourisme en Amérique latine enjeux et perspectives de développement*. Observatoire de tourisme et de culture comme stratégie mise en valeur du développement regional. *Études caribéennes*. Disponible en: <http://etudescaribeennes.revues.org/3986>>. Acceso en 18 de Octubre, 2015.
- Tribe, J. (2010). Tribes, territories and networks in the tourism academy. *Annals of Tourism Research*, 37(1), p. 7-33.
- Tribe, J. (2002). The philosophic practitioner. *Annals of Tourism Research*, 29(2), p. 338-357.
- Tribe, J. (2005). Overview of Research. (p. 26-43). En: Airey, D.; Tribe, J. (Eds.), *An international handbook of tourism education* Oxford: Elsevier.
- Vargas, S. (2012). *La definición de Política Pública*. En: Bien Comun. México V.209, Pag. 47-52.
- Verduzo, B., y Toudert, Djamel. (2012). Observatorio Turístico de Baja California: Fase 1, Baja California, SECTUR.
- Weber, M. (1978 [1968]). *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.
- Weick, K. E., Sutcliffe, K. M., y Obstfeld, D. (2005) “Organizing and the Process of Sensemaking”. *Organization Science*. 16 (4), p. 409–42.

DESAFÍOS Y DERROTOS DE LOS ESTUDIOS LABORALES EN TURISMO MÉXICO: EL TEMA DE LA FLEXIBILIDAD LABORAL

Víctor Vladimir Sánchez Mendonza *

Carlos Alberto Olivarría Núñez**

Resumen: El presente artículo plantea los desafíos, derroteros y los vacíos que presentan investigaciones académicas sobre temas laborales, como la flexibilidad laboral en la industria turística. Nuestras preocupaciones se centran en la falta de estudios laborales, que ayuden a explicar las transformaciones en las dinámicas sociales que se presentan en el mercado laboral turístico, y las implicaciones que de ellas surgen, por ejemplo en el contexto laboral de Mazatlán, Sinaloa (México). En el artículo también se hace un recorrido breve del contexto internacional y nacional, donde se identifican algunas perspectivas teóricas sobre la flexibilidad laboral en esos niveles hasta llegar a lo local. Asimismo, se mencionan algunos estudios sobre temas laborales en el turismo y se hace énfasis en la importancia de vincular la flexibilidad laboral y sus implicaciones en la calidad de vida de los trabajadores del sector hotelero, como una de las temáticas que presentan grandes desafíos en las líneas de generación del conocimiento. Las conclusiones son que los derroteros que se presentan en los estudios laborales del sector turístico, en distintos escenarios, son el resultado de pocas investigaciones desde diversos enfoques como: sociológico, antropológico, turístico, entre otros, particularmente en el contexto nacional de México y local de Mazatlán. Mientras que los desafíos son llenar esos huecos en el conocimiento, facilitar el acceso de los trabajos y que no permanezcan como un "acervo de lujo" debido a la falta de consulta en estos temas por investigadores, y diversificar los programas de posgrado con líneas de generación del conocimiento con estas temáticas.

Palabras clave: Estudios Laborales. Flexibilidad Laboral. Turismo. Mazatlán (México).

THE ROUTES AND CHALLENGES IN THE WORK FORCE STUDIES IN TOURISM IN MÉXICO: THE CASE OF LABOR FLEXIBILITY

Abstract: This article discusses the challenges, routes and gaps presented in academic research on labor studies in tourism, such as labor flexibility in the tourism industry. Our concerns focus on the lack of labor studies that help explain the changes in the social dynamics that occur in the tourism labor market, and the implications that arise from them. In the article a brief tour of international and national context, where some theoretical perspectives on labor flexibility at these levels are identified going down until to the local level, where we can use, as an example, the employment context of Mazatlán, Sinaloa (México). One of the themes that present great challenges in knowledge generation lines is the importance of linking labor flexibility and its implications for the quality of life of workers in the hotel industry. Our conclusions are that the routes that are presented in the labor studies of the tourism sector, in different scenarios, are the result of little research from diverse approaches as: sociological, anthropological, tourist among others, particularly in the national context of Mexico and the local of Mazatlán. While the challenges are to fill these gaps in knowledge, facilitate access to jobs and not remain a "luxury collection" due to the lack of consultation on these subjects by researchers, and diversify postgraduate programs with lines of Generation of knowledge with these themes.

Keywords: Labor Studies. Labor Flexibility. Tourism. Mexico.

(DES)CAMINHOS E DESAFIOS DOS ESTUDOS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO NO MÉXICO: O TEMA DA FLEXIBILIDADE TRABALHISTA

Resumo: Discutem-se aqui os caminhos e os desafios apresentados nas pesquisas acadêmicas sobre a flexibilidade trabalhista no turismo. A questão central centra-se na falta destes estudos, os quais poderiam ajudar a explicar as transformações nas dinâmicas sociais que se apresentam no mercado trabalhista turístico e os envoltimentos que delas surgem. Faz-se um breve percurso do contexto internacional e nacional, onde se identificam algumas perspectivas teóricas sobre a flexibilidade trabalhista nesses níveis até chegar ao local, exemplificando com o contexto trabalhista de Mazatlán, Sinaloa (México). Ainda cumpre ressaltar os grandes desafios nas linhas de geração do conhecimento, que neste caso, estão mais concentradas na flexibilidade trabalhista e seus envoltimentos na qualidade de vida dos trabalhadores do setor hoteleiro. Os resultados mostram que as rotas laborais do sector do turismo, em diferentes cenários, são o resultado de uma pesquisa limitada de várias abordagens, como sociológico, antropológico, turismo, entre outros, particularmente no México e em Mazatlán. Por outro lado, os desafios são preencher esses vazios de conhecimento, facilitar o acesso ao trabalho e a não permanência do tema como um "acervo de luxo", devido à sua omissão nos interesses dos pesquisadores, ainda tem-se a necessidade de diversificação de programas de pós-graduação com linhas geração de conhecimento nestas questões.

Palavras-chave: Estudos do trabalho. Flexibilidade trabalhista. Turismo. México.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Doctor en Ciencias Sociales, Maestro en Ciencias Sociales con énfasis en Desarrollo Regional y Licenciado en Comercio Internacional. Docente de la Escuela de Turismo en Universidad Autónoma de Sinaloa en Mazatlán, Sinaloa, México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores SIN (CONACYT) y de la Red de Investigadores y Centros de Investigación Turística en Turismo del Instituto de Competitividad Turística de la Secretaría de Turismo, México. [victor0113@hotmail.com]

**Licenciado en Turismo por la Escuela de Turismo y Maestro en Ciencias Sociales con énfasis en Estudios Regionales, ambos por la Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS. Ex-becario CONACYT. [caolivarría@gmail.com]

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Editores Científicos Convidados/ Invited Scientific Editors: Stella Maris Amaiz Bume & Alfredo César Dachary (UDG).

Recebido em 23 de Setembro de 2016; aceito em 28 de Novembro de 2016; publicado online 31 de Dezembro de 2016.

Received on September 23, 2016; accepted on November 28, 2016; published online on December 31, 2016.

Seção revisada às cegas por pares/Double bind review section.

1 ANTECEDENTES: LA IMPORTANCIA DE LOS ESTUDIOS LABORALES EN EL TURISMO

Lo primero que se nos puede venir a la mente es preguntarnos ¿Por qué realizar estudios laborales relacionados con el Turismo y su importancia económica, política y sobre todo social?

Sisto (2009), sugiere que el trabajo ha sido una de las principales formas de vinculación social debido a que forma parte fundamental en el pilar de las organizaciones de las sociedades modernas, al soportar ciertas formas de sociabilidad basadas en la estabilidad y la pertenencia colectiva, participando en la construcción de identidades sociales afines. En ese sentido, Gorz (1991) también plantea que es en el trabajo, donde el sujeto consigue una existencia y una identidad social, ya que gracias a él, es que el trabajador se inserta en una red de relaciones e intercambios que le posibilitan medirse y encontrarse con otros. Asimismo, afirma:

La característica esencial de este trabajo –el que tenemos, buscamos u ofrecemos – es la de ser una actividad en la esfera pública, demandada, definida, reconocida como útil por otros y, como tal, remunerada por ellos. Por el trabajo remunerado (y más particularmente por el trabajo asalariado) es por lo que pertenecemos a la esfera pública, conseguimos una existencia y una identidad sociales (es decir, una profesión)” (Gorz, 1991: 26).

A su vez, Sennett sostiene que: “La aprehensión del trabajo se ha introducido en todas partes, y ha desleído la autovaloración, dividido familias, fragmentado comunidades y alterado la química del trabajo” (Sennett, 2006:101) y agrega, que en las sociedades contemporáneas: “En lugar de turnos fijos que varían de un mes a otro, la jornada de trabajo es un mosaico de gente con horarios diferentes y más personalizados.” (Ibíd: 58,59).

De acuerdo con Sennett, las condiciones laborales que se generan a partir del trabajo flexible, también se caracterizarían por su incapacidad de generar proyectos de vida a largo plazo. Este mismo autor señala que la flexibilidad del trabajo y los modos de comportamientos asociados, caracterizados por la falta de compromiso a largo plazo, el inmediatez, la débil lealtad, el juicio

basado en la conveniencia individual pero no en la colectiva, se involucran en todas las relaciones interpersonales del sujeto poniendo en riesgo la propia conformación del carácter así como el desarrollo de vínculos sociales estables y duraderos.

Los planteamientos propuestos por Gorz (1991), Sisto (2009) y Sennett (2006), dentre otros, son importantes debido a que estos autores perciben algunas de las implicaciones sociales del mundo del trabajo. El vínculo social de identidad, pertenencia y cohesión social que da el trabajo son insoslayable abordarlos, debido a que se les debe prestar importancia a los individuos. Así pues, el alto contenido social que emana de las relaciones de poder y de dominio, entre los actores sociales, y que se derivan del trabajo, debe ser estudiado y profundizar en ello.

Por lo cual, es necesario que profundicemos en la perspectiva teórica, surgimiento e importancia de los estudios realizados sobre la flexibilidad laboral para ver de qué trata este concepto y sus efectos que se pueden presentar en las empresas como para los trabajadores.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE LA FLEXIBILIDAD LABORAL

Sánchez (2001) y Lagos (1994), señalan que en los inicios de los años 80 surgió la flexibilidad laboral¹ en los países industrializados, y en algunos países en desarrollo, como consecuencia del deficiente desempeño económico de comienzos de los años ochenta caracterizado por un estancamiento económico y mayores niveles de desempleo e inflación.

De acuerdo con Sánchez (2001), ante los cambios suscitados en el mercado laboral, se dio un cambio en la actitud, por parte de las organizaciones de trabajadores respecto a la flexibilidad del mercado laboral, entre los interlocutores sociales, y se reconoció que para contener el problema del desempleo y dar un nuevo impulso a la actividad económica se necesitaban programas más amplios y una nueva manera de pensar respecto a la productividad, a la organización del trabajo y el ambiente social interno a escala empresarial. Lo que suponía romper con la rigidez de los mercados laborales².

¹ Para Ibarra et al (2009), la flexibilidad laboral se puede explicar desde 3 diversos enfoques o vertientes como el institucional del mercado de trabajo, otra señala que la flexibilidad se dio como resultado de cambios en el contexto económico general (Fina, 2001; Blanchard, 2004; Nickell, Nunziata y Ochel 2002), y una 3 tercera explicación sugiere que la flexibilidad en el mercado de trabajo se dio como resultado de cambios en

el sistema de producción de tipo fordista (Pollert,1994;Trehan,2003;Blanchard 2004; Blanchard y Wolfers, 2000).

² La rigidez del mercado de trabajo se refleja en el precio de la mano de obra, las condiciones de empleo y la cantidad y calidad de los recursos humanos. La rigidez del mercado de trabajo es resultado de limitaciones institucionales, políticas sociales, legislación, acuerdos colectivos, negociaciones centralizadas, acción sindical y directrices gubernamentales.

Cabe decir que el concepto de flexibilidad laboral es un concepto polisémico, es decir, posee diferentes definiciones y no tiene un significado preciso por lo que se debe hacer uso de la hermenéutica, para que facilite la comprensión de su significado y sus implicaciones en el contexto actual, pero, se muestra la definición que propone la Organización Internacional de Trabajo (2000) como "la eliminación, disminución, aflojamiento o adaptación de la protección laboral clásica, con la finalidad -real o presunta- de aumentar la inversión, el empleo o la competitividad de la empresa"; por otro lado, Sennett habla de la FL de una manera diferente y enfocada en la fragmentación social al considerar que:

"la aprehensión del trabajo se ha introducido en todas partes, y ha desleído la autovaloración, dividido familias, fragmentado comunidades y alterado la química del trabajo" (Sennett, 2006: 101) y agrega que "en lugar de turnos fijos que varían de un mes a otro, la jornada de trabajo es un mosaico de gente con horarios diferentes y más personalizados" (Ibid: 58-59).

Existe un debate muy amplio³ sobre el concepto de precariedad laboral y sobre su similitud con el concepto de flexibilidad laboral desde los años ochenta pues autores (Bouzas, 2008; Castells, 1999; De la Garza 2003b; Ianni, 1999; Rifkin, 1996; Sánchez, 2001; Sennett, 2006, entre otros) han tratado ambos conceptos para redefinir políticas públicas enfocadas en las relaciones laborales y sus efectos en la sociedad. Sin embargo, más allá de los conceptos y las políticas públicas están los altos costes sociales que provoca la flexibilidad en el empleo y que conllevan a la precarización del empleo.

Arancibia (2011) señala que dentro de la flexibilidad laboral se pueden encontrar las denominadas flexibilidad interna (en la que se encuentran la flexibilidad salarial, la flexibilidad en los horarios de trabajo, la flexibilidad en la jornada de trabajo y la flexibilidad funcional) y la flexibilidad externa que se refiere a los distintos tipos de contratación. Todo esto como parte del proceso de acumulación flexible que surgió ante la crisis del capitalismo y del sistema de producción fordista en masa dando paso al sistema de producción flexible.

Por lo tanto, para flexibilizar el mercado de trabajo es necesario eliminar una serie de normas y reglamentaciones que impiden absorber la oferta de mano de obra y adaptarse a las exigencias del cambio tecnológico y la competencia externa. Lagos, R. (1994).

³ Las características que describe el concepto de precariedad laboral, y cuyo enfoque es de tipo social, son la inseguridad en el empleo, bajos salarios, disminución de derechos laborales, dependencia personal respecto al empleador, malas condiciones de trabajo, ausencia de

Por otro lado, Díaz (1996) señala que la flexibilidad en el mercado de trabajo puede ser abordada desde la visión de dos grandes modelos en las relaciones de trabajo: una desde un tipo macroeconómico (la cual se refiere a la capacidad y tipo de adaptación del sistema productivo); y desde lo microeconómico, que alude a la adaptación de la empresa a las condiciones cambiantes de su entorno económico.

Mientras que Echeverría y López (2006), señalan que el impacto de la flexibilidad laboral puede ser abordado desde una dimensión productiva pero también, en el ámbito personal y social de los trabajadores por lo cual ellos la estudian desde dos puntos de vista:

- 1.- Como un fenómeno empresarial caracterizado por la innovación en la forma de contratar, utilizar, organizar y administrar el trabajo y,
- 2.- Como las diversas necesidades de acomodo vital que experimentan los trabajadores al combinar el tiempo dedicado al trabajo y el dedicado a la vida extra laboral; el impacto personal, social y familiar de los cambios flexibles en la organización del tiempo de trabajo. De esta forma, la flexibilidad laboral se revela como un fenómeno que toca al conjunto de la vida; sus espacios individuales y sociales, con efectos marcados sobre el bienestar, la salud, la calidad de vida familiar y la calidad del descanso, del uso del tiempo no trabajado (Echeverría y López 2006).

Como se puede observar existen distintas posturas teóricas que ligan a la flexibilidad laboral⁴ y sus impactos, con las modificaciones en los sistemas de producción, las formas de contratación de las empresas y los impactos que afectan a la vida de los trabajadores.

2.1 La Flexibilidad Laboral: perspectivas teóricas en México

De acuerdo con Bouzas y De la Garza (1998), los principales estudios sobre la flexibilidad laboral han sido orientados a la industria maquiladora nacional donde buena parte de ellos se enfocan hacia las plantas de ensamblaje de automóviles, autopartes, fábricas textiles y aquellos sectores donde la mano de obra de la mujer toma un papel fundamental sobre todo en el norte del

reconocimiento profesional, entre otras, y han sido particulares de muchos empleos a lo largo de la historia del capitalismo.

⁴ Miguélez (2010) señala que la flexibilidad del trabajo es una estrategia que las empresas utilizan frente a una competitividad mucho más global desde hace décadas y tiene dos caras: una económica y la otra política. En la primera la flexibilidad permite controlar mejor los costes de la producción mientras que en términos políticos, lo que se obtiene es controlar las demandas de los trabajadores y de sus organizaciones.

país. Estos estudios se basan sobre relaciones obrero-patronales, sindicales, identidad colectiva, precariedad en el empleo, entre otros. Estos mismos autores plantean que la flexibilidad laboral ha sido estudiada en México, a partir de la mitad de la década de los años ochenta, desde 6 enfoques de análisis los cuales son los siguientes:

- 1) Un primer enfoque se da desde la perspectiva regulacionista donde algunos de los estudiosos (Gutiérrez, 1988; Hernández, 1990), se enfocaron en las razones estructurales.
- 2) Otro enfoque se aborda desde la visión del espacio de la relación laboral, su vínculo entre los actores sociales y las particularidades que la flexibilidad en el empleo presentaba en México (De la Garza, 1990 y 1993).
- 3) Mientras que Quintero, 1993; Martínez, 1992; Carrillo, 1990; y Covarrubias, 1993 toman en cuenta las expresiones sectoriales o regionales y las diferencias geográficas o de rama.
- 4) Por su parte Carrillo, 1993; Bouzas, 1992; Montiel, 1993; Guzmán, 1992; Bensusan, 1990b y Herrera, 1992 toman en cuenta los estudios de caso para enriquecer la información empírica sobre el problema y replantear hipótesis teóricas provenientes de los marcos teóricos globales sobre la reestructuración productiva.
- 5) Otro enfoque tiene que ver con el papel de Estado en el papel flexibilizador (Bensusan, 1995); y
- 6) el último enfoque que se estaba debatiendo, hasta 1998 y la actualidad (De Buen, 1989,1995; Bensusan, 1995; De la Garza, 1995; Fuentes, 1994; Bouzas, 1988 y 1996), es sobre las posibles modificaciones al marco jurídico laboral y sus repercusiones en la flexibilidad en el empleo en México.

Lo cual está sucediendo actualmente en México con la Reforma Laboral que se institucionalizó en 2012 y, cuyas implicaciones en los diversos sectores de la economía y la sociedad, valen la pena debatirse y estudiarse.

Como se puede observar desde la mitad de los años ochenta se ha estado analizando la flexibilidad en el empleo, en México, desde diversas perspectivas, dada la complejidad del fenómeno, y en distintos contextos en el tiempo y el espacio. Sin embargo, son escasos los estudios que se dediquen a las investigaciones laborales en el turismo de manera especializada, en México ni en Mazatlán, ni de la flexibilidad laboral o de problemáticas

laborales particulares de este sector. Más adelante mencionaremos algunos que hemos encontrado y las dificultades que se nos presentaron para encontrarlos.

Así pues, en este análisis conceptual de la flexibilidad laboral, se han encontrado elementos teóricos que indican que este concepto está ligado a temáticas sociales como la calidad de vida⁵ y está acarreado problemas que limitan que los trabajadores puedan tener una vida mejor en cuestiones materiales o se sientan satisfechos en sus necesidades materiales y emocionales. Pero ¿cómo se vinculan o relacionan la flexibilidad laboral con el turismo, sus implicaciones y efectos hacia los trabajadores del sector turístico?

2.2 EL CONTEXTO INTERNACIONAL Y NACIONAL DEL TURISMO

De acuerdo con una nota del periódico español El País, en septiembre de 2013, el secretario general de la Organización Mundial del Turismo (OMT), Taleb Rifai declaró en España, que el turismo en ese año estaba generando más ingresos y puestos de trabajo que otros sectores tradicionales. También señaló que era uno de los sectores económicos con más resistencia y con personas con gran capacidad para sobreponerse a periodos de dolor emocional y traumas. Por último, Rifai enfatizó que el turismo es capaz de reducir la pobreza y apoya el desarrollo.

Asimismo, la OMT (2015) aseguraba que el turismo es uno de los principales motores de la economía y de la prosperidad en el mundo, y uno de sus mayores retos es coadyuvar con la atenuación de la pobreza a nivel global. Es por ello, que enfocar el poder de creación de riqueza del turismo hacia las personas más necesitadas es una tarea inmensa y una extraordinaria oportunidad.

Ahora bien, para resaltar la importancia del turismo a nivel global y su relevancia es necesario decir que el turismo en el mundo representa una de las actividades económicas más importantes por su gran dinamismo y capacidad de desarrollo. Las cifras lo constatan, ya que participa con el 9.8 % del Producto Interno Bruto (PIB) y emplea a 276, 845,000 personas⁶ en todo el mundo, lo cual significa un 9.4 % del empleo mundial. Esto durante 2014, y de acuerdo con la World Travel & Tourism Council

⁵ De la Herrán y Arita en Beraud Lozano (2008) indican que la calidad de vida es un proceso (que involucra el desarrollo de habilidades y capacidades requeridas para funcionar en sociedad, y que se va dando según las necesidades del individuo y las exigencias del medio) que evoluciona y transforma las condiciones objetivas de vida mediante la vida

de los individuos; en lo subjetivo sugiere que el individuo tenga su propio juicio sobre la satisfacción con la vida y los sentimientos de bienestar a cerca de los niveles de felicidad.

⁶ Incluyendo los empleos indirectos.

(2015)⁷. Asimismo, el organismo indica que el sector de viajes y turismo generó 100 millones de empleos directos.

En el caso de México⁸ y, de acuerdo con el sistema nacional de la información estadística del sector turismo de México (DATATUR, 2015)⁹, en el cuarto trimestre de ese año hubo 3.8 millones de personas empleadas en el sector turismo en este país. Resaltando que dicha cifra representa un máximo histórico en toda la serie del empleo turístico.

Y es que en el caso de México, el gobierno entrante de Enrique Peña Nieto, en 2012, propuso como metas principales (en el Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018), mejorar la economía del país, la seguridad pública, la imagen internacional, captar más inversión extranjera directa, la reducción de la pobreza, la generación de empleos, entre otras. Para ello, el gobierno incluyó al turismo como su brazo derecho para lograr algunas de estas metas sobre todo en las económicas.

Asimismo, el 13 de febrero de 2013, el Presidente de la República dio a conocer la Política Nacional Turística (PNT)¹⁰ y las directrices que guiarían el sector turístico durante los siguientes años, con la finalidad de aprovechar el potencial turístico de México, generar una mayor derrama económica en el país y hacer del turismo una verdadera palanca del desarrollo y bienestar social. Así pues, en el discurso del Estado actualmente el turismo se posiciona como un impulsor para el crecimiento económico del país y como un motor para el desarrollo y el bienestar social. Todavía, para lograr lo anterior el Estado se ha visto en la necesidad de establecer un marco regulatorio que favorezca la obtención de dichas metas.

Es ese mismo marco regulatorio el que está creando condiciones que favorezcan que las condiciones de vida y de empleo de los trabajadores del turismo y la hotelería se vayan degradando paulatinamente. Un ejemplo de ello, es la *Reforma Laboral 2012*¹¹ concretada en México y que el

gobierno mexicano justificó a través del diagnóstico del mercado laboral del país propuesto en el Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018. En él, se señala:

“Resulta impostergable impulsar políticas públicas que propicien la generación de empleos y demerencias formales, para brindar certidumbre a los trabajadores en el acceso a los mecanismos de previsión social. Asimismo, reducir los costos que enfrentan las empresas al emplear a trabajadores formales, permitiría aprovechar a plenitud el potencial de la fuerza laboral”. PND, 2013-2018).

Para los empresarios y el gobierno federal en México la flexibilidad en el empleo es positiva pues el secretario del Trabajo y Previsión Social, Alfonso Navarrete Prida (2015), aseguró que la flexibilización del empleo fue uno de los beneficios de la reforma laboral de 2012 que ha impactado principalmente a mujeres y jóvenes¹². El funcionario comentó, además, que la flexibilización provocó que la gente accediera “más rápido” a un “empleo digno” y destacó que uno de los mayores logros de la reforma es que en 17 meses consecutivos no se ha presentado ni una sola huelga en el país. De la misma manera, aseveró que al introducir estos mecanismos de flexibilización permitió que en 2013, el empleo formal creciera el doble que la economía pues este lo hizo en un 2.9% mientras que la economía lo hizo en un 1.4%. En 2014, la economía creció en 2.1% y el empleo creció en 4.3%. Es decir, en ambos años el empleo creció a un ritmo que duplicó el crecimiento de la economía (Ibíd.).

A 3 años de la implementación de esta reforma está teniendo implicaciones negativas en la calidad de vida de los trabajadores que tenían un empleo formal al reestructurarse sus contratos colectivos de trabajo modificando sus condiciones laborales y prestaciones sociales.

En contraste, las nuevas plazas laborales surgidas de esta reforma laboral traen nuevas características en

⁷ (WTTTC).-World Travel & Tourism Council. (2015). “El impacto comparativo económico de viajes y turismo.” Obtenido en: <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic%20impact%20research/regional%202015/world2015.pdf>. Consultado: 08/04/2016.

⁸ De acuerdo al Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI, 2015) hasta el año 2014 el turismo aportaba el 8.7% del Producto Interno Bruto (PIB) y generaba 2.3 millones de puestos de trabajo que representaban el 5.9% del total nacional.

⁹ Véase DATATUR 2015. Empleo Turístico.

¹⁰ SECTUR 1er Informe de Labores (2012-2013). Disponible en: file:///C:/Users/OLIVARRIA%20NU%C3%91EZ/Downloads/SECTUR_1ER_INFORME_LABORES_2013.pdf Consultado el 24/06/15

¹¹ De acuerdo con la cámara de Diputados y el Diario Oficial de la Federación, el día 30-Nov-2012 se reformaron los artículos 2o; 3o; 4o,

fracción I, inciso a); 5o, fracción VII; 25, fracciones I, II y IV; 28; 35; 43, primer párrafo, y fracción II; 47, fracciones II, VIII, y segundo, tercer y cuarto párrafos; 48; 50, fracción III; 51, fracción II; 56; 97, fracción IV; 103 Bis; 110, fracciones V y VII; 121, fracción II; 132, fracciones XVI, XVII, XVIII y XXVI; 133, primer párrafo y fracciones I y V; 134, fracción II; la denominación del Capítulo III Bis del Título Cuarto, para quedar como “De la Productividad, Formación y Capacitación de los Trabajadores” correspondientes a la Ley Federal del Trabajo.. Obtenido en: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/actual/2012_2.htm Consultado el día 02/01/16.

¹² Proceso. (2015). Reforma laboral detonó “empleo digno”, presume Navarrete Prida. Obtenido en: <http://www.proceso.com.mx/?p=398245> Consultado el 02/04/2015.

comparación con las plazas de la reforma laboral anterior. Tales características se manifiestan en una mayor volatilidad del empleo, facilidades de contratar de forma segura por las empresas contratantes, y se han presentado problemas para que los trabajadores obtengan las necesidades básicas tanto en sus remuneraciones económicas como de seguridad social al momento de desempeñar una actividad remunerada.

Si bien, con esta reforma laboral se promueve el empleo a mujeres embarazadas, se facilita el primer empleo para los jóvenes y las personas con capacidades diferentes también se están promoviendo facilidades de contratación y de despido de los trabajadores, las reestructuraciones empresariales, la desprotección sindical, la inestabilidad, la inseguridad social y laboral. Lo cual afecta negativamente la calidad de vida de los trabajadores.

Observamos que la reforma laboral es el instrumento político, y el vehículo que utiliza el neoliberalismo para implementar la flexibilidad laboral como estrategia de acumulación de capital. Se plantea lo anterior dado que en estas políticas laborales la flexibilidad en el empleo es el ingrediente principal, como una estrategia de competitividad empresarial, que maximice la rentabilidad, y que coadyuve a reducir costos así como riesgos dentro de las empresas.

Asimismo, estas medidas económicas y políticas, no contemplan los costos sociales que de ella se derivan como lo son las implicaciones en la calidad de vida de los trabajadores. Los costos sociales y las implicaciones negativas que se observan, son la degradación de las relaciones familiares, problemas de salud, inestabilidad económica, social, inseguridad e inestabilidad en el empleo y la falta de tiempo libre.

En este sentido, se observa que los trabajadores del sector hotelero en Mazatlán, actualmente viven su vida en la incertidumbre por la inseguridad laboral dentro de una estructura social donde su trabajo está condicionado por la movilidad laboral, en la incertidumbre constante al no tener un empleo seguro, la insuficiencia de prestaciones sociales, y que lo colocan ante su incapacidad para satisfacer sus propias necesidades, que cada vez están más insatisfechas.

Por otra parte, sus condiciones de trabajo están sustentadas en la falta de control de su propio tiempo

ante las cargas excesivas de trabajo y por horarios flexibles. Las prestaciones sociales y condiciones en que laboraban los trabajadores en el turismo en México, se basaban previas a los acontecimientos señalados, en una mayor protección sindical, contratos colectivos que les daban una mayor seguridad laboral, contaban con fondo de ahorro, una mayor prima vacacional, un mejor ingreso, mejor capacidad de ahorro, su poder adquisitivo era mejor, tenían cargas de trabajo más equitativas, mayores facilidades para adquirir un crédito de vivienda y vales de despensa.

En este orden de ideas, la OMT (Organización Mundial del Turismo) 2015, reconoce que la industria turística cuenta con profesionales bien preparados, pero también con numerosos trabajadores que tienen dificultades para encontrar empleo en otro sector, como aquellos recién llegados al mercado laboral (los jóvenes o los inmigrantes), las mujeres con responsabilidades familiares que solo pueden trabajar a tiempo parcial y trabajadores de baja cualificación. Por lo que el turismo constantemente está contribuyendo a su integración social y desarrollo personal.

Asimismo, señala que en el mundo del trabajo el turismo no se conoce bien en general porque faltan datos fiables pues solo unos cuantos países tienen datos estadísticos útiles sobre el empleo en las industrias turísticas¹³. Por lo que puntualiza que la mejora de los métodos de recopilación de datos estadísticos y la mayor incorporación de las personas empleadas en las industrias turísticas, aportará información más fiable y coherente sobre el empleo, la estructura ocupacional, las cualificaciones, las destrezas, las condiciones de trabajo, los sueldos y la remuneración, entre otros aspectos (Ibíd).

En ese sentido, Méndez Sosa, et al. (2013) señalan que la reestructuración empresarial y la flexibilización del mercado de trabajo en México, han llegado para derrumbar prácticamente todas las ventajas que pudiese tener la fuerza de trabajo además de que el sector turístico ha sufrido transformaciones en el mismo contexto de la globalización y el neoliberalismo¹⁴. En la tabla 1 se muestran algunos de los factores negativos y positivos para las empresas como a los trabajadores, que determinan la manera en que flexibilidad laboral se presenta en el sector turístico de México¹⁵.

¹³ (OMT) Organización Mundial del Turismo (2015). Empleo y trabajo decente en el sector turístico –proyecto conjunto OIT-OMT - Obtenido en: < <http://statistics.unwto.org/es/project/empleo-y-trabajo-decente-en-el-sector-turistico-proyecto-conjunto-oit-omt> >. Consultado: 08/04/2016.

¹⁴ Sobre el neoliberalismo Harvey (2007) señala que este es un proyecto de clase y precisa: “El neoliberalismo es, ante todo, una teoría de prácticas

político-económicas que afirma que la mejor manera de promover el bienestar humano, consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales del individuo” (Harvey, 2007:8).

¹⁵ La información fue obtenida de un estudio de Méndez Sosa et al (2013) quienes han sido de los pocos que han estudiado la flexibilidad laboral en

TABLA 1.-FACTORES QUE DETERMINAN LA FLEXIBILIDAD LABORAL EN EL SECTOR TURÍSTICO EN MÉXICO.

POSITIVOS PARA EMPRESAS TURÍSTICAS	NEGATIVOS PARA EMPRESAS TURISTICAS	POSITIVOS PARA TRABAJADORES	NEGATIVOS PARA TRABAJADORES
1) Implementación de reformas en materia laboral como la de 2012. 2) Mayores facilidades de acumular ganancias. 3) Facilidades para ser más competitivos. 4) Trabajadores multifuncionales o polivalentes. 5) Movilidad de trabajo (interna). 6) Renegociación de los contratos colectivos de trabajo. 7) Disminución de huelgas. 8) Implementación de distintos sistemas de producción como el "Todo incluido". 9) Subcontratación. 10) Periodos de prueba. 11) Facilidades de contratación y de despido.	1) Polarización de especializaciones. 2) Estacionalidad turística. 3) Elevada rotación del personal.	1) Menor calificación y cualificación para ser contratados. 2) Diversidad en los tipos de remuneración. 3) Facilidades de empleo para estudiantes, mujeres embarazadas y personas sin experiencia laboral.	1) Contratos temporales y/o inexistencia de contrato. 2) Salarios bajos. 3) Pérdida de prestaciones sociales. 4) Degradación de sus condiciones laborales. 5) Intensificación del trabajo. 6) Mayores facilidades para ser despedidos. 7) Variación de los horarios de trabajo 8) Falta de control de su propio tiempo. 9) Desprotección sindical.

Fuente: Elaboración Propia con información de Méndez Sosa et al (2013).

Se observa que para las empresas los factores positivos son bastantes y los negativos son mínimos, pero el objetivo de estos factores es el de disminuir los costos de la empresa turística por concepto de la disminución de las prestaciones sociales de sus trabajadores, y la renegociación de los contratos colectivos. Y así, conseguir ser más rentables y acumular mayor capital. Esto también, gracias a poder adaptar al trabajador lo mayor posible a las necesidades de empleabilidad de la empresa.

Mientras que para los trabajadores los factores positivos son pocos pero de igual forma ayudan a conseguir un empleo a jóvenes sin experiencia laboral y sin tantos requisitos. Sin embargo, los factores negativos impactan de manera directa en aspectos objetivos y subjetivos de su calidad de vida. En lo objetivo la flexibilidad laboral tiene implicaciones en la calidad de vida de los trabajadores en las prestaciones sociales, los salarios, condiciones laborales y los tipos de contratación. Y en lo subjetivo lo que es más evidente son las afectaciones que la falta de control sobre su

propio tiempo está teniendo sobre la vida de los trabajadores en el mercado laboral turístico de México y en Mazatlán. Esto como consecuencia de diversos los mecanismos implementados por el actual modelo económico para aumentar la competitividad y la rentabilidad de las empresas. La flexibilidad laboral se presenta como uno de estos mecanismos.

En el caso particular de Sinaloa y de Mazatlán, el gobierno de Mario López Valdez, impulsó el Plan Estatal de Desarrollo 2011-2016¹⁶ de Sinaloa. Este plan tiene como propósito "...convertir el turismo en el nuevo motor de la economía sinaloense, que contribuya al fortalecimiento y multiplicación de nuestras empresas, crear más empleos, mejores ingresos y bienestar para la población, que ya no es posible obtener de manera suficiente de las actividades primarias y secundarias (p.227)." Y entre sus objetivos destaca el "Generar mucho empleo y muchas oportunidades en el turismo de Sinaloa (p.230)". Sin embargo, más allá de la generación de empleos y las muchas oportunidades que el turismo

relación al turismo en México. Cabe decir que la tabla fue ampliada de manera personal de acuerdo a observaciones propias en el mercado laboral turístico de México y Mazatlán.

¹⁶ Véase Plan Estatal de Desarrollo 2011-2016 de Sinaloa. Eje Tres: La Obra Material. Turismo, Nuevo Motor de la Economía p. 227. Disponible

en <
http://innovaciongubernamental.gob.mx/innovacion/documentos/PED_2011_2016_Sinaloa.pdf > Consultado el 08/04/2016.

brinda en Sinaloa, lo que observamos está acorde con lo que plantean Méndez Sosa et al (2013).

Lo que observa Olivarría (2015) es que, los trabajadores del sector hotelero en Mazatlán, actualmente viven su vida en la incertidumbre por la inseguridad laboral dentro de una estructura social donde su trabajo está condicionado por la movilidad laboral, en la inseguridad constante de no tener un empleo seguro, la insuficiencia de prestaciones sociales que lo colocan ante su incapacidad para satisfacer sus propias necesidades que cada vez están más insatisfechas. Asimismo, sus condiciones de trabajo están sustentadas en la falta de control de su propio tiempo ante las cargas excesivas de trabajo y por horarios flexibles. Y todo ello representa el costo social que traen consigo las oportunidades de empleo que se están generando oportunidades en Mazatlán.

3.1 ESTUDIOS INTERNACIONALES SOBRE FLEXIBILIDAD LABORAL Y TURISMO

Uno de los estudios que se han encontrado es el que Rochel y Teigeiro (1992) realizaron sobre el turismo en España. Estos autores abordan la segmentación del mercado de trabajo partiendo desde la visión institucionalista, de la división del mercado de trabajo de Piore (1975) la cual gira entorno a la idea de que esta se divide en dos segmentos: primario y secundario.

Los autores señalan que para Piore, el segmento primario estaría compuesto por empleos con altos salarios relativos, buenas condiciones de trabajo, posibilidades de promoción y, sobre todo, estabilidad. Mientras que los puestos de trabajo del segmento secundario estarían peor pagados, tendrían pocas o nulas perspectivas de avance y, por encima de todo, serían inestables. Lo anterior es importante que ellos lo retomaran dado que, en las conclusiones de su estudio, hacían los siguientes señalamientos en cuanto a la segmentación del mercado de trabajo turístico:

...parece existir una cierta estratificación de las empresas en el sentido de que las de menor categoría satisfacen buena parte de la demanda incierta y generan, en consecuencia, puestos de trabajo secundarios (eventuales); por contra, las empresas de mayor categoría disfrutan de una certidumbre de su demanda que les permite ofertar puestos pertenecientes al segmento primario (estables) (Rochel y Teigeiro, 1992:14). Parece evidente que el cambio y la incertidumbre han aumentado en los últimos

años y, probablemente, lo continuará haciendo en un futuro próximo (Ibíd.: 19).

Los descubrimientos de Rochel y Teigeiro (1992) apuntaban que, durante su periodo de estudio, se estaban presentando cambios en la empresa turística en cuanto a la inestabilidad en el empleo, la inseguridad, los bajos salarios y la dependencia a la estacionalidad turística. Al mismo tiempo, la segmentación no solo obedecía a la categoría de la empresa (1 a 5 estrellas) sino que, su nivel de estabilidad en el empleo turístico, obedecía al nivel socioeconómico de los trabajadores y al tipo de contratación al que estaban sujetos con la empresa.

Se puede observar que las implicaciones de la flexibilidad laboral en el mercado laboral español ya se estaban presentando teniendo consecuencias negativas para los trabajadores de la empresa turística. Lo anterior se basa en el siguiente señalamiento de los autores:

El incremento general de la contratación temporal y, en particular, en el sector turístico, se ha considerado, a veces, como un síntoma de la flexibilización del mercado de trabajo. Ahora bien, esta flexibilización afecta, básicamente, a las nuevas contrataciones y no a los que han adquirido la condición de fijos, por lo que, incluso, desde determinadas posiciones políticas, se ha pedido la extensión a este último colectivo, demandando la reducción de los costes de despido (Rochel y Teigeiro, 1992: 20).

No obstante, se debe recordar que actualmente el turismo, dentro de la segmentación de la economía mundial, pertenece al sector terciario, en el cual el empleo se caracteriza por ser flexible y precario, y que el trabajo que realizaron los autores anteriores se dio en el contexto del mercado de trabajo español hace 24 años. Pero al mismo tiempo, son una buena base para los estudios relacionados con la flexibilidad laboral y el turismo.

Sin embargo, es necesario reconocer que en el plano internacional se pueden observar estudios sobre turismo y empleo en el contexto del mercado laboral europeo. Estos estudios, han obedecido a la necesidad de buscar información que explique las diversas implicaciones producidas por las reformas laborales establecidas en distintos países como España, Portugal, Inglaterra, Holanda, Dinamarca, Italia entre otros.

Por su parte, distintos países latinoamericanos como Brasil, Argentina, Chile y Colombia cuentan con centros de investigación especializados a temas laborales para determinar sus implicaciones en la

sociedad y estudiar los comportamientos del mercado de trabajo, pero hasta el momento no se ha logrado tener acceso, fácilmente, a estudios relacionados con el turismo y la flexibilidad laboral. Sin embargo, la investigación en temas laborales y vinculados con el turismo en México aún es escasa.

4 LOS VACÍOS EN ESTUDIOS SOBRE FLEXIBILIDAD LABORAL Y CALIDAD DE VIDA. EL CASO MEXICANO

En México, resaltan los estudios de Méndez Sosa et al (2013), sobre flexibilidad laboral en el sector turístico en México pero basado solo en la teórica; Arroyo y Amador (2015) sobre turismo y trabajo sexual masculino en Cancún, México; Gámez et al (2011) Género y comercio informal en destinos turísticos. El caso de las vendedoras de playa en Los Cabos, Baja California Sur entre otros más a los que no se ha podido tener acceso o no se ha tenido conocimiento, y que se relacionan con la flexibilidad laboral pero no con la calidad de vida de los trabajadores en la hotelería.

Mientras que a nivel local, resaltan los estudios sobre turismo de los Doctores Arturo Santamaría (2002), José Luis Beraud Lozano (2009), Adriana Barbosa Jasso (2006), Silvestre Flores Gamboa (2006), Víctor Vladimir Sánchez Mendoza (2015), Omar Lizárraga Morales (2010), Yasser Orlando Espinoza (2015), y algunos a nivel de Posgrado como los de Patricia Gamboa (2012), Nadia Peinado (2006), Ricardo Osuna Garzón (2005), entre otros. Sin embargo, cabe decir que la mayoría de estos estudios han estado enfocados en temáticas relacionadas al turismo y su historia, el desarrollo sustentable, la violencia, la competitividad del destino, los cruceros, imaginarios turísticos, segmentos de mercados entre otros temas.

Solo pocos estudios como los de Nadia Peinado (2006) y el de Ricardo Osuna Garzón (2005) abordan temáticas laborales relacionadas con los trabajadores de la hotelería en Mazatlán. Estos son una base para el estudio de problemáticas laborales en el turismo y sus aportaciones resultan importantes, pero insuficientes para explicar la flexibilidad laboral y su relación con la calidad de vida de los trabajadores en la hotelería en este destino turístico.

Lo anterior se señala dado que Garzón (2005) hace aportaciones sobre las motivaciones laborales, en cuanto a incentivos, que perciben los trabajadores operativos del sector hotelero en Mazatlán. Mientras que Peinado Osuna (2006), aborda la educación superior y el estatus laboral en los hoteles de cinco

estrellas en este destino turístico. Asimismo, cabe decir que ambos estudios no son sobre un estudio de caso en particular ni sobre temas que afecten o tengan implicaciones sociales y económicas de los trabajadores de la hotelería.

5 CONCLUSIONES

Como señalaban Echeverría y López 2006 la flexibilidad laboral puede ser tratada desde el ámbito personal y social de los trabajadores, y está impactando sus espacios individuales y sociales, dejando efectos marcados en su bienestar, su salud, la calidad de vida familiar, la calidad del descanso y del uso del tiempo no trabajado por lo que vale la pena realizar más investigaciones laborales en el turismo sobre este tema en particular, y de la misma manera, dedicar más tiempo y recursos humanos y económicos, .

Los problemas laborales de los trabajadores de la hotelería en Mazatlán, México y el mundo, no son algo nuevo aunque si se carece de investigaciones por parte de los académicos locales, nacionales e internacionales sobre esas temáticas, lo que reafirma lo que plantea la OMT (2015) sobre el hecho de que el mundo del trabajo del turismo no se conoce bien en general, porque faltan datos fiables pues solo unos cuantos países tienen datos estadísticos útiles sobre el empleo en las industrias turísticas.

La reforma laboral en México en 2012 ha generado un ambiente de incertidumbre para los trabajadores en sus empleos dado a que esta reforma permite a las empresas generar una flexibilidad laboral caracterizada por la rotación del personal en los diversos departamento de la empresa y que provoque una incertidumbre laboral y falta de estabilidad en el desempeño de sus labores tal como lo dice Sennet (2016) que “en lugar de turnos fijos que varían de un mes a otro, la jornada de trabajo es un mosaico de gente con horarios diferentes y más personalizados.

Los derroteros que se presentan en los estudios laborales, en el sector turístico en los distintos escenarios, son las pocas investigaciones en estos temas y que dejan un espacio sin explotar para que la investigación sea desarrollada con la intención de crear el conocimiento necesario para resolver este tipo de problemas. También se presentan como un derrotero, la falta de estudios laborales a cargo de especialistas como sociólogos, antropólogos y licenciados en turismo dado que las pocas investigaciones que encontramos en México y Mazatlán las han realizado economistas y especialistas de otras áreas.

Los desafíos son llenar esos huecos en el conocimiento, facilitar el acceso de los trabajos y que no permanezcan como “acervo sin consultar”, promover el uso de su información en la vida cotidiana; diversificar los programas de posgrado con líneas de generación del conocimiento con estas temáticas; brindar apoyos económicos a los investigadores para realizar este tipo de investigaciones, concientizar a los estudiantes sobre la importancia y la pertinencia de proyectos académicos de esta dimensión, y crear plataformas donde se dé a conocer cómo viven las poblaciones que dependen de los puestos de trabajo que se derivan del turismo. Esto permitirá, dejar un marco de referencia y una base teórica para las futuras generaciones que deseen aventurarse en investigaciones como estas.

Asimismo, creemos que es importante realizar investigaciones de corte social a partir de preguntas tan simples como ¿Cómo le va en su vida cotidiana?, ¿Vive usted bien y de acuerdo con sus expectativas de como desea vivir su vida?, ¿Cuáles son los obstáculos que le impiden cumplir con esas expectativas?, ¿Cuántos y cuáles de estos obstáculos se encuentran en su trabajo?, ¿El tiempo que le queda después de su jornada de trabajo le parece suficiente o insuficiente y porque?, ¿Cómo está afectando la flexibilidad laboral la vida de las personas que trabajan en el turismo y de sus familias? y ¿Cuáles son las implicaciones sociales y económicas que se desprenden del empleo flexible en el turismo?

Es insoslayable que las actuales generaciones de investigadores acepten su rol y reafirmen su compromiso con la ciencia y la humanidad, para realizar estudios sociales desafiantes que, dada su complejidad, pocos se atreven a realizar pero que requieren ser estudiados en el contexto actual.

Esto, debido a que la sociedad está sujeta a la dinámica vertiginosa de la globalización, el neoliberalismo y el dinamismo de los mercados. Esta dinámica vertiginosa, está dando lugar a innumerables transformaciones en la sociedad a través de la influencia del mundo de trabajo, y de estrategias acumuladoras de capital como la flexibilidad laboral aplicada en el turismo.

Sin temor a equivocarnos, estamos dispuestos a afrontar los retos en este tipo de investigaciones para generar nuevos conocimientos. La ciencia es ensayo y error. De los errores se aprende tanto como de los aciertos. Las hipótesis pueden ser aceptadas o rechazadas, pero la ciencia no debe permanecer estática ni ser indiferente ante las constantes transformaciones de la sociedad y los problemas que de ellas se derivan y, al mismo tiempo, deben ser estudiadas y explicadas en

cada momento histórico a partir de las inquietudes y experiencias de los investigadores.

REFERÊNCIAS

- Arancibia, F. (2011) “Flexibilidad laboral: elementos teórico conceptuales para su análisis”, *Revista ciencias sociales*, Nº 26, Chile, pp. 39-55.
- Bouzas, A., De La Garza, E. (1998) “Flexibilidad del trabajo y contratación colectiva en México”, *Editorial Cambio XXI*, México, pp.11-75.
- Díaz, A. (1996) “Flexibilidad productiva en las economías de la región y nuevos modelos de empresa”, *Revista Boletín Cinterfor*, Nº 137, Octubre-Diciembre, Chile, pp.31-60.
- De La Herrán, J. & Arita, B. (2008) “Calidad de vida en la ciudad de Mazatlán en Beraud Lozano José Luis”. *Ciudades sostenibles para el siglo XXI*, editorial Universidad Autónoma de Sinaloa, Culiacán, pp. 111-136.
- Echeverría, M. & López, D. (2004) “Flexibilidad Laboral en Chile: Las Empresas y las Personas”, *Departamento de Estudios Dirección del Trabajo*, Santiago, Chile.
- Gorz, A. (1991) “Metamorfosis del trabajo”, *Sistema*, Madrid, pp. 1-50.
- Harvey, D. (2007) “Breve historia del neoliberalismo”, *Editorial AKAL*, Madrid, pp.1-119.
- Lagos, R. (1994) “¿Qué se entiende por flexibilidad del mercado de trabajo?”, *Revista CEPAL*, Nº 54, Chile, pp. 81-95.
- Ibarra, M. Y González, L. (2009) “La flexibilidad laboral como estrategia de competitividad y su efecto sobre la economía, la empresa y el mercado de trabajo”. *Revista Contaduría y Administración*, Nº 231, Universidad Nacional Autónoma de México, México, pp. 33-52.
- Méndez Sosa, M. Et Al. (2013) “La flexibilidad laboral en el sector turístico en México. Una interpretación teórica”, *Revista Estudios y perspectivas del turismo*, Vol. 22, Nº. 4, Argentina, pp. 705-728.
- Olivarría Nuñez, C. (2016) “La flexibilidad y sus implicaciones en la calidad de vida de los trabajadores del hotel Pueblo Bonito Emerald Bay en Mazatlán, Sinaloa, 2008-2016” tesis de maestría Facultad de Ciencias Sociales Universidad Autónoma de Sinaloa, Mazatlán.
- Rochel, J. J. B., & Teigero, L. R. (1992) “Segmentación del mercado de trabajo turístico”, *Revista Estudios turísticos*, Nº115, España, pp. 11-23.
- Sánchez, P. I, (2001) “Flexibilidad en el mercado laboral: Orígenes y concepto”, *Revista Aportes*, Vol. VI, Nº 17, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, pp. 57-74.
- Sennet, R. (2006) “La corrosión del carácter”, *Editorial Anagrama*, Barcelona, pp. 1 -120.
- Sisto, V. (2009) “Cambios en el trabajo, identidad e inclusión social en Chile: desafíos para la investigación”, *Revista Universum Talca*, Vol.24, Nº2, Chile, pp. 192-216.

EL MÉTODO INVESTIGACIÓN-ACCIÓN EN EL DISEÑO E IMPLEMENTACIÓN DE ESTRATEGIAS DE GESTIÓN DEL TURISMO RURAL COMUNITARIO EN MÉXICO: EL CASO SAN FRANCISCO OXTOTILPAN, TEMASCALTEPEC

Irais González- Domínguez*

Daniela Palmas Castrejón**

Resumen: El siguiente artículo es el resultado de una investigación aplicada en la comunidad de San Francisco Oxototilpan, Temascaltepec, México. Durante el trabajo de campo, se visualizó la importancia de aplicar conocimientos en gestión de turismo rural, ya que esta comunidad cuenta con elementos naturales y culturales que son necesarios preservar. La metodología aplicada para el acompañamiento de la comunidad en la gestión del turismo rural, fue la de Investigación-Acción (Ander Egg, 2003), siguiendo el proceso de intervención para la gestión del patrimonio, planteado por Bermúdez (2004). Al realizar el acercamiento con la comunidad, se observó la necesidad un acompañamiento con el objetivo de desarrollar capacidades para la gestión del turismo ya que habían bajado recursos para la construcción de un restaurante y dos cabañas para uso turístico y no presentaban capacidades de organizativas, administrativas, ni técnicas, a pesar de tener interés en la puesta en marcha de un proyecto y presentar un fuerte capital social para ofrecer un servicio de ésta índole, por lo que al aplicar estrategias de gestión (información, sensibilización y desarrollo de capacidades), se logró aportar elementos que permitieron la apropiación de un proyecto turístico, a la par del despliegue de infraestructura.

Palabras Clave: Turismo rural. Participación comunitaria. Gestión del patrimonio cultural. Desarrollo local.

THE RESEARCH ACTION METHOD TO DESIGN AND IMPLEMENTATION OF MANAGEMENT STRATEGIES IN RURAL AND COMMUNITY TOURISM IN MÉXICO

Abstract: The following article is the result of an applied research in the community of San Francisco Oxototilpan, Temascaltepec, Mexico. During the fieldwork, it was visualized the importance of applying knowledge in rural tourism management, since this community has natural and cultural elements that are necessary to preserve. The methodology applied to accompany the community in the management of rural tourism was the Action Research (Ander Egg, 2003), following the intervention process for the management of the heritage, proposed by Bermudez (2004). When approaching with the community, the need for an accompaniment with the objective of developing capacities for the management of the tourism had been reduced since resources had been lowered for the construction of a restaurant and two houses for tourist use and did not present capacities of organizational, administrative, or technical, despite having interest in the implementation of a project and presenting a strong social capital to offer a service of this nature, so when designing management strategies (information, awareness and capacity development), Managed to contribute elements that allowed the appropriation of a tourist project, along with the deployment of infrastructure.

Keywords: Rural tourism. Community participation. Cultural heritage management. Local development.

O MÉTODO DE PESQUISA-AÇÃO NO DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO EM TURISMO RURAL COMUNITARIO NO MÉXICO

Resumo: Este artigo resulta de uma pesquisa aplicada na comunidade de San Francisco Oxototilpan, Temascaltepec, México. Durante o trabalho de campo visualizou-se a importância de se aplicar os conhecimentos de gestão, em turismo rural, já que esta comunidade conta com elementos naturais e culturais que são necessários de se preservar. A metodologia usada para o acompanhamento da comunidade na gestão do turismo rural foi a pesquisa-ação (Ander Egg, 2003), seguindo o processo de intervenção para a gestão do patrimônio, tal como defendido por Bermúdez (2004). Ao se realizar a aproximação da comunidade, observou-se a necessidade de um acompanhamento com o objetivo de desenvolver as capacidades de gestão do turismo já que se havia conseguido recursos para a construção d eum restaurante e duas casas para uso turístico e não se apresentavam, no entanto, capacidades organizativas, administrativas, nem técnicas, apesar de se ter interesse na colocação em curso de um projeto e apresentar um forte capital social para oferecer um serviço deste tipo, para o qual a aplicação estratégias de gestão (informação, sensibilização e desenvolvimento de capacidades) se conseguiu aportar elementos que permitiram a apropriação de um projeto turístico, ao lado da decolagem de de infraestrutura.

Palavras-chave: Turismo rural. Participação comunitária. Gestão do patrimônio cultural. Desenvolvimento local.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Licenciada en Turismo y Maestra en Agroindustria Rural, Desarrollo Territorial y Turismo Agroalimentario por el Instituto de Ciencias Agropecuarias y Rurales por la Universidad Autónoma del Estado de México/UAEMex. Profesora de Tiempo Completo de la Facultad de Turismo/UAEMex. [iraisya@hotmail.com]

* Licenciada en Turismo por la Universidad Autónoma del Estado de México/UAEMex. Diplomado en Línea Estrategias de Gestión Turística Municipal Integral por la Organización de los Estados Americanos. Doctora en Estudios Turísticos por la UAEMex. Profesora de Tiempo Completo y Directora Editorial de la Revista El Periplo Sustentable, Facultad de Turismo/UAEMex. Te. 710- 85-00 ext. 274. [hashir04@hotmail.com]

Editor Científico/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Editores Científicos Convidados/ Invited Scientific Editors: Stella Maris Amaiz Burne & Alfredo César Dachary (UDG).

Recebido em 23 de Setembro de 2016; aceito em 28 de Novembro de 2016; publicado online 31 de Dezembro de 2016.

Received on September 23, 2016; accepted on November 28, 2016; published online on December 31, 2016.

Seção revisada às cegas por pares/Double bind review section.

1 INTRODUCCIÓN

El turismo es una práctica social que se perfila como uno de los principales proveedores de actividades económicas alternativas en espacios rurales, que incluso involucra a los sectores marginados del mercado laboral, como jóvenes, mujeres y adultos mayores (Pérez, 2010). Por ello, el turismo rural, constituye una nueva opción de diversificación de ingresos para las comunidades campesinas, ofreciendo dinámicas de desarrollo turístico no tradicionales, permitiendo a las comunidades receptoras hacer uso de sus recursos naturales y culturales de manera óptima, atendiendo la conservación y su re-valorización.

En éste contexto, hay dos ideas de importancia fundamental. Por un lado, está la relativa al manejo de los recursos naturales y culturales; por otro, la relacionada con la centralidad de los actores, quienes constituyen el eje de todo proyecto de desarrollo rural (López y Sánchez, 2009), que pueda hacerle frente a la pobreza, buscando alternativas que le ayuden a solucionar problemas, lo cual lograrán, sólo si van más allá de las actividades agrícolas tradicionales (Monterroso, 2009). La comunidad de San Francisco Oxtotilpan, es un claro ejemplo, del interés de las comunidades rurales por diversificar sus actividades económicas a través del turismo.

En ésta comunidad, ubicada en el municipio de Temascaltepec, Estado de México, tiene un origen Matlatzinca, uno de los grupos indígenas de México que existe desde la época de la Conquista a la actualidad; dicha etnia, abarcaba un amplio territorio en los estados de Michoacán, Guerrero y México, y hoy se ha reducido sólo a ésta localidad. (García, 2004; INEGI, 2015). Es una comunidad con fuertes lazos sociales, con instituciones que subsisten, con formas productivas específicas y con recursos naturales enmarcados en la enorme riqueza cultural, que otorga por la preservación de costumbres y tradiciones ancestrales, las cuales se ha mantenido a pesar de su inserción en la modernidad. Según García "...los matlatzincas han logrado mantener vigentes sus ricas tradiciones, que los identifican como poseedores y herederos de un valioso patrimonio cultural" (2012: 5). Sin embargo, se aprecia que la población tiene interés en diversificar las opciones productivas en la zona a través del turismo, puesto que han bajado recursos con apoyo de una consultoría para la construcción de un restaurante y dos cabañas para uso turístico, con la finalidad de

crear fuentes de empleo y reducir la migración existente.

De lo anterior, surgió la necesidad de realizar un acompañamiento a través del diseño e implementación de estrategias para la gestión del turismo rural, con base en un diagnóstico a dicha comunidad. La metodología que se aplicó fue la propuesta por Ander Egg (2003) llamada Investigación–Acción, dado que es de tipo cualitativo y busca obtener resultados útiles para mejorar situaciones colectivas, con base en la participación de los llamados "sujetos de estudio" (Alberich, 2006), además que las fases del método son flexibles y permiten abordar los hechos sociales como dinámicos y cambiantes.

Como resultados, se inicia con el diagnóstico de la comunidad, el cual permitió identificar actores, redes sociales, autoridades locales, y formas de organización existentes, así como prácticas, usos, costumbres y experiencias de gestión empresarial para que dicha información permitiera el diseño y aplicación de estrategias de información, sensibilización y desarrollo de capacidades para la comunidad. Por último, se presenta la discusión general y las conclusiones de cada uno de los temas identificados en el diagnóstico.

2 ANTECEDENTES

El turismo rural, señala como una estrategia, la importancia del logro de un desarrollo sustentable para las comunidades que habitan en espacios donde la riqueza natural y cultural están interrelacionadas (Buckley, 1994), de esta manera, el aprovechamiento sustentable de los recursos debe traducirse en oportunidades concretas donde se impulse y se consolide a las empresas que ofrecen servicios turísticos de calidad y que sean coordinados por las mismas comunidades (Scheyvens, 2000; Cole, 2006), con el objetivo de que mejoren la distribución de los beneficios entre la población de las comunidades receptoras y promuevan la conservación de los recursos naturales, históricos y culturales (Hall, 2005; Watson et al., 2014). Es por ello, que una de las principales características de los nuevos territorios rurales es su creciente heterogeneidad, impulsada por la diversificación en la demanda de la sociedad sobre el campo, ampliando la visión productiva tradicional del sector agropecuario y conlleva a la revalorización del territorio desde nuevas perspectivas productivas (Pérez, 2010; Jiménez- Ruíz,

et. al, 2016), permitiendo que la misma comunidad promueva conductas que conlleven al cambio social (Zimmeman y Rappaport, 1988), adquiriendo el control, la autonomía y la capacidad de tomar decisiones (Friedmann, 1992).

En México, los proyectos que pretenden la vinculación de las comunidades con el turismo, interrelacionando recursos naturales y culturales, requieren ser propuestas basadas en la propia localidad, que complementen los ingresos de las actividades cotidianas del espacio rural. Sin embargo, esto no sucede, ya que las personas que participan en los proyectos no han logrado obtener los beneficios económicos esperados, debido a que la demanda de visitantes no es la que ellos vislumbraban y por lo tanto, la actividad turística les reditúa un ingreso económico bajo el cual usualmente dedican al mantenimiento del lugar.

Lo anterior se presenta como consecuencia de una planificación no adecuada, ya que la gestión de destinos rurales es compleja, pues tiene como propósito el contemplar beneficios biofísicos (naturaleza) y antrópicos (sociedad, cultura, economía, tecnología e instituciones) de tal forma que la comunidad receptora sea quien dirija el manejo de sus recursos, y además sea el actor clave en la planificación y visión de la actividad, revalorizando sus recursos para futuras generaciones (Cole, 2006; Palmas, *et. al*, 2014).

Con base en algunas visitas de observación, referencias bibliográficas y contacto directo con la comunidad, se pudo apreciar que, a pesar de los recursos naturales, el patrimonio cultural, la identidad arraigada y la experiencia en emprendedurismo que tiene la comunidad, se reporta un alto índice de marginación, dado el número de analfabetas y características de sus viviendas, dependencia de programas gubernamentales, disminución de elementos y prácticas culturales como la vestimenta, lengua y ritos prehispánicos, así como migración y desempleo, es decir, es una comunidad que no ha alcanzado los niveles clásicos de desarrollo, enfocados a índices economicistas como nivel de ingreso, productividad y acceso a bienes y servicios. Lo cual no implica precisamente que su calidad de vida no sea adecuada si se consideran otros factores del desarrollo humano como longevidad o cultura.

Sin embargo, el factor económico sigue presentando una seria debilidad, dado que existe alta migración de jóvenes a Temascaltepec, Toluca, el

Distrito Federal y Estados Unidos en busca de empleo, ya que la parcela de autoconsumo, así como las actividades económicas existentes en la comunidad, no han conseguido cubrir las necesidades de subsistencia y de desarrollo profesional de las nuevas generaciones. No obstante, se aprecia que la población tiene interés en diversificar las opciones productivas en la zona.

Es por ello que, a inicios de 2013, los representantes del comisariado ejidal solicitaron apoyo a la consultoría COCESI, con la que han trabajado con anterioridad, para desarrollar un proyecto turístico. El proyecto fue desarrollado con base en los lineamientos del Programa de Turismo Alternativo en Zonas Indígenas (PTAZI) de la Comisión de Desarrollo Indígena (CDI), cuyo objetivo es ofrecer alternativas de desarrollo económico a estos pueblos. Dicho programa, plantea como objetivo generar ingresos que incidan positivamente en la población, promover la organización comunitaria, fortalecer el vínculo de las colectividades indígenas con sus territorios y propiciar la revaloración, la conservación y el aprovechamiento sustentable de sus recursos y atractivos naturales, así como del patrimonio cultural de los pueblos y comunidades indígenas.

La implementación del proyecto turístico inició en enero del 2014, con la construcción de dos cabañas y un restaurante, el proyecto consta de 3 fases (Fase I. Restaurante y cabañas; Fase II. Zona de temazcal, spa y restaurante; y Fase III. Zona de escalada), con una proyección a 5 años.

Dado que se ha iniciado la construcción de la infraestructura de la primera fase, a partir de un financiamiento de \$1,500,000, gestionado por el comisariado ejidal con el apoyo de la consultoría COCESI a finales de 2013, otorgado por la Comisión para el Desarrollo de Pueblos Indígenas (CDI), a través del Programa para proyectos de Turismo de Naturaleza en Comunidades Indígenas, se pudo detectar en la comunidad, una necesidad de información acerca de lo que es el turismo alternativo, las implicaciones positivas y negativas que conlleva, el objetivo del mismo y los lineamientos de su aplicación.

Además de talleres de sensibilización a quienes serán prestadores de servicio, acerca del respeto y cuidado de la naturaleza, el aprovechamiento sustentable de los recursos naturales y su revalorización, difusión y preservación del patrimonio cultural (de relevante importancia en la comunidad y

de formación), que permita el desarrollo de capacidades organizativas, administrativas y operativas a través del fortalecimiento de las redes de acción colectiva.

Con fundamento en lo mencionado, el objetivo de esta investigación fue diseñar e implementar estrategias de gestión de turismo rural en ésta comunidad, a partir de un diagnóstico de capacidades que coadyuven a potencializar aptitudes y desarrollar habilidades a través de un programa participativo de información, sensibilización y capacitación que permita el fortalecimiento del recurso humano como punto neurálgico del desarrollo turístico, otorgando herramientas a los habitantes de la comunidad, interesados en convertirse en prestadores de servicios turísticos, para que desarrollen de manera consciente y paulatina la actividad turística.

3 FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

3.1 Gestión del patrimonio cultural

El patrimonio cultural, en la actualidad ha cobrado un significado representativo a nivel mundial, es considerado como todos aquellos bienes, ya sean materiales o inmateriales, tangibles o intangibles, que son adoptados por alguna determinada sociedad y que representan valores culturales de alto contenido simbólico, lo cual hace que tengan una protección especial y una revalorización que les permita protegerlos y hacerlos útiles (Ballart y Juan-Tresseras, 2001, Hernández, 2002; Vargas, 2009, Velasco, 2009). La gestión del patrimonio, es un proceso integral, orientado a responder a las necesidades latentes en un territorio, proyectando la transformación de la realidad, impulsando el cambio social, cultural o económico de un grupo social; gestionar implica reaccionar dinámicamente a los constantes cambios y movimientos, tomar las mejores decisiones para caminar y poner en marcha los desafíos (CNCA, 2009; Velasco, 2009).

Es de gran relevancia para las comunidades, que la gestión cultural avance en profundizar procesos de desarrollo, entendidos como aquellos donde se produce un bienestar integral -material y espiritual- de los seres humanos (Hernández, 2002). En este sentido, el desafío para los actores que deseen integrarse en éste, es potenciar la organización de las personas y agrupaciones para que actúen como protagonistas, empoderándose del desarrollo de su

comunidad como un espacio de creación y participación permanente (CNCA, 2009; Andrade y Rhodes, 2012), dejando claro que cada proyecto requiere de un tratamiento particular, que considere las distintas dimensiones que integran el desafío o problemática a atender.

Querol (2010), en su Manual de Gestión del Patrimonio Cultural, hace una serie de propuestas basadas en acciones concretas que son indispensables en la gestión del patrimonio cultural, entre ellas está el conocer, planificar, controlar y difundir sus actividades colectivas. La gestión del patrimonio cultural debe ser integral teniendo una cadena lógica de intervención, como lo expone Bermúdez (2004), es una secuencia encadenada de acciones integrada por cuatro niveles relacionados y dependientes: investigación, protección, conservación y restauración, y difusión y didáctica, todo orientado a optimizar recursos y obtener rendimiento de los mismos. El gestor, frente a los recursos patrimoniales, desempeña una labor de manejo estratégico de una serie de variables independientes, sometido a principios, métodos y objetivos, cuya meta final es su rentabilidad en términos sociales, económicos y financieros (IAPH, 2016).

Por tanto, el auge del turismo y la diversificación en las actividades de los turistas se convierten en una oportunidad para bienes diseminados por un territorio que empieza a ser percibido como un destino turístico global, sin perder de vista que pertenece a una población local (Roe et al., 2013) y teniendo en cuenta que la masificación, la pérdida de identidad y autenticidad, pueden traer impactos negativos, que podrían ser amenazas para la comunidad en si misma (Velasco, 2009). Se hace por ello, necesario realizar un proceso de intervención integral basado en los principios de la sustentabilidad, el cual exige la aplicación de los procesos de gestión estratégica, incluyendo en los mismos los métodos de evaluación y control, así como los de información y difusión dentro y fuera de la comunidad (Cruz y Red Vega, 2009).

3.2 Desarrollo rural y turismo rural

La noción de desarrollo, entre 1870 y 1980, estaba cargada de connotaciones económicas más que sociales o humanas. El concepto siguió una evolución centrada inicialmente en aspectos económicos y de producción y es hasta la década de los noventa, que surgen nuevos enfoques; pasando de un contenido donde predominan los indicadores

cuantitativos a otro mucho más compleja orientada al desarrollo humano e incluso vinculado con la cultura. Muy recientemente, es posible apreciar un modelo de desarrollo que no se basa en el productivismo, sino en la sostenibilidad y en la gestión participativa de los agentes que conforman el territorio (Barkin, 1999; Sen, 2000; Freire y Ferreira, 2015).

En el caso de la comunidad de San Francisco Oxtotilpan, se toma de referencia el concepto de “desarrollo local” como el aquel proceso de revalorización y evolución de las comunidades, que tendrán que enfrentar retos y dificultades, con el fin de mejorar y elevar la calidad de vida de los integrantes, considerando acciones concretas y vinculantes (local, público y privado), todo ello para lograr un fin común que es el aprovechamiento sustentable de sus recursos, fomentando las capacidades de emprendimiento y la creación de un entorno innovador dentro del territorio (Pike et al. 2006).

El Turismo Sustentable, al igual que el Desarrollo Sustentable, parecen utopías inalcanzables, es por ello que los modelos de Desarrollo Local han evolucionado y tratan de adecuarse (Medina y Ortigón, 2006), por lo menos en el discurso a la realidad social y económica de México. Considerando que un factor básico de la planeación y gestión del desarrollo local es el relacionado con la construcción de procesos de comunicación entre los actores locales, públicos, privados y comunitarios, la nueva lógica de la planeación tiene como objetivo la estructuración de formas de auto pedagogía colectiva que lleven a los agentes a desarrollar una conciencia colectiva de su territorio y de su porvenir (Perticará, 2006; Muñoz, 2013). A efectos de esta investigación, es de vital importancia la participación de dichos agentes en la construcción de su realidad, porque, como se puede apreciar, se ha transitado de la concepción de las personas como factores de la producción a otra visión que los coloca en el como agentes centrales.

Ahora bien, el desarrollo rural es un proyecto con sentido entre las incertidumbres sobre el futuro del mundo rural y las necesidades del mejor vivir en los espacios rurales, además de descentralizar los ingresos y fortalecer la identidad cultural (Azevedo y Rodríguez, 2015; Jiménez- Ruíz, *et. al*, 2016). Es un reto trascendental porque se está hablando de la vida con dignidad de muchas personas. La paradoja, es que aunque aparentemente hay una gran

preocupación por el futuro del mundo rural y se dirigen políticas e inversiones, iniciativas y programas, muchos de estos espacios rurales se perfilan para entrar en un proceso de decadencia (Carpio, 2001).

La Nueva Ruralidad, que en términos generales plantea una refuncionalización de lo rural, propone el impulso de diversos tipos de actividades productivas en sustitución o complemento de las tradicionales actividades agrícolas campesinas (Rosas- Baños, 2010, 2013). Es cierto, que este concepto ha sido muy criticado, sobre todo por algunos investigadores quienes concluyen que sigue siendo una visión que no escapa a la lógica del capitalismo pues, por ejemplo, se pone mucho énfasis en la capacidad productiva de los nuevos emprendimientos a partir de su capacidad para generar ingresos en lugar de considerar otros beneficios que rebasen la dimensión de la empresa y que sean significativos dentro de las comunidades locales, como podría ser el trabajo solidario característico de varios pueblos indígenas con densidad cultural (Monterroso, 2010; Melo, 2015).

Cartón de Grammont (2004), afirma que la conceptualización de lo rural como espacio ocupado por grupos sociales relacionados con la producción agropecuaria, en contraste con lo urbano, como espacio ocupado por grupos sociales relacionados con la industria y los servicios, ya no tiene valor explicativo en el marco de la globalización del capital, la vida rural, tradicionalmente asociada con la actividad agropecuaria abriga ahora una diversidad de actividades y relaciones sociales que vinculan estrechamente los espacios urbanos con los rurales. Con dicha acotación, se retoma el concepto de nueva ruralidad referido a la comprensión del medio rural a partir de sus interacciones con el mundo globalizado y la diversificación de las actividades realizadas en dicho medio.

Si bien, el concepto que engloba el turismo rural, es amplio y complejo, puede ser susceptible de asociarse con distintas y variadas concepciones; pero, algo que fortalece este concepto son las características que lo hacen diferente y único de otros tipos de turismo, entre ellos la complementariedad económica para las familias (Duarte y Pereira, 2015), y que se puedan interrelacionar entre sí (ecoturismo, turismo verde, turismo de interior, turismo cultural, turismo de aventura y deportivo, turismo alternativo y agroturismo, entre otros) (Valdés, 2004). Esta amplitud de conceptos depende de las características naturales, etnológicas y geográficas de cada país, pero

se puede notar en el hecho empírico de que el turismo rural se distingue por ser respetuoso con el medio ambiente (Thomé, 2008), y ese respeto deriva también, a partir de los recursos tangibles e intangibles (Ohe, 2016).

Por tanto, el turismo rural debe ser una actividad integradora, en la cual la comunidad puede ser participe en un proceso de desarrollo, que en ocasiones se puede dar a través de redes de acción colectiva, haciendo un turismo planificado, controlado, solidario e innovador (Lima y Coroliano, 2015) con base en un diagnóstico de su patrimonio, a través de estrategias de gestión que permitan la sensibilización y desarrollo de capacidades, reiterando el valor de la identidad como lo atractivo de este tipo de turismo y su capacidad generadora de beneficios para el desarrollo territorial en el medio rural.

3.3 Participación Comunitaria

La acción colectiva es conceptualizada como: toda acción conjunta que persigue intereses comunes y que para conseguirlos realiza prácticas de movilización concretas, se entiende como la búsqueda de logro de objetivos comunes a un grupo social, en la cual participan actores colectivos (Funes y Monferrer, 2003:23). Para llevar a cabo esta acción, se debe conectar a los diferentes tipos de actores, aclarando que aunque sean diferentes, poseen características comunes, capacidades organizativas, objetivos, intereses e ideas; y trabajan en conjunto para alcanzar una meta en común (cambio social o político).

El impacto político de la comunidad como una forma en que la sociedad se organiza para lograr sus fines, señala el cambio de una sociedad gobernada por un sistema de democracia representativa a una democracia participativa donde la participación directa de los ciudadanos tienen más relevancia. La evolución de la organización política de la sociedad en comunidades organizadas se orienta para lograr sus fines mediante la práctica de una acción colectiva (Vargas, 2003).

Esta acción colectiva tiene como base el ser humano con su identidad, conocimientos, experiencia, habilidades, aptitudes y actitudes, las cuales son intangibles y se manifiestan a través del comportamiento y las respuestas hacia diversas situaciones. Por tanto, en San Francisco Oxtotilpan, a

efecto de integrarse a un proceso de gestión del turismo es necesaria la articulación entre actores rurales y no rurales, dado que se requiere de conocimientos específicos del área turística (Crosby, 2009).

Con base en la información, sensibilización y desarrollo de capacidades de los integrantes de las comunidades interesados en complementar sus actividades productivas con la actividad turística, se pretende un mayor nivel de participación y toma de decisión sobre la implementación del turismo alternativo como una estrategia de desarrollo, sustentado en la revalorización de su cultura y protección de sus recursos naturales, anteponiendo su bienestar a la masificación turística y seducción del capital, orientando sus esfuerzos con un enfoque solidario para que el desarrollo no se quede como un mero planteamiento teórico y realmente se creen alternativas de ingreso, y no sólo infraestructuras en total desuso, que sólo representan una inversión fallida (González-Domínguez 2015).

A partir de la reflexión de la literatura, se observa que el desarrollo local es un proceso orientado a elevar el bienestar integral de un territorio, parte de la premisa de que los proyectos deben nacer en el seno de la comunidad, buscando dinamizar la economía de las comunidades rurales haciendo uso consciente de sus recursos y que el turismo rural puede ser una opción viable de diversificación, planteándose como una actividad complementaria (Palmas, *et. al*, 2014). Por tanto la gestión del turismo rural se presenta como un proceso que debe fundamentarse en el conocimiento amplio del territorio y de las personas que en este conviven día a día, planteando estrategias específicas, sensibilizando y desarrollando capacidades en la comunidad receptora, que permitan la apropiación de los proyectos para el desarrollo de la actividad, manteniendo los principios de la sustentabilidad con un enfoque solidario.

4 MÉTODO

Con la propuesta de estrategias de gestión turística en la comunidad de San Francisco Oxtotilpan, ubicada en Temascaltepec, Estado de México (imagen No. 1), se pretende lograr un beneficio local a través de la ampliación de sus posibilidades de inserción a nuevas opciones productivas. Buscando dinamizar los recursos locales, mediante la implementación de actividades de turismo alternativo con responsabilidad social y ambiental.

Fomentando que los actores actúen de manera recíproca, tanto con la sociedad como con el entorno, valorando y difundiendo el patrimonio cultural como etnia matlazinca. El objetivo es realizar un análisis situacional de los recursos, atractivos y bienes

patrimoniales de la comunidad de San Francisco Oxtotilpan, Estado de México, que permita el diseño e implementación de un programa de información, sensibilización y capacitación que apoye el desarrollo de un proyecto turístico de nivel local.

Imagen no. 1 Ubicación de San Francisco Oxtotilpan, Estado de México.



Fuente: Adaptación Lic. en Diseño José Alfredo Rosas Heredia.

El método de investigación que se utilizó, es conocido como investigación-acción. Este método es fundamentalmente de tipo cualitativo y busca obtener resultados útiles para mejorar situaciones colectivas con base en la participación de los llamados “sujetos de estudio” (Salazar, 2007). Ander Egg (2003) afirma que el principio más significativo ésta metodología es que la gente tenga intervención en el estudio de su realidad, en la elaboración de un diagnóstico de situación, en la programación de lo que se pretende realizar y en la forma de llevarlo a cabo. Mejor todavía, si la gente reflexionando acerca de sus propias acciones, evalúa sus actividades (Bisquera, 2002).

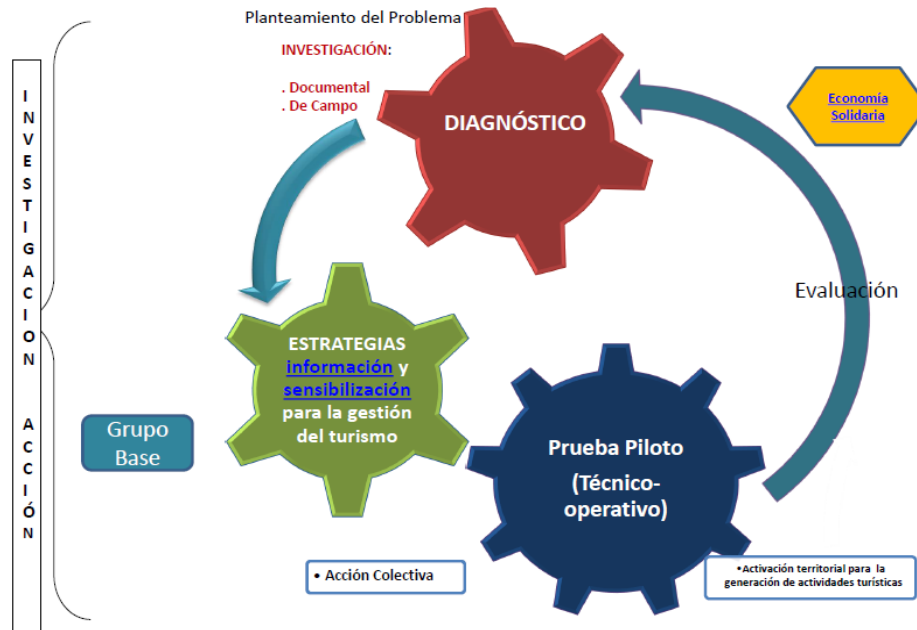
Aclarando, que lo anterior no se logra con declaraciones o con sólo alentar la participación de la gente; se requiere un conjunto de pautas y elementos técnicos-operativos para que la participación sea posible y efectiva (Ander Egg, 2003). Para ello Ander Egg plantea las fases de instrumentación del proceso de la Investigación-Acción Participativa: la investigación propiamente dicha, elaboración del diagnóstico, elaboración de un programa o proyecto, desarrollo de las actividades y control operacional realizado mediante la acción-reflexión.

A continuación se presenta un diagrama del método de investigación acción que se aplicó en la comunidad de San Francisco Oxtotilpan con el objetivo de planificar estrategias de gestión de turismo rural.

Acorde al método de investigación-acción, y en concordancia con lo planteado por Querol (2010) y Bermúdez (2004), quienes mencionan las etapas del proceso de gestión: se inicia con el planteamiento del problema, para continuar la investigación documental que otorgue una caracterización social, económica y cultural. La investigación de campo es pertinente para la fase de diagnóstico debido a que permite identificar actores, redes sociales, autoridades locales, capital social existente en la comunidad, así como prácticas, usos, costumbres, y experiencias de gestión empresarial, para que dicha información permita el diseño de estrategias de gestión de capacidades, aplicación de las mismas y evaluación de impactos de aplicación.

Tomando como elemento dinamizador al factor humano, a través de la acción colectiva, para lograr una activación territorial (González-Domínguez, 2014).

Figura 2: Metodología investigación-acción enfocada a proyecto de gestión del turismo rural en San Francisco Oxtotilpan.



Fuente: Retomado de González- Domínguez (2014).

Las herramientas metodológicas utilizadas fueron: cuestionarios, entrevistas colectivas o grupos de discusión y, para el diseño de estrategias: encuesta, análisis de información de archivo, historia, investigación de campo, talleres participativos y prueba piloto.

A continuación se presenta un cuadro sintético en el cual se expresa la fase en la que se aplicó cada una de las herramientas metodológicas, el propósito de las mismas y el objetivo de investigación con el que se relaciona.

Cuadro1. Relación entre fase, herramienta metodológica, propósito y objetivo.

FASE	TECNICA O HERRAMIENTA	PROPOSITO	OBJETIVO DE INVESTIGACIÓN
DIAGNÓSTICO	Entrevista	Conocer la perspectiva local acerca de la actividad turística en la comunidad. Aplicada a informantes clave: Delegado de la comunidad. Integrantes del Comisariado Ejidal	Realizar un diagnóstico de los conocimientos, disposición, recursos, experiencia y habilidades con los que cuenta la población de San Francisco Oxtotilpan para la identificación de necesidades de capacitación para el desarrollo del turismo rural, considerando el contexto de la comunidad
	Investigación de campo	Visitas a la comunidad a efecto de conocer la forma de organización social, ubicar redes y establecer contacto con grupo inicial.	
	Investigación Documental	Revisión Bibliográfica.	
ESTRATEGIAS DE GESTION	Taller participativo	Involucrar y crear un grupo base con conocimientos, información y habilidades necesarias para un adecuado manejo y aprovechamiento de sus recursos patrimoniales orientados al turismo	Diseñar y aplicar un programa de información, sensibilización, y gestión de capacidades, herramientas útiles para la inserción en las actividades de turismo alternativo, dirigido integrantes de la población de San Francisco Oxtotilpan con base en una metodología participativa desde la perspectiva del desarrollo local.
APLICACIÓN ESTRATEGIAS	Prueba piloto	Apoyar al grupo inicial de prestadores de servicio turístico, aplicar el conocimiento adquirido, autoevaluar el aprendizaje y adquirir experiencia vivencial en la prestación de servicios turísticos	Desarrollar una estrategia de gestión de los recursos patrimoniales que integre la participación directa de la comunidad y permita la adquisición de habilidades y conocimientos para la prestación de servicios turísticos.

Fuente: González-Domínguez (2014).

La aplicación de la metodología en la zona de estudio se inició con un diagnóstico de la comunidad de San Francisco Oxtotilpan incluyendo la ubicación, caracterización sociodemográfica, realizando un análisis socioeconómico y turístico en el que se detalla el patrimonio natural y cultural de la comunidad y la potencialidad de su uso en el turismo rural, integrando lo recabado en un análisis de lo político, económico, social, tecnológico, legal y ecológico (PESTLE) y uno de las debilidades, oportunidades, fortalezas y amenazas (DOFA) con relación al proyecto turístico.

Con base en dicho diagnóstico se proponen estrategias de gestión del turismo rural, las cuales inician con la conformación de grupo base de prestadores de servicios, con quienes se aplican estrategias de información, sensibilización y desarrollo de capacidades, para posteriormente, conformar la propuesta de turismo rural de forma colaborativa con la comunidad, integrando un plan de negocios y realizando una prueba piloto.

Resultados

A partir del diagnóstico y de acuerdo con datos del II Censo Intercensal de Población y Vivienda del Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI) en 2010 se registraron un total de 1,106 hablantes de la lengua matlatzinca. Quienes más hacen uso de esta lengua son los adultos mayores y niños. El principal factor para que los adultos y adolescentes no hagan uso de su lengua madre, es la migración, el uso del castellano para poder salir de su comunidad a trabajar y la aculturización.

Respecto a la comunidad originaria de San Francisco Oxtotilpan, se pudo observar que tiene una densidad cultural importante, son portadores de la herencia de la cultura matlatzinca desde hace más de 500 años, además cuentan con una gran riqueza natural en su territorio. La población es de 1,435 habitantes, de los cuales 47% son hombres y 53% mujeres. (INEGI, 2010). La base de la organización social es la familia tradicional, aunque hay datos que demuestran que estaban acostumbrados a la endogamia (la esposa tenía que ser de la misma comunidad); pero actualmente, debido a la migración, los matrimonios también se pactan entre miembros de distintos grupos, sin ningún problema. Aún tienen por norma el no vender terrenos o ceder propiedades a personas ajenas a la comunidad, lo que les ha permitido la continuidad de ciertas costumbres y tradiciones así como, de alguna forma, la privatización

y fragmentación de la tierra.

Otra característica interesante de mencionar es que San Francisco Oxtotilpan, se encuentra clasificada como una comunidad de alto grado de marginación, debido a las características de sus viviendas y al nivel de escolaridad y acceso a servicios públicos en el poblado. Es una comunidad agrícola, teniendo como productos principales, el maíz y el frijol, los cuales son generalmente utilizados para el autoconsumo. Además siembran papa, chícharo, avena, trigo, caña de azúcar y diversas frutas para venta externa (CDI, 2009). Aún prevalece el sistema de cargos, el cual implica que los habitantes que lleguen a ser ciudadanos, se empleen dentro de algún puesto civil o religioso, con el fin de servir a su comunidad; teniendo así que, los adultos mayores han ocupado cargos importantes adquiriendo prestigio.

En lo que respecta al ámbito cultural, se observa lo que está ocurriendo en muchas comunidades a nivel nacional, y es la falta de interés de las nuevas generaciones por preservar las costumbres y tradiciones de sus etnias, lo que ha desencadenado la pérdida de elementos de la cultura matlatzinca, y disminución de identidad.

A simple vista la migración, falta de empleo y diversificación de las actividades productivas parecieran ser una debilidad de la comunidad; sin embargo, lo que ha generado es el interés por desarrollar la actividad turística, por lo que es necesario que estén informados de las consecuencias que la actividad turística no planificada puede traer consigo. Ya que uno de los acuerdos a los que llegó el comisariado ejidal en 2013 con el CDI, fue el designar recursos para la construcción de un restaurante y dos cabañas, un terreno que se encuentra en una planicie situada camino a Peña Blanca, el tipo de propiedad de la tierra en ésta zona es ejidal, por lo que son terrenos aprovechados colectivamente.

Es así como la propuesta de estrategias de gestión para el turismo rural en San Francisco Oxtotilpan, surge a partir del acercamiento con la comunidad, en el preciso momento en que se iniciaban los trámites de obtención de recursos para infraestructura turística, acordando entonces con el Comisariado ejidal, grupo responsable del proyecto turístico y con el representante de la consultoría COCESI, quienes han realizado las gestiones para obtener recursos financieros necesarios para la construcción de las cabañas y el restaurante, que se

apoyaría en el desarrollo del proyecto a través de estrategias que permitiesen a la comunidad apropiarse del mismo, es decir, ser partícipes en la planeación de la actividad turística, decidiendo el tipo de actividades a realizarse, la forma en que compartirían su patrimonio, el mercado meta al que desearían llegar y la organización interna a desarrollarse para la puesta en marcha del proyecto, así como la capacitación para la puesta en marcha del mismo.

Dado que se observa en otras comunidades de la región que una vez obtenido el recurso y construida la infraestructura básica, se convierten en instalaciones sin uso, puesto que los habitantes de comunidades principalmente agrícolas, no conocen el manejo de la actividad turística, les es complicado plantear actividades, y buscar las capacitaciones pertinentes para el desarrollo de las mismas, así como generar estrategias de difusión de sus proyectos turísticos. Es por ello, que es vital generar un programa colaborativo protagonizado por los habitantes de la comunidad, lo cual proporciona mayor legitimidad a las acciones desarrolladas, las cuales responderán a problemáticas detectadas en el diagnóstico, de manera que exista el involucramiento de los habitantes, orientándose al desarrollo local con un enfoque solidario, a diferencia de otras maneras de hacer proyectos, que son las más comunes: impuestos, no consideran a los integrantes de la comunidad receptora, con orientación al beneficio individual o con un enfoque meramente empresarial.

Para iniciar con el desarrollo de la propuesta se realizó un diagnóstico turístico utilizando herramientas como la entrevista, investigación de campo e investigación documental con el propósito de conocer los recursos naturales y culturales que integran el patrimonio de la comunidad y el estado en el que se encuentran; así como, ubicar los conocimientos, disposición, recursos, experiencia y habilidades con los que cuenta la población de San Francisco Oxtotilpan e identificar las necesidades de capacitación para el desarrollo del turismo rural, considerando el contexto de la comunidad. Resultando que esta comunidad cuenta con bienes patrimoniales naturales y culturales importantes, los cuales pueden ser potencialmente turísticos.

La cultura matlatzincas presenta elementos como el idioma, la vestimenta, costumbres y tradiciones dignos de preservar y difundir, el entorno natural es de suma importancia en la comunidad y ha sido preservado dada la cosmovisión de los habitantes, que

tienen un respeto ancestral por la naturaleza. El capital social existente en la comunidad, representa un factor primordial para el estímulo de las prácticas cooperativas, la inclusión intergeneracional y de género, potencializando las habilidades individuales, ya que son los habitantes quienes tendrán que afrontar los impactos del desarrollo turístico en su territorio, por tanto, son ellos quienes deben definir las formas productivas y asociativas, así como el manejo de su patrimonio (Ohe, 2016).

Los habitantes dentro de sus procesos organizativos y como actividades productivas en razón de su cultura por varias generaciones se centraron en la agricultura y cultivo de traspatio, sin que ello reflejara un desarrollo económico o movilidad social ascendente, por lo que decidieron diversificar sus actividades económicas, una opción reciente para ello es a través de un proyecto de desarrollo turístico.

En cuanto a los recursos naturales que destacan en la comunidad, se encuentran los siguientes: el río (matawi), la zona boscosa (mapinu), Peña Blanca, (toxyewi), el espinazo del diablo, la laguna seca, las tres Marías y el árbol gigante. Del Río (Matawi), se puede mencionar que se mantiene en buenas condiciones, debido a que los habitantes lo usan para riego, evitan arrojar basura y no se permite que desemboquen drenajes en el mismo. Del Bosque (mapinu), la comunidad tiene un permiso para la venta de recurso maderable, lo cual realiza de manera controlada y bajo supervisión de PROBOSQUE. El vivero, es una iniciativa del Comisariado Ejidal, produce de 18 a 20 mil árboles comercializados en municipios aledaños, apoya a la constante reforestación de la zona boscosa.

De la gastronomía, es importante mencionar el pulque (totapi), tiene un alto consumo en la comunidad, teniendo como identidad el saber hacer tradicional, que ha sido heredado desde la época prehispánica, actualmente lo producen sólo seis familias, es utilizado para autoconsumo y se comercializa al interior de la comunidad, solo hay un expendio a pie de la carretera Toluca-Temascaltepec, el cual se surte de lo que producen tres familias del poblado y es reconocido en la región. Se continúa la elaboración tradicional y consumo de algunos alimentos en la comunidad, tales como: tamal de ceniza (utilizado en rituales) tortillas de maíz y de trigo y productos estacionales como hongos y quelites, tamal de frijoles o de haba, el jocoque (leche cortada), el chilacayote con pipian (chimu) chivatitos y atole de trigo.

La fiesta más importante es la del santo patrono San Francisco de Asís, realizada el 4 de octubre, el festejo dura aproximadamente una semana, participan con una cooperación casi todas las familias del pueblo; algunas personas que residen en otro estado o país envían su aporte para los gastos que sean necesarios.

En esta festividad se recibe a los santos de las comunidades vecinas, San Mateo y San Miguel, quienes llevan de visita en procesión a los santos San Mateo Apóstol y San Miguel Arcángel, respectivamente, acompañados de música para la celebración.

Otra fiesta relevante es el Día de Muertos, en el que se coloca una ofrenda en forma de arco, en la que se cuelga pan sobre un petate con flores de cempazuchitl, en donde hay mole, pulque y copal. Los vecinos de la comunidad van en procesión visitando las casas en donde les invitan comida. Una tradición en esta fecha, es que si a algún muchacho le gusta una joven soltera de la casa anfitriona, éste le avienta un chilacayote cerca de los pies, si al padre de la joven le simpatiza el muchacho, lo invita a tomar pulque.

Por lo tanto, se observó que no existe una concientización acerca de los impactos que puede tener el turismo, y que la comunidad no cuenta con elementos que le permitan organizar, difundir ni operar un proyecto turístico, con base en lo anterior, se diseñaron e implementaron las siguientes estrategias de gestión del turismo rural.

Tabla No.1 Estrategia de Información de del turismo rural.

ACTIVIDAD	OBJETIVO/DESCRIPCIÓN	RESULTADOS
1) Sesión informativa 2) Conformación del grupo inicial	<p>Informar a los habitantes de la comunidad acerca del proyecto turístico en desarrollo y abrir la convocatoria de participación en el mismo.</p> <p>Está platica se realizó en Febrero del 2014, en el pleno de la Asamblea General de la Comunidad, en ella, como se ha mencionado participan los comuneros y ejidatarios de la comunidad y es presidida por el Comisariado ejidal y comunal.</p> <p>Los integrantes de la Asamblea acordaron que se convocara a la comunidad en general.</p>	<p>Conformación grupo inicial:</p> <p>Este grupo se conformó a partir de una convocatoria abierta, realizada en la comunidad, generada en el seno de la Asamblea, en la cual, se decidió que podían participar en la prestación de los servicios, quienes asistieran a las reuniones para tal efecto y tomaran las capacitaciones pertinentes.</p> <p>El grupo está conformado por 20 personas, las cuales en su totalidad son oriundas de la comunidad, 11 mujeres y 9 hombres, cuyas edades oscilan entre los 15 y los 59 años. Cabe mencionar el comisariado ejidal designo a uno de sus integrantes como el Encargado del parque y que la convocatoria sigue abierta a quienes deseen formar parte del equipo de trabajo.</p>

Tabla No. 2 Estrategia de sensibilización del turismo rural.

ACTIVIDAD	OBJETIVO/DESCRIPCIÓN	RESULTADOS
1) Evolución de las actividades productivas en San Francisco Oxtotilpan	<p>En la primera sesión el 01 de Marzo de 2014 a la que acudieron 15 de los integrantes de éste grupo, se habló en torno a la evolución de las actividades productivas en San Francisco Oxtotilpan; con la finalidad de conocer la transición de las mismas en la localidad, las actividades productivas predominantes, y el perfil de cada uno de los integrantes del grupo así como la dinámica productiva familiar.</p> <p>Lo anterior a efecto de que los participantes reflexionen por qué han llegado a la situación de solicitar su inserción al turismo y ubicar las actividades que podrían desarrollar en el proyecto de turismo rural, tomando como punto de partida las actividades que desarrollan actualmente.</p>	<p>Al abordar el tema de las profesiones u oficios de las personas que viven en la comunidad, se menciona que hay algunas enfermeras, contadores y licenciados. Los jóvenes tienen otras inquietudes y varios están estudiando en la cabecera municipal de Temascaltepec, mientras la mayor parte de la población adulta continua dedicándose a la actividad agrícola, pero los ingresos por la comercialización de los productos agrícolas (papa, maíz) no son suficientes y los productos resultantes de las parcelas son utilizados más bien para el autoconsumo, ya que las familias van creciendo y los padres permiten a sus hijos vivir en sus terrenos, por lo que cada día es menor el espacio para la siembra y mayor la cantidad de integrantes en la familia, lo que ha orientado a la comunidad a pensar en buscar otras actividades económicas, como la mina de arena, la gasolinera, el invernadero y ahora el turismo como alternativas económicas para disminuir la migración de los habitantes</p>
2) Patrimonio Natural	<p>Identificar los recursos naturales que existen en la comunidad y la valorización de los integrantes del grupo hacia los mismos.</p>	<p>Entre los recursos naturales mencionados se encuentra el río (matawi), la zona boscosa (mapinu), Peña Blanca, (toxyewi), el espinazo del diablo, la laguna seca, las tres Marías y el árbol gigante. Estos recursos ya han sido descritos en el Diagnóstico Turístico.</p> <p>Los recursos mencionados serán integrados a las actividades turísticas tales como caminatas o senderos interpretativos.</p>
3) Patrimonio Cultural	<p>Conocer la identificación de los integrantes del grupo con la etnia matlatzinka.</p> <p>Analizar la aceptación o rechazo a elementos identitarios</p> <p>Identificar los elementos identitarios de la comunidad</p>	<p>Durante la plenaria se observa que los habitantes de la comunidad hace aproximadamente dos décadas, sentían cierta discriminación y por tanto dificultad para integrarse a "la sociedad", es decir participar en actividades externas a su comunidad, para ello debieron hablar castellano y los padres comenzaron a dejar de enseñar a sus hijos la lengua matlatzinka, para que pudiesen asistir a la escuela y tener oportunidades.</p> <p>Pero en los últimos 15 años las situación ha cambiado y ellos han visto el interés de las autoridades, investigadores, y estudiantes por su cultura, han recibido apoyos para el rescate de la lengua y de la</p>

	Otorgar elementos de revalorización de elementos identitarios	<p>indumentaria; lo que ha hecho que ellos mismos revaloricen su patrimonio, de forma tal que se están realizando esfuerzos para que los niños pequeños aprendan la lengua y por lo menos en ciertas festividades un grupo de mujeres usa la indumentaria matlatzinca.</p> <p>Tres de los jóvenes integrantes del grupo piloto asisten a una escuela intercultural, a la que acuden alumnos de diferentes etnias, en las que comparten conocimientos de sus culturas y también egresan con carreras técnicas de administración. Otra de las integrantes es alumna de la Licenciatura en Turismo de la Facultad de Turismo y Gastronomía de la UAEM, lo cual les otorga una visión diferente de su patrimonio.</p>
4) Impactos del Turismo	<p>Identificar los elementos identitarios de la comunidad</p> <p>Otorgar elementos de revalorización de elementos identitarios</p>	<p>Los asistentes después de observar el un video de impactos del turismo, reflexionaron acerca de los impactos negativos y positivos del turismo y comentaron los riesgos que existen en su comunidad si no se planifica ésta actividad, como por ejemplo: “echar a perder sus recursos naturales”, “que venga mucha gente extraña a querer vivir o trabajar aquí”, “que se acabe el agua”, “que no aprecien nuestras tradiciones”...</p> <p>Posteriormente se explicó lo que es el turismo alternativo, las tipologías del mismo (turismo de aventura, ecoturismo y turismo rural), su conceptualización y las actividades factibles de realizarse bajo éste enfoque.</p> <p>Las reflexiones realizadas durante la sesión permitieron a los participantes visualizar el desarrollo de la actividad en su comunidad y cambiar en algunos casos ideas iniciales, como la de “recibir toda la gente que se pueda”, o “construir lugares para que se queden los turistas”. Aunque se aprecia que el grupo de manera general se inclina por el cuidado y respeto de su patrimonio natural y cultural.</p>
5) Turismo Rural	<p>Dar a conocer como se está desarrollando el turismo en otras comunidades indígenas.</p> <p>Reflexionar acerca de la situación actual de otras comunidades que han desarrollado el Turismo Alternativo.</p> <p>Identificar la disposición de los integrantes del grupo para operar el proyecto.</p> <p>.Evaluar actitudes, habilidades y conocimientos con que cuentan los integrantes del grupo base para definir en conjunto su participación en el proyecto. (LT)</p> <p>Definir propuesta de actividades de Turismo Alternativo en el proyecto Centro de Turismo Alternativo.</p>	<p>Se realizó una plenaria para conocer la visión que tienen los integrantes del grupo, respecto a la forma en que les gustaría difundir su cultura y las actividades que les gustaría desarrollar en torno al turismo en su comunidad.</p> <p>Las actividades propuestas tienen una estrecha relación con la etnia matlatzinca, permitiendo a los visitantes el conocer aspectos característicos de esta cultura, a través de un taller gastronómico donde prepararan charapi, licor de zarza y tamal de ceniza, taller de lengua, donde aprenderán algunas palabras en matlatzinca y el conocimiento de la indumentaria, así como de leyendas y cosmovisión de esta etnia y el ritual del temascal. Dentro del proyecto se aplicaran estrategias de rescate y sustentabilidad de sus recursos naturales como generación de energía alternativa, la participación en actividades de siembra y de cosecha de productos locales y en las actividades cotidianas del vivero, tales como recolección de semilla, embolso y trasplante de árbol. Así como la oferta de alimentos típicos, elaborados con productos de la región, observación de flora y fauna, participación en talleres ecológicos, realizar tirolesa, escalada o rappel, complementándose con servicio de hospedaje, y acampado, todas estas actividades ofertadas de manera integral.</p>

Tabla No. 3 Estrategia de desarrollo de capacidades del turismo rural.

ACTIVIDAD	OBJETIVO/DESCRIPCIÓN	RESULTADOS
1) Curso Calidad en el servicio al cliente	Sensibilizar a los integrantes del grupo acerca de la importancia de la calidad en la atención al cliente. Conocer los errores comunes en la prestación de un servicio turístico.	Durante éste taller, los participantes reflexionaron acerca de la importancia de ofrecer calidad en el servicio a los clientes o usuarios internos y externos, analizando los factores clave que le permitan conocer y utilizarlas herramientas necesarias para un servicio de calidad. A través de la dramatización, observaron que no siempre es fácil el trato con el cliente y que ellos deben saber manejar situaciones tensas y apoyarse como equipo. Es importante mencionar que en este proyecto no se trata de estandarizar, el servicio debe ser más directo y cálido, el desarrollo del turismo rural se basa en experiencias vivenciales y la convivencia con la comunidad receptora, enriquecida por el patrimonio natural y cultural de la misma.
2) Curso Manejo Higiénico de los alimentos y taller de elaboración de menú con productos tradicionales.	Enseñar técnicas de manejo higiénico de alimentos. Conformar menú con productos tradicionales.	El plantear de manera conjunta el menú fue un trabajo muy interesante, en el que las nuevas generaciones, escucharon acerca de tradiciones y costumbres en torno a la comida, así como diversas formas de preparación de los alimentos tradicionales. La importancia de plantear un menú con productos tradicionales a diferencia de un menú estandarizado, es lo que enriquece y otorga autenticidad a proyectos desarrollados desde la perspectiva comunitaria.
3) Curso Administración de MiPyMES	Otorgar elementos básicos a los integrantes del grupo inicial acerca de los departamentos básicos de una empresa.	Se conformó un organigrama de la empresa, en el que cada uno de los integrantes del grupo colocó su nombre en el área que de acuerdo a sus conocimientos, habilidades e intereses le gustaría participar.
4) Plan de Negocios. a) Localización del proyecto b) Estudio de Mercado c) Estudio Técnico d) Estudio Administrativo e) Estudio Financiero	Realizar un plan de negocios del proyecto turístico.	Como parte de las estrategias de desarrollo de capacidades, se realizó un Plan de Negocios, con base en la información obtenida durante los talleres de sensibilización. El plan de negocios plantea los aspectos esenciales de un proyecto, se constituye como una fase de proyección y evaluación que se emplea internamente para la planificación de una empresa, reúne información acerca del mercado, aspectos técnicos, administrativos y financieros de la misma, usualmente debe estar en constante renovación y actualización, es una herramienta útil para conocer la viabilidad de un emprendimiento. En el caso de San Francisco Oxtotilpan, el planteamiento de gestión es una combinación entre una planeación tradicional y la construcción a través de la práctica de un proyecto en marcha, es decir, el presente plan de negocios se construyó de manera colaborativa, con el grupo de trabajo que operará el proyecto turístico en la comunidad receptora, lo que se aportó desde el papel de la investigadora fue sistematizar u orientar una problemática real y en constante evolución. El plan de negocios es entonces es en éste caso, más que un recurso tradicional de planeación, una estrategia orientada al desarrollo de capacidades para la gestión del turismo rural en San Francisco Oxtotilpan, con el objetivo de que ellos tengan una visión integral de los que conlleva el proyecto.
5) Prueba Piloto	Desarrollar una estrategia de gestión de los recursos patrimoniales que integre la participación directa de la comunidad y permita la adquisición de habilidades y conocimientos para la prestación de servicios turísticos. Apoyar al grupo inicial de prestadores de servicio turístico a aplicar el conocimiento adquirido, autoevaluar el aprendizaje y adquirir experiencia vivencial en la prestación de servicios turísticos.	Por tanto, la aplicación de la prueba piloto se llevó a cabo en el mes de septiembre de 2014, (los días 12 y 19) con la participación de 45 alumnos de la Facultad de Turismo y Gastronomía, en cada ocasión, quienes realizaron la visita en complemento a las Unidades de Aprendizaje de Gestión del Patrimonio Natural y Formulación y gestión de Proyectos Turísticos. La visita se organizó en conjunto con el grupo inicial de trabajo, cuyos integrantes decidieron de acuerdo a gustos y preferencias la actividad en la que deseaban participar, se planearon las actividades, los tiempos y los insumos necesarios para cada actividad, así como el responsable (s) de cada grupo y acción programada.

Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de la investigación.

Ahora bien, respecto a las tablas anteriores en las estrategias de información, a través de una convocatoria abierta, se integró el grupo inicial de trabajo, el cual está conformado en su mayoría por jóvenes que se encuentran estudiando, pero también se encuentran personas adultas respetadas en la localidad, es un grupo dinámico y participativo que se encuentra en un proceso de apropiación del proyecto turístico.

Al aplicar las estrategias de sensibilización se detectó que los integrantes del grupo observan relevantes sus costumbres y tradiciones, pero ahora consideran imprescindible el preservarlas y difundirlas. La aplicación de éstas estrategias significaron cambios en la visión que tenían inicialmente los integrantes del grupo base, dado que se otorgó información referente a los impactos tanto positivos como negativos del turismo, observándose un cambio en la imagen inicial de la actividad que tenían los habitantes, que era de masificación, la cual cambio a un proyecto cuyo fundamento básico sea la conservación y difusión de su patrimonio natural y cultural, enmarcado en actividades de turismo rural y de corte alternativo, en general, se generó una visión de condicionar las actividades turísticas a efecto de proteger el medio ambiente.

Por último para las estrategias de desarrollo de capacidades permitieron el fortalecimiento del recurso humano como punto neurálgico de la actividad turística, otorgando herramientas a los habitantes de la comunidad, interesados en convertirse en prestadores de servicios, para insertarse de manera consciente y paulatina al desarrollo de la actividad turística.

Como parte de la organización para la implementación del proyecto se derivó un plan de negocios, el cual se conformó de manera colaborativa bajo la visión de los integrantes del grupo piloto, incluyendo los elementos tradicionales de un plan de negocios, pero enfatizando el desarrollo de capacidades organizativas para la gestión del turismo rural en San Francisco Oxtotilpan, de forma tal que se tenga una visión integral de los elementos que conlleva el proyecto.

Se llevó a cabo una Prueba Piloto, para fortalecer y evaluar el desarrollo de capacidades, la cual permitió a los integrantes del Grupo Piloto, prepararse operativamente, autoevaluar su desempeño, vivir la experiencia de otorgar un servicio turístico y detectar debilidades propias y del grupo, así como verificar si la idea que tenían de la actividad turística era correcta y realizar propuestas de mejora a la misma.

El planteamiento del Turismo Rural en San Francisco Oxtotilpan, se gestó de manera colaborativa con la comunidad, desde la conformación del grupo inicial de trabajo, la sensibilización del mismo, el desarrollo de capacidades a través de los cursos de capacitación (que por cuestiones de tiempo se reconoce fue extremadamente básica), la propuesta del plan de negocios así como la aplicación de la prueba piloto se trabajaron de manera conjunta, intentando no imponer, no estandarizar y no excluir a quienes serán los realmente afectados con los impactos ya sean positivos o negativos, de un proceso de desarrollo turístico en la localidad.

Los habitantes han comenzado apropiarse del proyecto, la prueba es que, a partir del pilotaje, la comunidad ha comenzado a recibir grupos de manera independiente, inicialmente desarrollando un programa bastante parecido al aplicado en la prueba piloto, pero incluyendo algunas otras actividades, como senderismo y recolección de hongos, y posteriormente incluyendo pernocta

El que la comunidad, ya haya recibido visitantes de manera independiente refleja el fortalecimiento de capacidades que obtuvo el grupo base a través de la aplicación de estrategias de gestión, puesto que difícilmente hubiesen recibido visitantes de la forma que lo hicieron de no haber existido esta experiencia previa.

5 CONCLUSIONES

En las comunidades indígenas con interés en implementar proyectos turísticos, es importante construir infraestructuras pero es indispensable desarrollar capacidades que les permitan apropiarse de dichos proyectos, con base en sus propios recursos, en su visión como etnia, y en las actividades productivas que desarrollan, de forma tal que el turismo logre ser un complemento de su desarrollo, no una imposición o un problema social.

La comunidad originaria de San Francisco Oxtotilpan, ubicada en el Estado de México posee una densidad cultural importante, ya que son los últimos herederos de la etnia matlatzinca. En su devenir histórico, existen rasgos que sobresalen: es una comunidad con capital social, con instituciones que subsisten, con formas productivas específicas, y recursos naturales enmarcados en la enorme riqueza cultural, otorgada por la preservación de costumbres y tradiciones ancestrales. Durante el diagnóstico se

obtuvieron datos que diferencian a ésta comunidad, como son su capacidad organizativa y de emprendimiento, la cual se refleja en la iniciativa de gestionar un proyecto turístico. En éstas condiciones la investigación se articuló con la necesidad de acompañamiento a través de la investigación-acción para dicho proyecto, ya que se han observado otras comunidades, aledañas, que de igual forma reciben apoyo financiero y una vez construida la infraestructura, los habitantes son ajenos a la misma, no saben administrar ni operar empresas turísticas y por tanto estas infraestructuras generalmente son sub utilizadas y no consiguen los objetivos finales en beneficio de la comunidad receptora.

En la zona de estudio, se encontraron condiciones tanto favorables como desfavorables. En el caso de las primeras, por ejemplo, se constató la existencia de un tejido humano dinámico que permite el desarrollo de iniciativas, constan de un patrimonio natural y cultural importante. En el segundo caso, existen bajos niveles de formación del factor humano, escasa planificación, migración, bajos ingresos y falta de empleo, por tanto se reveló imperante considerar estas condiciones como punto de partida para la gestión de un proyecto de turismo rural.

En San Francisco Oxtotilpan existe la necesidad de incrementar el ingreso y bienestar material dados las condiciones observadas. En éste contexto el turismo rural se presentó como una opción viable mediante el uso de recursos patrimoniales, con el objetivo de que los beneficios fuesen fundamentalmente sociales, orientados a la comunidad y bajo el control de los actores comunitarios enfocándose al desarrollo local con enfoque solidario.

Se observó y se identificó en la comunidad una necesidad de información acerca de lo que es el turismo, las implicaciones positivas y negativas que conlleva, el objetivo del mismo y los lineamientos de su aplicación; de sensibilización a quienes serán prestadores de servicios, acerca del respeto y cuidado de la naturaleza, el aprovechamiento sustentable de los recursos naturales y su revalorización, difusión y preservación del patrimonio cultural (de relevante importancia en la comunidad) y de formación, que contribuya al desarrollo de capacidades organizativas, administrativas y operativas a través del fortalecimiento de las redes de acción colectiva.

Para concluir, a partir de la aplicación de conocimientos la gestión del patrimonio, éste debe ser

un proceso integral, el cual tendrá que iniciar con un diagnóstico participativo, después establecer un plan con líneas de acción precisas, que permitan incrementar el ingreso y bienestar material mediante el uso de recursos patrimoniales (naturales y culturales), en donde los beneficios sean fundamentalmente sociales, orientados a la comunidad y bajo el control de los actores comunitarios enfocándose al desarrollo local. Es así que el turismo rural, puede presentarse como una opción de desarrollo para esta comunidad, bajo la condicionante de que sean ellos mismos quienes decidan de manera consciente y paulatina el desarrollo de la actividad turística mediante la acción social, con un enfoque solidario.

REFERENCIAS

- ALBERICH, T. *La Agenda 21 de la Cultura. Un instrumento para el desarrollo*. Extensión Universitaria: Universidad Jaume I. Castellón, 2006.
- ANDER-EGG, E. *Repensando la investigación-acción-participativa*. Lumen-Humanitas, 2003.
- ANDRADE, G.; RHODES, J. Protected areas and local communities: an inevitable partnership toward successful conservation strategies? *Ecology and Society*. UK, 7(4): 14. 2012. Disponible en: <http://www.ecologyandsociety.org/vol17/iss4/art14> / Acceso en: 30 abril, 2015.
- AZEVEDO, R.; RODRÍGUEZ, C. Políticas públicas e Turismo Rural: um estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Adopi (RN). *Revista Cuaderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 131-145. June. 2013. Disponible en: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=976&path%5B%5D=435>. Acceso en: 4 Aug. 2015
- BALLART, J. *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel, 2001.
- BARKÍN, D. *Riqueza, pobreza y desarrollo sostenible*. México: Jus y Centro de Ecología y Desarrollo, 1999.
- BERMÚDEZ, A., ARBELOA, J, y GIRALT, A. *Intervención en el patrimonio cultural: creación y gestión de proyectos*. Madrid: Síntesis, 2004.
- BISQUERA M, R. *Procesos de la investigación-acción*. Editorial Fempid. Madrid, 2002.
- BUCKLEY, R. A framework for ecotourism. *Annals of tourism research*, 21(3), 661-665. 1994. Semestral.
- CARPIO, J., Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Brasil, Sep. 2011, Vol, 2(3), 57-66. Disponible en: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd27/revis2.pdf> f> Acceso en: 20 aug. 2015.

- CARTÓN DE GRAMMONT, H. La nueva ruralidad en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, México, oct. 2004. P. 279-300. Disponible en: <https://www.researchgate.net/publication/275883841_La_nueva_ruralidad_en_America_Latina> Acceso en: 11 feb. 2016.
- CDI. *Acciones de Gobierno para el Desarrollo Integral de los Pueblos Indígenas*. México: CDI, 2011.
- CNCA. *Guía para la gestión de proyectos culturales*. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes de Chile, 2009.
- COLE, S. Shared benefits. Longitudinal research in eastern Indonesia. In: Phillmore, J., Goodson, L (Eds). *Qualitative research in tourism. Ontologies, epistemologies and methodologies*. Routledge. USA 292-310 pp. 2006.
- CROSBY, A. Re-inventando el turismo rural: el turismo en áreas rurales y naturales. En *Re-inventando el turismo rural, gestión y desarrollo*. pp. 13-20. Editorial Laertes, 2009.
- CRUZ, F.; DE LA VEGA, N. Intervención Integral para el desarrollo en el medio rural. (DOSSIER, Ed.) *Intervención Psicosocial*, 9(2), 155-168., 2009. Disponible en: <<http://www.copmadrid.org/webcopm/publicaciones/social/63244.pdf>> Acceso 25 feb. 2016
- FREIRE, L. S.; FERREIRA, H. C. H. O Turismo de Base Comunitária como Alternativa de Desenvolvimento Local: o Caso de Curuçá – Pará. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET*, Juiz de Fora (MG), p. 36-44, dec. 2015. ISSN 2238-2925. Disponible en: <<https://abet.ufff.emnuvens.com.br/abet/article/view/2912/2237>>. Acceso en: 10 may 2016.
- Friedmann, J. *Empowerment: the politics of alternative development*. Blackwell Science, UK, 1992. 196 pp.
- GARCÍA, H. *Matlatzincas, Pueblos Indígenas del México Contemporáneo*. México: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas / Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2004.
- GÓNZALEZ- DOMÍNGUEZ, I. *Gestión del Turismo Rural en San Francisco Oxtotilpan, Estado de México*. Universidad Autónoma del Estado de México, 2014.
- GONZÁLEZ-DOMÍNGUEZ, I. *Estrategias de información, sensibilización y desarrollo de capacidades para la gestión del turismo rural: caso San Francisco Oxtotilpan, Estado de México*. (Tesis de Maestría) Universidad Autónoma del Estado de México, 2015.
- HALL, C. M. *Tourism: Rethinking the social science of mobility*. Pearson Education, 2005.
- HERNÁNDEZ, F. *El Patrimonio Cultural: la memoria recuperada*. Madrid, Ed. Trea, 2002.
- IAPH. *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. Obtenido de Junta de Andalucía. 2016. Disponible en: <http://www.iaph.es/web/canales/formacion/orientacion-profesional/profesiones/gestor-patrimonio-cultural.html> Acceso en 16 sep. 2015
- INEGI. *Censo de población y vivienda 2010*. Disponible en: <http://www.inegi.org.mx/sistemas/olap/Proyectos/> bd/censos/cpv2010/PT.asp?s=est&c=27770&proy=cpv10_pt Acceso en: 4 march, 2016.
- JIMÉNEZ-RUIZ, A.; THOMÉ-ORTIZ, H.; BURROLA-AGUILAR, C. Patrimonio biocultural, turismo micológico y etnoconocimiento. *Revista El Periplo Sustentable*. México, 29 march, 2016. Núm. 30 (2016), p.p. 180-205. Disponible en: <http://rperiplo.uaemex.mx/index.php/elperiplo/article/view/2529/pdf> Acceso en: 16 july, 2016.
- KORSBAECK, L. La política en San Francisco Oxtotilpan. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, México, 2011, 56 (211), p.p.103-120. Disponible en:<<http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmस्पs/arcticle/view/30334/28172>> Acceso en: 29 apr. 2016.
- LIMA, D. de S.; CORIOLANO, N. Turismo Comunitário em Terras Indígenas no Estado do Acre: a Experiência do Festival de Cultura Indígena Yawanawá. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET*, Juiz de Fora (MG), pp. 17-25, dec. 2015. ISSN 2238-2925. Disponible en: <<https://abet.ufff.emnuvens.com.br/abet/article/view/2909/2234>>. Acceso en: 12 may. 2016.
- LÓPEZ, T.; SÁNCHEZ, S. Turismo comunitario y generación de riqueza en países en vías de desarrollo. Un estudio de caso en El Salvador. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos*, España, 2009,12 aug. 2009, 99, 85-103 pp. Disponible en: <http://revistas.ucm.es/index.php/REVE/article/view/REVE0909330085A/18701> Acceso en: 6 jan., 2014
- MELO, E. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Visitaem Quixada (CE). *Revista Cuaderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 27 march, 2015, vol. 15, no. 1, p. 1-19. Disponible en: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=873&path%5B%5D=420> . Acceso 7 oct. 2015
- MONTERROSO, N.; ZIZUMBO, L. La reconfiguración neoliberal de los ámbitos rurales a partir del turismo: ¿Avance o retroceso? *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales*. México, 2009. Mayo-Agosto, 133-164. Diponible en: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352009000200006> Acceso en: 14 apr.2016
- MUÑOZ, O.; LEMA, M. El papel de los municipios colombianos en la planeación y gestión del desarrollo local: sus fundamentos teórico-conceptuales. *Revista Tendencias*, Universidad de Nariño, 2013: 2. Disponible en: <[file:///D:/Users/Administrativo/Downloads/Dialnet-ElPapelDeLosMunicipiosColombianosEnLaPlaneacionYGe-5029726%20\(1\).pdf](file:///D:/Users/Administrativo/Downloads/Dialnet-ElPapelDeLosMunicipiosColombianosEnLaPlaneacionYGe-5029726%20(1).pdf)> Acceso en: 19 sep. 2015.
- MEDINA, J.; ORTEGÓN, E. *Manual de prospectiva y decisión estratégica: bases teóricas e instrumentos para América Latina y el Caribe* (Vol. 1). Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2006

- <http://www.cepal.org/ilpes/publicaciones/xml/3/27693/manual51.pdf> Acceso en: 15 apr. 2016.
- OHE, Y. Community-Based Rural Tourism In Super-Ageing Japan: Challenges And Evolution. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET*, Juiz de Fora (MG), p. 28-41, apr. 2016. ISSN 2238-2925. Disponible en: <<https://abet.uff.emnuvens.com.br/abet/article/view/2923>>. Acceso en: 20 june. 2016.
- PALMAS, D.; SERRANO-BARQUÍN, R.; GUTIÉRREZ CEDILLO, J.; CRUZ, G.; FAVILA, H. Modelo teórico-metodológico para el estudio del turismo armónico y el desarrollo local. *Revista Investigaciones Turísticas*, España, 27 may, 2014, 0 (7), 23-46. Disponible en: <http://www.investigacionesturisticas.es/iuit/article/view/121> Acceso en: 25 aug. 2015 <http://dx.doi.org/10.14198/INTURI2014.7.02>
- PÉREZ, S. El valor estratégico del turismo rural como alternativa sostenible de desarrollo territorial rural. *Agronomía Colombiana*, 3 july, 2010, 28(3) 507-513. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180320698018> Acceso en: 4 july, 2014.
- PERTICARÁ, P. *Turismo Alternativo, una concepción local*. 2006, Consultado 22 de Septiembre 2014 de <http://www.turismosustentable.org/contenido-programa.php?id=5>
- PIKE, A.; RODRIGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J. *Local and Regional Development*. New York: Routledge, 2006.
- PIMENTEL, T. D. y PIMENTEL, M.P.C. Rural, ruralidade e turismo: noções e práticas contemporâneas. *Revista El Periplo Sustentable*. México, 18 june, 2015, Núm. 29, p. 120-143. Disponible en: <http://rperiplo.uaemex.mx/index.php/elperiplo/article/view/2216/pdf> Acceso en: 9 jan. 2016.
- QUEROL, M. A. *Manual de Gestión del Patrimonio Cultural*. Akal, 2010.
- REED, M. Stakeholder participation for environmental management: a literature review. *Biological conservation*. Amsterdam, 2008,141(10): 2417-2431. Disponible en: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006320708002693> Acceso en: 16 dec. 2014
- RIVERA, M.; RODRÍGUEZ, L. *Turismo responsable, sustentabilidad y desarrollo local comunitario*. España: Córdoba, 2012.
- ROE, D.; MOHAMMED, E.Y.; PORRAS, I.; GIULIANI, A. Linking biodiversity conservation and poverty reduction: depolarizing the conservation-poverty debate. *Conservation Letters*, 2013, 6 (2013) 162-171 Disponible en: <http://onlinelibrary.wiley.com/store/10.1111/j.1755-263X.2012.00292.x/asset/connl292.pdf;jsessionid=F3051A15F85C7B5494F2E47D62311D9B.f02t01?v=1&t=i8mpg06&s=949a932769924b5ec19025e3e955800245a70e49> Acceso en: 7 nov. 2014.
- ROSAS-BAÑOS, M. *Una Contribución a la Economía Ecológica: Actividades No-proletarias Generadoras de Ingresos*, Edición electrónica gratuita, 2010. Texto completo en www.eumed.net/libros/2010a/647/
- ROSAS-BAÑOS, M. Nueva Ruralidad desde dos visiones de progreso rural y sustentabilidad: Economía Ambiental y Economía Ecológica. *Polis Revista Latinoamericana*, 2013 (34). Disponible: <http://polis.revues.org/8846> Acceso en: 7 de may, 2016
- SALAZAR, M. A. Investigación-acción y comunicación participativa en una educativa: Un estudio de caso. En: *Memorias del I Congreso Brasileño de Comunicación*. Brasil, 3 may, 2007. Recuperado de http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt2/gt2_salazar.pdf Acceso en: 5 oct. 2015.
- SCHEVENS, R. Promoting women's empowerment through involvement in ecotourism: Experiences from the Third World. *Journal of Sustainable Tourism*, UK, 8(3): 232-249, 2000.
- SEN, A. *El desarrollo como libertad*. Gaceta Ecológica, 2000. (55), p.p. 14-20.
- THOMÉ, H. Turismo rural y campesinado, una aproximación social desde la ecología, la cultura y la economía. *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales* 2008, 15, 237-261. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10504709>. Acceso en: 26 jul. 2015.
- VALDÉS, L. El turismo rural: Una alternativa diversificadora. Líneas estratégicas de su expansión. *Papeles de Economía española*, (102), 298-315, 2004.
- VARGAS, J. Teoría de la acción colectiva: Sociedad civil y movimientos sociales en las nuevas formas de gobernabilidad en Latinoamérica. *Nómadas*, (7), 2003.
- VELASCO, M. Política turística del patrimonio cultural: enfoques para un desarrollo sostenible del turismo cultural. *Cuadernos del Turismo*, España, 2009, (23), 237-253., Disponible en: <https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/15453/1/67591.pdf> Acceso en: 01 jul. 2016
- WATSON, J.; DUDLEY, N.; SEGAN, D.; HOCKINGS, M. The performance and potential of protected areas. *Nature*, US, 2014, 515. 67-73. doi:10.1038/nature13947
- ZIMMERMAN, M.; RAPPAPORT, J. Citizen participation, perceived control, and psychological empowerment. *American Journal of community*, 1988.

TENDENCIAS Y POSICIONAMIENTO DE LA ACTIVIDAD TURÍSTICA: ALGUNOS PROBLEMAS Y RETOS PARA MÉXICO

Nadia Ilenia Peinado Osuna*

Alejandro García Garnica**

Resumen: El objetivo central de este documento es describir y analizar la importancia del turismo, las tendencias internacionales que se plantean para el futuro de esta "industria", así como algunos de los principales retos que México debe enfrentar en lo que se refiere a esta actividad económica. Algunas de las preguntas que se plantean responder en este artículo son las siguientes: ¿Por qué el turismo es una actividad clave en el crecimiento y desarrollo de las naciones y por qué debería ser una de las prioridades económicas alternativas para el futuro de nuestro país? ¿Cuáles son las principales tendencias que en el largo plazo seguirá la actividad turística? ¿Qué nivel de posicionamiento tiene nuestro país en el ambiente internacional? y ¿Cuáles son algunos de los principales retos que deberá enfrentar en el futuro? La estructura de este trabajo es la siguiente: en la primera parte se enfatiza qué es el turismo, su importancia y clasificación; en la segunda se abordan algunas de las tendencias que se perciben para el turismo hacia el 2030 a nivel internacional y se dan algunos datos que nos ilustran el posicionamiento de México en este contexto. En la última parte se compara el ranking internacional de México para el periodo 2009-2015 a fin de detectar los problemas y los retos que en términos del turismo existen.

Palabras claves: Competitividad. Tendencias mundiales. Turismo. México.

TRENDS AND POSITIONING OF TOURISM INDUSTRY IN MÉXICO: PROBLEMS AND CHALLENGES

Summary: The central objective of this paper is to describe and analyze the importance of tourism, international trends for the future of this "industry", as well as some of the main challenges that Mexico must face in this economic activity. Some of the questions that guided our research in this article are: Why tourism is a key activity in the growth and development of nations and why should it be one of the alternative economic priorities for the future of our country? What are the main trends that the tourist activity will follow in the long term? What level of position does our country have in the international environment? and What are some of the main challenges that it will face in the future? Regarding the paper's structure, first of all, we emphasize what tourism is, its importance and classification; the second part addresses some of the tendencies that are perceived for tourism towards 2030 at the international level and some data are given that illustrate the positioning of Mexico in this context. The last part compares the international ranking of Mexico for the period 2009-2015 in order to detect the problems and the challenges that in terms of tourism exist.

Keywords: Competitiveness. World trends. Tourism. Mexico.

TENDÊNCIAS E POSICIONAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA: ALGUNS PROBLEMAS E DESAFIOS PARA O MÉXICO

Resumo: O objetivo central deste artigo é descrever e analisar a importância do turismo, as tendências internacionais que representam para o futuro desta "indústria", bem como alguns dos principais desafios que o México tem de enfrentar em relação a esta actividade económica. Tomamos em conta as seguintes questões norteadoras: Por que o turismo é uma actividade fundamental no crescimento e desenvolvimento das nações? Por que isso deve ser uma das prioridades económicas alternativas para o futuro do país? Quais as principais tendências que continuarão no turismo em longo prazo? Qual o nível e o posicionamento do país no cenário internacional? E quais são alguns dos principais desafios a serem enfrentados no futuro? Para dar conta da discussão, na primeira parte do artigo enfatiza-se o que é o turismo, sua importância e classificação; em seguida são abordadas algumas das tendências estimadas para o turismo em 2030 a nível internacional e alguns dados que ilustram o posicionamento do México neste contexto. Na última seção, analisa-se o México no ranking internacional em comparação com o período 2009-2015, a fim de detectar problemas e desafios ainda presentes.

Palavras chave: Competitividade. Tendências. Turismo. México.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Docente de la Escuela de Turismo Mazatlán, dependiente de la Universidad Autónoma de Sinaloa.

** Profesor Investigador de Tiempo Completo en la Universidad Autónoma del Estado de Morelos, en la Facultad de Estudios Superiores de Cuautla. Doctor en Estudios Organizacionales por la Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa (México). Miembro del Sistema Nacional de Investigadores Nivel 2.

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Editores Científicos Convidados/Invited Scientific Editors: Stella Maris Amaiz Burne & Alfredo César Dachary (UDG).

Recebido em 23 de Setembro de 2016; aceito em 28 de Novembro de 2016; publicado online 31 de Dezembro de 2016.

Received on September 23, 2016; accepted on November 28, 2016; published online on December 31, 2016.

Artigo convidado/Invited paper. Seção revisada às cegas por pares/Double blind review section.

I INTRODUCCIÓN

De acuerdo con el World Economic Forum (2015) la llegada de turistas internacionales fue de 1,14 mil millones en 2014, es decir, 51 millones más que en 2013. Además, se estima que las actividades ligadas a turismo y viajes fue del 9.5% del Producto Interno Bruto Mundial, es decir de \$ 7 billones de dólares.

De igual forma esta actividad representó el 5.4% de las exportaciones mundiales, por lo que se considera que el turismo es un motor importante de crecimiento económico, es generador de divisas y contribuye a la creación de empleos directos e indirectos. Tan solo se calcula que en el año 2022, uno de cada 10 puestos estará ligada a esta industria.

No obstante, durante los últimos años, existen diferentes factores internacionales de tipo económico, social, político, cultural y demográfico que están transformando el turismo, y que sin duda representan enormes retos para las economías que desean elevar su competitividad en esta industria o mejorar su posicionamiento dentro de esta cadena de valor.

Este proceso de cambio en la actividad turística se está dando como resultado del surgimiento de las nuevas economías emergentes que elevan la competencia entre las naciones, el uso y difusión de las nuevas tecnologías de información en los servicios turísticos, la expansión de modelos de negocios basados en bajos costos en lo que al transporte se refiere, la implementación de aspectos éticos en las empresas dedicadas a esta actividad, la relevancia que cada vez tiene la sustentabilidad, las modificaciones demográficos y las transformaciones en la demanda de los consumidores (Aguiló y Clavé, 2015).

No menos importante son la globalización, el lento crecimiento económico registrado en algunas naciones, las tensiones políticas entre algunos países, el terrorismo, y los altos costos energéticos y la crisis financiera, que ha impactado en los ingresos y las decisiones de los turistas para viajar (World Economic Forum, 2009 y 2015).

A pesar de transformaciones y del futuro que tiene la actividad turística tanto en el contexto mundial como regional, las investigaciones de temas relacionados con el turismo en América latina es aun limitada, es de carácter muy local y es particularmente abundante en los casos de Brasil y en

menor medida en Argentina (Osorio, 2016). Por su parte, de acuerdo con Verduzco (2005), la investigación del turismo en México se desarrolló poco durante el siglo XX, y se considera que a esta actividad no se le ha dado la importancia estratégica económica y social que esta tiene.

En este contexto, el objetivo central de este *paper* es describir y analizar la importancia del turismo, las tendencias internacionales que se plantean para el futuro de esta "industria", así como algunos de los principales retos que México debe enfrentar en lo que se refiere a esta actividad económica.

Algunas de las preguntas que se plantean responder en este artículo son las siguientes: ¿Por qué el turismo es una actividad clave en el crecimiento y desarrollo de las naciones y por qué debería ser una de las prioridades económicas alternativas para el futuro de nuestro país? ¿Cuáles son algunas de las tendencias que en el largo plazo seguirá la actividad turística? y ¿Qué nivel de posicionamiento tiene nuestro país en el concierto internacional y cuáles son algunos de los principales retos que deberá enfrentar en el futuro?

La estructura de este trabajo es la siguiente: en la primera parte se enfatiza qué es el turismo, su importancia y clasificación; en la segunda se abordan algunas de las tendencias que se perciben para el turismo hacia el 2030 a nivel internacional y se dan algunos datos que nos ilustran el posicionamiento de México en este contexto. En la última parte se compara el ranking internacional de México para el periodo 2009-2015 a fin de detectar los problemas y los retos que en términos del turismo existen.

2 DEFINICIÓN, IMPORTANCIA Y CLASIFICACIÓN DE LA ACTIVIDAD TURÍSTICA

La historia del turismo nace primordialmente en el continente europeo después de la revolución industrial en el siglo XIX, sobre todo por el desplazamiento de los hijos de los burgueses quienes viajaban de su lugar de origen hacía otros destinos por motivos de estudios (Fernández, 1991). Desde entonces, la idea del turismo se ha conceptualizado desde diversos enfoques teóricos, bajo la esencia del desplazamiento de un individuo de su lugar de origen a otro.

Por definición, el turismo es:

“el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas, que fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en donde no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural” (De la Torre, 1997:16).

La perspectiva anterior, ubica al turismo como una actividad recreativa de las personas, que se trasladan a otro territorio y en el que no buscan obtener dividendos económicos.

Desde una perspectiva más política y gubernamental, el turismo es:

“una actividad fundamentalmente privada, cuyo ejercicio está decisivamente influido por la orientación del conjunto de las políticas públicas, encargadas de garantizar un correcto manejo de los recursos naturales y culturales, de generar las infraestructuras que vertebran en territorio o de facilitar aquellos equipamientos y servicios públicos necesarios para el correcto desarrollo de la actividad económica y social de la comunidad, elementos todos ellos indispensables para garantizar el funcionamiento del sector turístico” (Jaimez, 2004:643).

Desde esta óptica, el turismo es una actividad desarrollada principalmente por la iniciativa privada, pero que está apoyada por políticas estatales que buscan fomentar esta actividad y obtener los beneficios económicos y los impactos sociales correspondientes.

Por su parte, la Organización Mundial del Turismo (OMT) describe esta actividad económica como: “un fenómeno social, cultural y económico relacionado con el movimiento de las personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar de residencia habitual por motivos personales o de negocios/profesionales” (OMT, 2008). Estas personas se denominan *visitantes* (que pueden ser *turistas* o *excursionistas*; residentes o no residentes).

El turismo tiene que ver con actividades recreativas que implican un gasto económico (Seguí, 2008). Por lo tanto, el turismo trata también de personas que se desplazan de un territorio a otro sin fines de residencia, los cuales dejan una derrama económica.

El turismo abarca distintas áreas de estudio, pues

“es importante interrelacionar, por una parte, la economía con la sociología, la psicología y la geografía del turismo, y por otra destacar que la economía desempeña un papel en la planificación, en la gestión empresarial y en el marketing de las organizaciones y los destinos del sector turístico” (Bull, 1991:12).

En algunos casos se ha considerado el factor tiempo para definir al turista. Para ser clasificado como tal, debe permanecer fuera de su lugar de origen sin fines de lucro por un periodo de seis meses como máximo. En este sentido, se clasifica al turismo de acuerdo a los tiempos de estadía en (Casas, 2013):

- El turismo residencial, se caracteriza por tener una estancia mayor a la relativa del turismo vacacional o recreacional, es decir, el turista puede rentar, comprar o alquilar el inmueble durante el tiempo que dure su estancia. En este caso sus actividades son de ocio y esparcimiento.
- El turismo recreacional se relaciona con las cuatro S: *Sun* (sol), *Sand* (arena), *Sea* (mar) y *Sex* (sexo). Estas actividades se enfocan en el entretenimiento, el servicio o el clima que sirven de base para disfrutar la playa y los paisajes de interés turístico.
- El turismo cultural. Aquí el turista es participe y observa las actividades propiamente de pintorescos destinos y disfruta de las fiestas tradicionales, su *folklore* y la comida de la comunidad.
- El turismo histórico se caracteriza por representaciones históricas expuestas en los museos, catedrales, monumentos, conventos y ruinas.
- El turismo étnico es aquel donde el turista gusta interactuar con la gente de aldeas. El turista participa de sus tradiciones y consume los alimentos típicos.
- El turismo medioambiental, tiene como principal interés para el viajero el conocimiento de la flora y la fauna. Se relaciona con el turismo étnico por la apertura de lo natural o también se asocia a parques naturales.

Además de los tipos de turismo antes mencionados también se liga el turismo naviero, por el tipo de actividad que se realiza a bordo del barco o buque donde se brinda a los pasajeros facilidades que ofrece un hotel o resort, así como servicios de recreación y diversión.

El turismo es una contribución potencial de la economía debido a su fortaleza en el mercado mundial, ya que se ha ubicado como una de las principales fuentes generadoras de divisas (PRODEIGST, 2003). A nivel internacional y nacional, el turismo se destaca por impactar y asociarse a los

diversos sectores económicos involucrados en su desarrollo, genera riqueza por ser la segunda actividad mundial más importante detrás de la industria del petróleo y sus sectores derivados (Sancho, 2006).

Ruiz (2008) considera que el turismo es sinónimo de crecimiento económico en el mundo y de la apertura de empleos. Este autor menciona que existe el programa de medio ambiente en el turismo y el desarrollo sustentable, que son tópicos a los que la Organización Mundial del Turismo (OMT) les da una importancia significativa para hacer uso óptimo de los recursos ambientales, pues estos son clave para el desarrollo turístico. El turismo es un medio a través del cual se puede preservar los procesos ecológicos, la herencia natural y cultural de vida, así como las tradiciones y valores de la sociedad. La actividad turística es una opción económica de largo plazo, al facilitar la creación de un empleo estable, da oportunidad de ofrecer servicios sociales y generar un ingreso que de manera directa contribuye a la disminución de la pobreza.

Por otra parte, el turismo como “industria”, encadena diversos sectores lucrativos como son: los tour operadores, las empresas de transporte internacional (aviación, terrestre, férrea y de cruceros) las empresas de alojamiento y restauración, los servicios de alimentos y bebidas, información tecnológica, los servicios de diversión, todo esto constituye un producto a desarrollar que fomenta a las comunidades locales y garantiza la rentabilidad económica (Espuña, 2003). Es decir, el turismo se conforma por una importante cadena económica en la que participan diferentes actores y coinciden múltiples actividades generadoras de valor.

El interés por el turismo se ha centrado en las economías locales, los impactos medioambientales y las transformaciones socioculturales; que conllevan a modificar el sistema de valores, los comportamientos colectivos, las relaciones familiares, las formas tradicionales de vida, la religión, el idioma, las expresiones creativas y la organización de la sociedad (Bull, 1991).

El turismo implica una creciente integración de los países receptores en la dinámica económica internacional, así como un incremento de los consumos de recursos locales y la convivencia, en

muchos casos, de formas culturales y niveles de vida diferentes (Espuña, 2003).

Otro de los rubros donde el turismo ha sido determinante, es en el diseño de la política económica y social, que tiene como impacto el progreso económico en la reducción de la pobreza. Por ejemplo, en el turismo han destacado los denominados pueblos mágicos y el turismo rural, donde las actividades de pequeños restaurantes, comercios y demás actividades han surgido a raíz de su denominación turística generando empleos y recursos económicos a nivel local.¹

El turismo es un sector clave para el progreso socioeconómico, por su creación de puestos de trabajo y de empresas, por la generación de ingresos de exportación (este se refiere al turista internacional que gasta en alojamiento, transportación y alimentación) así como también, en ejecución de infraestructuras con un impacto en el destino que se promociona.

3 TENDENCIAS DEL TURISMO INTERNACIONAL

Como se mencionó en el apartado anterior, el turismo es relevante gracias a su contribución económica, la generación de empleos y al impacto social que genera en las naciones. El turismo es una de las actividades económicas que capta más divisas, también contribuye a la redistribución laboral, facilita la derrama económica de manera más efectiva y dinamiza el crecimiento a nivel local, regional o internacional (Cooper, 1997; Seguí, 2006).

Se han hecho muchas estimaciones respecto al papel y la importancia que el sector turístico tendrá en el futuro. Al respecto se estima que el crecimiento del turismo en el año 2020, alcanzará los 1600 millones turistas internacionales (Jafar, 2005). Por su parte, el Consejo Mundial para Viajes y Turismo–WTTTC (2015) por sus siglas en inglés, institución que agrupa a las principales empresas mundiales de viajes y hostelería- calcula que en el 2014 el turismo mundial, doméstico e internacional, generará un total de 4,200 millones de dólares, considerando sus efectos directos e indirectos.

Otras estimaciones mencionan que para el año 2030 las tendencias del turismo cambiarán, en lo que

¹ El turismo continúa siendo un pilar en la economía mexicana porque representa el 8.4% del PIB de México, es la tercera fuente de divisas en el país, genera 3.1 millones de empleos (SECTUR, 2014).

se refiere al porcentaje de turistas que arribarán a las diferentes regiones del mundo. En el cuadro no. 1 se muestra que el número de visitantes descenderán tanto en Europa como en América, pues si bien el 64 % de los turistas visitaban el viejo continente en 1980, para el 2030 este descenderá a 41%.² Mientras que en el caso del continente Americano, la proporción de turistas descenderá de 22% a 14% durante el mismo periodo.

En cambio se observa un incremento paulatino del arribo de turistas tanto a África como al Medio Oriente, el primero se elevará del 3% en 1980 a 7% en el 2030, mientras el segundo del 3 al 8%. Y el cambio favorable más drástico se da en el caso de Asia y Pacífico que se eleva de 8% a 30% entre 1980-2030.

Cuadro 1: Llegada de Turistas Internacionales Por Región: 1980-2030 (Porcentajes).

REGIÓN	1980	2010	2030
Europa	64	51	41
África	3	5	7
Oriente Medio	3	6	8
América	22	16	14
Asia y Pacífico	8	22	30

Fuente: Elaboración propia a partir de UNWTO (2011).

Es importante mencionar que además de esta recomposición de los destinos turísticos a nivel geográfico, también se denota que el registro de las tasas de crecimiento promedio anual descenderá en el largo plazo. Particularmente, entre 1980-1995 la recepción de turistas reció en 4.4%, pero para el periodo comprendido entre el 2010-2030 esta crecerá solamente a tasas del 3.3% promedio anual (cuadro 2).

Cuadro 2: Recepción de Turistas en Economías Desarrolladas y Emergentes: 1980-2030 (Tasas medias de crecimiento promedio anual).

REGIÓN	1980 – 1995	1995 – 2010	2010 – 2030
Mundial	4.4	3.9	3.3
Economías avanzadas	3.7	2.7	2.2
Economías emergentes	5.8	5.7	4.4

Fuente: Elaboración propia a partir de UNWTO (2011).

Si se divide el flujo de turistas considerando el comportamiento de las llamadas economías avanzadas y emergentes,³ la recepción de turistas de acuerdo a la variación porcentual promedio anual descenderá en ambos casos: de 3.7% a 2.2% en el primer caso, y de 5.8% a 4% en el segundo caso si se comparan los periodos 1980-1995 y 2010-2030.

Otra tendencia que se desea resaltar son los motivos que llevan a los turistas a visitar otros países. De acuerdo con el cuadro no. 3, en el largo plazo los turistas seguirán desplazándose a otros países fundamentalmente por motivos asociados al descanso, la recreación y las vacaciones: si bien la gente que viaja por este motivo fue del 58% a nivel internacional en 1980 este descenderá al 54% en el 2030. Mientras que en ese mismo lapso los incentivos para viajar asociados a negocios y actividades profesionales se mantendrán en 15% y las visitas vinculadas a relaciones familiares, de amistad o asuntos religiosos se elevará del 27% en 1980 a 31% en el 2030.

Cuadro 3: LLEGADA DE TURISTAS INTERNACIONALES POR PROPOSITO DE VIAJE: 1980-2030 (Porcentajes)

REGIÓN	1980	2010	2020	2030
Descanso, recreación y vacaciones	58	56	54	54
Negocios y profesionales	15	17	16	15
Visita a familiares o amigos, salud o religiosos	27	30	30	31

Fuente: Elaboración propia a partir de UNWTO (2011).

Es importante considerar también la posición de los principales destinos turísticos a nivel mundial, los cuales se muestran en el Cuadro no. 4. Los cinco primeros lugares a donde arribó el mayor número de turistas son: Francia, Estados Unidos, España, China e Italia. En este cuadro se observan que por lo menos del primero al octavo lugar no hubo cambios en cuanto a la posición turística que los países ocuparon. Las cinco primeras posiciones mencionadas suman un total de 334.5 millones de turistas, lo cual representa el 28.2% de los 1, 184 millones de turistas registrados a nivel mundial para el 2015.

² Cabe mencionar que para las estimaciones del 2030 del turismo internacional se utilizó como referencia UNWTO (2011). Se tomaron los datos de esta fuente porque es el referente más importante hasta hoy, De acuerdo con (UNWTO, 2016, p. 14): "El informe de la OMT 'Tourism Towards 2030' (El Turismo hacia 2030) ofrece un pronóstico a largo plazo actualizado y una evaluación del desarrollo del turismo para las dos próximas décadas, de 2010 a 2030. Es un proyecto de investigación de amplio espectro, que toma como punto de partida el trabajo realizado por

la OMT en el ámbito de las previsiones a largo plazo desde la década de 1990. El nuevo estudio sustituye al anterior "Turismo: Panorama 2020", que se ha convertido en referencia mundial para las previsiones sobre turismo internacional."

³ Entre las economías emergentes se encuentran: China, India, La Federación Rusa y Brasil. Mientras que en las avanzadas se ubican: Estados Unidos, Alemania, Italia, Francia, España, Reino Unido, entre otros.

Cuadro 4: Principales destinos turísticos en el mundo por llegada de turistas (millones de turistas).

Clasificación		Destino País	Año	
'14	'15		2014	2015
1	1	Francia	83.7	84.5
2	2	Estados Unidos ^{1/}	75.0	75.0
3	3	España	64.9	68.2
4	4	China	55.6	56.9
5	5	Italia	48.6	50.7
6	6	Turquía ^{1/}	39.8	39.8
7	7	Alemania	33.0	35.0
8	8	Reino Unido ^{1/}	32.6	32.6
10	9	México	29.3	32.1
9	10	Rusia	29.8	31.3
14	11	Tailandia	24.8	29.9
13	12	Austria	25.3	26.7
11	13	Hon Kong (China)	27.8	26.7
12	14	Malasia	27.4	25.7
15	15	Grecia	22.0	23.6
		Total Mundial	1,134	1,184

Fuente: SECTUR, Ranking Mundial del Turismo Internacional. Página web: <http://www.datatur.sectur.gob.mx/SitePages/RankingOMT.aspx>. Consultada el 29 de octubre del 2016.

Por otro lado, si se considera la posición de los principales destinos turístico por el ingreso obtenido en cada uno de los países, se observa que los primeros cinco lugares son por orden de importancia, entre el 2014-2015: Estados Unidos, China, España, Francia y Tailandia. Estas cinco naciones percibieron durante 2015 un poco más de 439 millones de dólares lo que representa cerca del 36 de los ingresos totales recibidos a nivel mundial por este concepto.

Tanto en los cuadros 4 y 5 se observa que México es el único país latinoamericano que, si bien no está en los primeros lugares, ocupa un puesto importante si se considera tanto la llegada de turistas como los ingresos percibidos.

Cuadro 5: Principales destinos turísticos en el mundo por ingresos (miles de millones de dólares).

Clasificación		Destino País	Año	
'14	'15		2014	2015
1	1	Estados Unidos	177.2	178.3
2	2	China	105.4	114.1
3	3	España	65.1	56.5
4	4	Francia	57.4	45.9
9	5	Tailandia	38.4	44.6
5	6	Reino Unido	46.6	42.4
6	7	Italia	45.5	39.7
7	8	Alemania	43.3	36.9
10	9	Hong Kong (China)	38.4	35.9
8	10	Macao (China)	42.6	31.3
17	13	Japón	18.9	25.0
22	17	México	16.2	17.5
16	18	Singapur	19.1	16.7
21	19	Suiza	17.4	16.2
25	20	Emiratos Árabes	14.0	16.0
		Total Mundial	1,295	1,232

Fuente: SECTUR, Ranking Mundial del Turismo Internacional. Página web: <http://www.datatur.sectur.gob.mx/SitePages/RankingOMT.aspx>. Consultada el 29 de octubre del 2016.

Respecto al primer aspecto, nuestro país pasó del décimo al noveno lugar entre el 2014 y el 2015. Esta posición implicó que para el 2015 a México llegaran 2.5% del total mundial de turistas que viajaron. Y en relación con los ingresos que percibió México por el turismo, entre el 2014 y el 2015, este paso del lugar 22 al 17, con un ingreso de 17.5 miles millones de dólares en este último año (el 1.4% de los ingresos mundiales por este concepto).

4 ALGUNOS PROBLEMAS DE COMPETITIVIDAD TURÍSTICA EN MÉXICO

Para México, el turismo se ha vuelto un factor necesario en el diseño de políticas económicas y sociales, potenciar esta actividad tiene como fin

generar una mayor derrama económica en el país, y es una de las principales razones por las que el gobierno apoya y promueve esta actividad (Rodríguez, 2014).

El turismo en México es una prioridad por su elevado factor de desarrollo y motor de crecimiento, asimismo porque impacta sobre la productividad y empleo bien remunerado (PND, 2007-2012; González, 2002). Además, el turismo facilita que las comunidades no sólo sean partícipes de ser empleadas, sino también emprendedoras y empleadoras (González, 2002).

En el 2015, México recibió 32.1 millones de turistas internacionales y obtuvo 17.5 miles de millones de dólares por este concepto (cuadros 4 y 5). En 2013, el sector turístico aportó a la economía nacional 1, 095,585 millones de pesos, lo que representó el 8.3% del Producto Interno Bruto (PIB).

El crecimiento del PIB y los empleos nacionales generados posicionan al turismo como una de las actividades claves para el desarrollo del país. En 2014, los turistas de internación⁴ provenían: el 80% de Estados Unidos, 5% de Canadá y 15% de otros países. Lo que permite observar que el turista norteamericano es uno de los principales visitantes al país (Sectur, 2014).

Cabe mencionar que para algunos autores, nuestro país depende mucho de la demanda que ejerce el turismo norteamericano, particularmente los viajeros fronterizos quienes aprovechan la fluctuación del peso frente al dólar para viajar a nuestro país. Sin embargo, la demanda de este tipo de turistas es muy inestable (Sánchez y Cruz, 2016). De ahí la necesidad de promocionar más los lugares turísticos de México en otras naciones.

Por otra parte, de acuerdo al número de turistas nacionales y extranjeros que ocuparon un cuarto de hotel durante su visita, el cuadro 6 muestra que los dos principales destinos turísticos receptores de turistas fueron el Distrito Federal y Cancún, Quintana Roo con 16% en ambos casos durante el 2015. Le sigue Acapulco con 9%, la Riviera Maya con 5%, Jalisco con 5%, sólo por mencionar algunos lugares.

Algunos autores, como Rodríguez y Sánchez (2015), han realizado mediciones para conocer el impacto económico que la actividad turística tiene en

el país y, entre uno de los resultados que se encontraron, destacan que entre el 2004 y el 2012: “Quintana Roo es el estado que presenta las mayores contribuciones del sector turismo al crecimiento económico. Por ejemplo, para el año 2007 Quintana Roo registró una tasa de crecimiento de su economía del 6.26% de la cual 5.49% es atribuible directamente a las actividades turísticas, es decir, el 73.35% del crecimiento económico se debe directamente al turismo.

Cuadro n1: Llegada de turistas extranjeros y nacionales a hoteles de destinos turísticos en México en 2015

Destino	Llegada de turistas	Porcentaje
Total destinos monitoreados	70,050,039	100
Total 20 principales receptores	50,145,568	71.5
1. Distrito Federal	11,019,773	16
2. Cancún, Q. Roo	6,020,823	9
3. Acapulco, Gro.	4,590,910	7
4. Riviera Maya, Q Roo.	3,712,818	5
5. Guadalajara, Jal.	3,188,088	5
6. Veracruz, Ver.	2,665,880	4
7. Puebla, Pue.	2,093,835	3
8. Mazatlán, Sin.	1,921,951	3
9. Monterrey, N.L.	1,799,095	3
10. Puerto Vallarta, Jal.	1,675,516	2
11. Riviera Nayarit, Nay.	1,606,323	2
12. Los Cabos, B.C.S.	1,331,223	2
13. León, Gto.	1,304,913	2
14. Mérida, Yuc.	1,236,607	2
15. Nuevo Vallarta, Nay.	1,163,059	2
16. Tampico, Tams.	1,102,790	2
17. Querétaro, Qro.	1,048,535	1
18. Oaxaca, Oax.	952,587	1
19. Tijuana, B.C.	935,618	1
20. Playa del Carmen, Q Roo.	775,224	1

Fuente: Sectur (2015). Tabla Internacional Anual.

Este mismo Estado en el 2010 registró una tasa de crecimiento económico del 0.272% mientras que la contribución del turismo al crecimiento económico fue de 2.72” (Rodríguez y Sánchez, 2015: 528). Esta investigación señala que, sin embargo, en Chiapas,

⁴ El turismo de internación son los visitantes de otras naciones que se desplazan a México en su calidad de no residentes, por un periodo menor

a un año por cualquier motivo, sin obtener una remuneración del lugar visitado (Sectur, 2008).

Veracruz y Jalisco, la actividad turística tiene poco impacto económico.

Si dejamos de lado al Distrito Federal, tenemos que Cancún, Acapulco y la Riviera Maya son tres de los principales lugares turísticos de nuestro país (Cuadro 6). Se considera que los destinos de sol y playa son una tendencia atractiva importante para los turistas (Montaño, Pérez y De La O, 2014), y estos forman parte del rubro de descanso, recreación y vacaciones (Cuadro 3).

Por otro lado, en el 2014, el turismo fue una actividad importante generadora de empleos. Al respecto INEGI (2016:4) menciona que:

“Los Puestos de Trabajo Ocupados Remunerados (PTOR) que se estiman necesarios para llevar a cabo la producción de bienes y servicios turísticos fueron de 2.3 millones en el año 2014 y representaron el 5.8% del total que se generaron en la economía del país. Las actividades que crearon mayor aportación a los puestos de trabajo fueron los restaurantes, bares y centros nocturnos con 827,964, lo que equivale a 36.0% del total del sector, seguido del transporte de pasajeros con 16.2%, comercio turístico con 10.6%, la producción de artesanías con 9.6%, alojamiento con 6.2% y el resto con 21.4%”.

Si bien como se vio en el apartado anterior, la entrada de divisas y de turistas al país ha crecido en los últimos años; México necesita elevar su competitividad en lo que al turismo se refiere. Al respecto, en un estudio publicado por el Banco Interamericano de Desarrollo se mencionaba lo siguiente respecto a los retos que en nuestro país existen para elevar el ranking mundial:

“México ha sabido aprovechar el gran dinamismo del turismo internacional en las últimas décadas para situarse en octavo lugar en el ranking de destinos turísticos a nivel internacional. Sin embargo, se detecta cierta desaceleración del sector, tanto en relación con la actividad económica nacional respecto del mercado internacional. La promoción del turismo hacia el interior del país se ve obstaculizada por los problemas de seguridad

ciudadana y las limitaciones en infraestructura de transporte” (Altés, 2008).

En efecto, México hoy aún tiene importantes retos que limitan su competitividad⁵ en el turismo internacional, algunos de estos obstáculos son institucionales, de infraestructura, de educación y tecnológicos. En este sentido, el World Economic Forum (2016) ha realizado un *benchmarking* del nivel de competitividad de las naciones,⁶ de la información que ahí se localizó se retomaron aquellos factores que consideramos afecta de manera directa o indirecta las actividades turísticas en México y las comparamos con la de España, uno de los países europeos que se ha destacado internacionalmente en el turismo. Algunos de los datos que se desprenden de esta fuente son los siguientes:

- a) El índice global de competitividad de México fue de 51, respecto al de España que era de 32, es decir, a este último le fue mejor. Cabe mencionar que el peor índice internacional fue de 138 y lo ocupó Uganda.
- b) A nivel institucional el índice de competitividad de España es mejor que el de México, 55 y 116 respectivamente. El ambiente socioeconómico no es muy favorable para el turismo, ni para cualquier otro tipo de actividad económica, en nuestro país dado que las empresas pagan altos costos vinculados a la violencia, el terrorismo y el crimen organizado, hay poca credibilidad en la policía y los valores empresariales son cuestionados. Obsérvese cómo los índices que integran este rubro son mucho menores en el caso de España. Un mejor ambiente institucional facilita que el turismo decida visitar un país en la medida que genera confianza en los extranjeros para planear vacaciones y hacer negocios.
- c) Respecto a la infraestructura, el nivel de competitividad es mucho mejor en España que en nuestro país, 12 y 57% respectivamente. La calidad de las instalaciones al que arriban los extranjeros y la calidad de las vías carreteras, aéreas, ferroviarias y portuarias facilitan el desplazamiento de los turistas y son un factor de logística importante cuando se decide viajar por motivos de negocios o en plan vacacional. Respecto a este inciso y el “b”, se menciona que en México hay: “retraso en la implementación de infraestructura básica y servicios públicos en los destinos de playa que han crecido de forma rápida y/o desordenada, poniendo en riesgo su atractivo... problemas con la

⁵ Para los fines de este trabajo se considera que, en términos generales, la competitividad es: “el conjunto de instituciones, políticas y factores que determinan el nivel de la productividad de la economía, y que a su vez establece el nivel de prosperidad que el país puede lograr” (World Economic Forum, 2016, p. 4).

⁶ Este índice es un comparativo mundial de los países en donde se valoran 12 niveles, cada uno de los cuales a su vez se subdivide en subniveles. Estos

niveles son: 1) Instituciones, 2) Infraestructura, 3) Ambiente macroeconómico, 4) Salud y educación básica, 5) Entrenamiento y educación superior, 6) Eficiencia en el mercado de bienes, 7) Eficiencia en el mercado laboral, 8) Desarrollo del mercado financiero, 9) Preparación tecnológica, 10) Sofisticación en los negocios, y 11) Innovación. Algunos de los niveles y subniveles que se consideran se relacionan con el turismo se ubican en el cuadro 6.

- seguridad en las ciudades y en las carreteras, y las limitaciones en infraestructuras de transporte” (Altes, 2008).
- d) La calidad en el servicio y la atención al turista sin duda está asociado a la capacitación, al grado y calidad educativa de la población trabajadora que tiene un país. En el cuadro no. 6 se observa que el índice de educación superior y entrenamiento es también mejor en España (82) que en nuestra nación (31). De ahí que el Instituto Mexicano para la Competitividad (IMCO, 2013) recomiende que en México se eleve el nivel de capacitación y los servicios de educación que fortalezcan el turismo.
- e) De igual forma, los turistas buscan sitios en los cuales exista una buena infraestructura y calidad en los servicios de comunicación, en un mundo donde el internet se ha convertido en uno de los principales medios para estar informado respecto a: dónde ir, qué

y dónde comprar o dónde hospedarse. En relación con este punto se señala que internet está: “transformando al sector turístico en el mundo. En los últimos 10 años las reservaciones en línea han crecido rápidamente, especialmente en países con altas tasas de penetración y uso de tarjetas de crédito, como Estados Unidos y el Reino Unido donde hasta el 40% de las reservaciones del sector (boletos de aviación, hoteles y otros) se realizaron en línea. Por otro lado, internet también está afectando la toma de decisiones de los turistas, ya que existe más información sobre destinos y opciones para viajes” (IMCO, 2013: 34). Esta infraestructura forma parte del nivel de preparación tecnológica que tiene un país, como se puede observar en el cuadro no. 6, México esta con un 73%. Esto esto indica que también tiene un menor nivel de competitiva que el de España (25%).

Cuadro 6: Índice Global de Competitividad de México y España 2015. (Porcentajes).

México	51	España	32
Institucional	116	Institucional	55
- Costos de las empresas asociados al terrorismo	91	- Costos de las empresas asociados al terrorismo	60
- Costos de los negocios vinculados al crimen y la violencia	130	- Costos de los negocios vinculados al crimen y la violencia	26
- Crimen organizado	135	- Crimen organizado	32
- Credibilidad en los servicios de la policía	130	- Credibilidad en los servicios de la policía	16
- Ética en el comportamiento de las empresas	112	- Ética en el comportamiento de las empresas	72
Infraestructura	57	Infraestructura	12
- Calidad general de la infraestructura	69	- Calidad general de la infraestructura	17
- Calidad de las carreteras	58	- Calidad de las carreteras	17
- Calidad de la infraestructura ferroviaria	59	- Calidad de la infraestructura ferroviaria	8
- Calidad en la infraestructura portuaria	57	- Calidad en la infraestructura portuaria	16
- Calidad en la infraestructura del transporte aéreo	61	- Calidad en la infraestructura del transporte aéreo	14
Educación Superior y entrenamiento	82	Educación Superior y entrenamiento	31
- Calidad del sistema educativo	112	- Calidad del sistema educativo	31
- Calidad en las escuelas de administración	65	- Calidad en las escuelas de administración	14
- Grado de formación del personal	73	- Grado de formación del personal	93
Preparación tecnológico	73	Preparación tecnológica	25
- Ancho de banda de internet	89	- Ancho de banda de internet	34
- Usuarios de internet como proporción de la población.	66	- Usuarios de internet como proporción de la población	32
- Suscripciones de internet de banda ancha fija respecto a la población	65	- Suscripciones de internet de banda ancha fija respecto a la población	24

Fuente: Elaboración propia a partir de World Economic Forum (2016).

Algunos de los problemas de competitividad antes mencionados no son los únicos que frenan la posibilidad de generar mayor agregado en la actividad turística en México. Altés (2008:40) menciona que otros retos que tienen nuestro país son los siguientes: la concentración del turismo en pocas zonas, la dependencia del turismo norteamericano, la falta de coordinación y de planeación turística.

Otra forma de observar de manera más detallada si la actividad turística ha mejorado en México a través

del tiempo, es utilizando la información brindada por los reportes de competitividad turística y de viajes publicados por World Economic Forum. En nuestro caso vamos a comparar los dos años disponibles: el del 2009 y el del 2015.

Cabe mencionar que el índice de Competitividad de Viajes y Turismo (T & T):

“tiene como objetivo medir los factores y políticas que la hacen atractiva para desarrollar el sector de T & T en diferentes países. Se basa en

tres grandes categorías de las variables que facilitan o motor T & T competitividad. Estas categorías se resumen en los tres subíndices del índice: (1) el T & T subíndice marco regulatorio; (2) el subíndice entorno empresarial de T & T y la infraestructura; y (3) subíndice de recursos humanos, culturales y naturales” (World Economic Forum, 2009, p. XIII).

Cabe mencionar que en el 2015, World Economic Forum añadió nuevas categorías (temas) y subtemas,⁷ lo que dificultó hacer una comparación detallada entre esta y la publicada en el 2009 a nivel de todas las categorías y subcategorías. Sin embargo a fin de observar si el índice de competitividad turística y de viajes se ha modificado en México entre el 2009 y el 2015 se lograron identificar algunas subcategorías (indicadores) que se conservan en ambos años y que nos pueden servir de referencia para ver de qué manera mejoró y disminuyó nuestro país su rango de participación en el contexto internacional. Los indicadores que seleccionamos se encuentran resumidos en el cuadro 7.

Algunos aspectos interesantes que se pueden desprender de la síntesis son los que se describen a continuación:

- i) De los 22 indicadores considerados tanto para el año 2008 como para el 2015, la posición que ocupa México en el contexto internacional se mantuvo solamente en un caso: el número de sitios que forman parte del patrimonio mundial.
- ii) Solamente en seis indicadores, los cuales se encuentran sombreados, el rango que nuestro país ocupa cambió a un rango mejor. En este sentido cabe destacar que sobretodo se trata de indicadores vinculados a infraestructura. Por ejemplo, hay mejora en la calidad de las carreteras, las vías férreas y las portuarias. Otros de los indicadores que contribuyeron a este efecto positivo fueron los costos de los negocios asociados al terrorismo y la ampliación del staff.
- iii) Cabe destacar de los 15 indicadores restantes, México pasó a un rango inferior respecto al de otros países. Se destacan particularmente los siguientes casos: el rango de los costos de los negocios relacionados con el crimen y la violencia pasó de 71 a 133, lo que significa un descenso muy importante. También hay una baja en la confianza de los servicios de policía: de 123 a 127. A través de estos indicadores se detectaron algunos problemas asociados al impacto o participación del

gobierno en el sector turismo y de viajes, al respecto hubo un descenso en la priorización y gastos del gobierno en esta industria. De igual forma se observan problemas vinculados a la funcionalidad del marketing y los servicios que se ofrecen al turista (renta de autos, el internet, telefonía móvil y lugares donde se acepta tarjeta de crédito). Otro de los temas a destacar es el ambiental, en este sentido el posicionamiento internacional corresponde al rigor y aplicación de las medidas ambientales y la sustentabilidad (cuadro 7).

Cuadro 7: Índice Global de Competitividad de Turismo y Viajes en México: 2009-2015 (Porcentajes).

CATEGORÍA	RANGO 2009	RANGO 2015
Índice Global	51	30
Costos de los negocios por crimen y violencia	71	133
Confianza en los servicios de policía	123	127
Costos de los negocios por terrorismo	124	97
Calidad de las carreteras	66	52
Calidad de la infraestructura ferroviaria	72	63
Calidad en la infraestructura portuaria	94	62
Densidad de las carreteras	82	62
Priorización del gobierno de la industria turística y de viajes	38	49
Gastos de gobierno destinados a la industria turística y de viajes	38	43
Efectividad del marketing para atraer turistas	40	54
Habitaciones de hotel por cada 100 personas	51	59
Presencia de las principales compañías que rentan autos	23	35
Cajeros que aceptan tarjetas visa por millones de personas	50	70
Sustentabilidad en el desarrollo turístico y de viajes	48	60
Rigor de las regulaciones ambientales	74	71
Aplicación de las regulaciones ambientales	77	83
Amenaza de especies	130	137
Número de sitios que forman parte del patrimonio mundial	6	6
Ampliación del staff preparado	87	74
Prácticas de despido y contratación	90	101
Internet de banda ancha por cada 100	54	61
Suscripciones de teléfono móvil por cada 100	81	109

Fuente: Elaboración propia a partir de World Economic Forum (2009 y 2016).

⁷ Este reporte evaluó en el 2015 a 141 países y se consideraron 90 indicadores. Entre los temas que se consideran dentro de este estudio se encuentran los siguientes: Entorno institucional y el clima de negocios; Seguridad, transportes y salud; Mercados laborales y de recursos humanos; Sociedad de la información; Apertura externa y los servicios

disponibles a los turistas; Competitividad en precios; Recursos culturales y naturales disponibles y; Políticas de sostenibilidad y de preservación de los recursos locales. Sin embargo, cabe mencionar que si se compara este reporte con el de 2009 algunos de los indicadores desaparecen o cambian de nombre e incluso se modificaron algunos de los temas estudiados.

Consideramos que es importante atender los diferentes problemas que enfrenta México en el área de turismo, de otra manera será difícil elevar el *ranking* internacional, pues como señalan Ritchie y Crouch (2003: 2)

“la naturaleza única del turismo, la verdadera capacidad de un destino turístico para competir también implica sus fortalezas sociales, culturales, políticas, tecnológicas y ambientales... lo que hace que un destino turístico sea verdaderamente competitivo es su capacidad para incrementar los gastos turísticos, para atraer cada vez más a los visitantes proporcionándoles experiencias satisfactorias y memorables y para hacerlo de manera rentable, al tiempo que mejoran el bienestar de los residentes y preservando el capital natural del destino para las generaciones futuras”.

6 CONCLUSIONES

De acuerdo con la información presentada en este artículo, en el largo plazo, se esperan importantes cambios en la actividad turística internacional: particularmente se prevé un incremento en la llegada de turistas en Asia y el Pacífico, y en menor medida en África. Como resultado de la crisis y el estancamiento económico de algunas naciones, pero también de los conflictos bélicos y el incremento de edad en la pirámide poblacional, entre otros factores, el ritmo promedio de crecimiento de la actividad turística a nivel internacional decrecerá hacia el 2030.

De igual forma se estima que para el 2030, el fundamental propósito del turismo seguirá siendo el que se liga al descanso, recreación y vacaciones. Estos cambios se dan en un contexto en el que los turistas siguen incorporando el uso de nuevas tecnologías en sus decisiones para viajar, en donde el modelo de los negocios se está transformando y en el que la calidad de los servicios, la seguridad, la ética de los negocios, la infraestructura, y la sustentabilidad se ha convertido en algunos ejes de la competitividad turística. Lo que se busca es que el turismo se convierta en una actividad que favorezca el bienestar de una sociedad, facilite el emprendimiento, eleve la entrada de divisas y genere empleos bien remunerados.

Si bien, México ha venido avanzando en los estándares de competitividad respecto a otros destinos turísticos, aún no deja de estar en un nivel

medio del *ranking* internacional. Según el Índice Global de Competitividad de Turismo y Viajes, México ocupó el lugar 30 a nivel internacional durante el 2015.

Algunos de los obstáculos que existen en nuestro país y que limitan una mejora en dicho *ranking* son los siguientes: la inseguridad relacionada al crimen organizado y la violencia, falta calidad en infraestructura física y tecnológica, se requiere mejorar la participación del gobierno y un mayor impacto del gasto público en el sector turismo, es necesario diversificar la promoción turística hacia otros países a fin de disminuir la dependencia asociada a los turistas norteamericanos, también se requiere trabajar más en el impacto ambiental, la responsabilidad y la sustentabilidad asociadas a la actividad turística.

Estos son algunos de los principales retos que, en el mediano y largo plazo, nuestro país deberá enfrentar si es que desea permanecer y mejorar su nivel de competitividad turística en el escenario internacional.

REFERENCIAS

- Aguiló Eugine y Clavé Salvador, (2015). *20 retos del turismo en España*, Editorial Pirámide, España.
- Altés, Carmen (2008). *Turismo y Desarrollo en México: nota sectorial*, Banco Interamericano de Desarrollo, México.
- Bull, Adrián (1991). *La economía del sector turístico*. Ed. Alianza Economía, España.
- Casas, D. (2013). El desarrollo turístico residencial en la región Los Frailes – Punta Gorda, México: un estudio sobre su sustentabilidad. Centro de Investigaciones Biológicas del Noroeste, S.C. Programa de Estudio de Posgrado. Baja California Sur. Marzo del 2013.
- Cooper, C. (1997). *Turismo: principios y práctica*. México, Ed. Diana.
- De la Torre, O. (1997). *El Turismo: fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica.
- España, E. (2003). *Una aproximación al papel del turismo en el desarrollo*. I Viñas. Universidad de Barcelona.
- Fernández, F. L. (1991). *Historia general del turismo de masas*. Ed. Alianza Universidad de Textos, Madrid, España.
- IMCO (2013). *Nueva política turística para recuperar la competitividad del sector y detonar el desarrollo regional*, México.
- INEGI (2016). *Estadísticas a propósito del día mundial del turismo (27 de septiembre)*. Datos Nacionales, Aguascalientes, México.

- Jafar, J. (2005). *El turismo como disciplina científica*. Universidad de Wisconsin-Stout. Política y Sociedad. Vol. 42 No. 1 pp. 39-56.
- Jaimez, G. (2004). *Políticas Públicas y Turismo*. Sevilla, España en: <http://alud2.socialesyhumanas.dusto.es>
- Montaño, Angélica; Pérez Juan y De La O Verónica (2014), "Reposicionamiento para Destinos Turísticos Consolidados: el caso de los Cabos, México", *Cuadernos de Turismo*, no. 33, pp. 271-295.
- Organización Mundial del Turismo (2008). *Turismo de Cruceros: Situación actual y tendencias*, Madrid.
- Organización Mundial del Turismo (2015). *Panorama OMT del turismo internacional*, Edición 2015 UNWTO.
- Osorio, Maribel (2016). Calidad científica y editorial, temáticas e indicadores bibliométricos", *Revista Estudios y Perspectivas del Turismo*, vol. 25, pp. 539-557.
- PRODEGIST, (2003). *Secretaría de Turismo*. En: sectur.gob.mx
- Ritchie J. R. y Crouch Geoffrey (2003), *The Competitive Destination: a sustainable tourism perspective*, CABI Publishing, UK.
- Rodríguez Martín y Sánchez Enrique (2015), "La contribución del turismo al crecimiento económico: análisis regional de las principales entidades federativas en México", *Global Conference on Business and Finance Proceedings*, Volume 10, Number 1, pp. 523-532.
- Ruiz O. (2008). *Turismo: Factor de Desarrollo y Competitividad en México*. Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública comunitario, Documento de Trabajo núm. 46 Junio de 2008.
- Sánchez Fernando y Cruz José (2016), "Determinantes de los Flujos de Viajeros a México", *Revista de Análisis Económico*, vol. 31, n. 2, octubre, pp. 3-36.
- Sancho A. (2006). *Introducción al Turismo*. Magnitud y crecimiento de la industria turística. OMT, pp. 11-39.
- SECTUR, (2008). *Turismo de internación*. Página Web: Datatur.sectur.gob.mx
- SECTUR (2014). "Destaca la importancia del turismo como palanca de desarrollo, Datatur", en: <http://www.datatur.sectur.gob.mx/contenedor%20de%20noticias/destaca%20importancia%20del%20turismo%20como%20palanca%20de%20desarrollo%20ante%20legisladores%20alemanes%e2%80%8b.asp>
- Seguí L. (2006). *Hacia una Ciencia del Turismo: siguiendo los pasos de Georges Cazes*. Aportes y Transferencias. Vol. 2 (10), pp. 11-16.
- UNWTO (2011). *Tourism Towards 2030: Global overview*, Spain.
- UNWTO (2016). *Panorama OMT del Turismo Internacional*, España.
- Verduzco Basilio (2005). *Experiencia, necesidades y prioridades de investigación turística en México*. *Carta Económica Regional*, Año 17, núm. 94, octubre-diciembre, pp. 24-30.
- World Economic Forum, (2009). *The Travel & Tourism Competitiveness Report*, Switzerland.
- World Economic Forum, (2016). *The Global Competitiveness Report 2016-2017*, Switzerland.
- World Economic Forum, (2016). *The Travel & Tourism Competitiveness Report*, Geneva.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. PROCESSO GERAL

RLAT usa o Double-blind peer review que é a omissão das identidades de autores e revisores no parecer de originais. Deste modo os autores devem seguir alguns passos para garantir este processo:

Submeter apenas um arquivo de texto (editor Microsoft Word 2003 ou versão mais recente, ou no doc rtf), sem identificação, direta ou indireta, de autoria do manuscrito. Todas as informações pessoais sobre o autor (s) (nomes, afiliação instituição, país, endereço completo, número de telefone, e-mail e um conjunto de dados biográficos do autor (es) não superior a 60 palavras) será inserido no sistema website. Talvez, se houver qualquer necessidade, o autor (s) pode apresentar um documento adicional (Geralmente com informação específica sobre o papel (por exemplo, excel tabelas ou dados SPSS). Sobre como inserir o manuscrito e um documento complementar, por favor, consulte o conteúdo de este link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

Para garantir qualquer possível identificação de autoria no manuscrito, deve-se:

- Usar terceira pessoa para referir a trabalhos publicados anteriormente pelos autores do texto. Exemplo: Substituir "como analisamos no estudo" por "como foi analisado no estudo... (Anônimo, 2009).
- Remover qualquer afiliação autoral das figuras.
- Citar artigos publicados pelo autor do texto como segue: "[anônimo, 2009].
- Para blinding na lista de referência insira: "(Anônimo, 2009). Detalhes omitidos por double-blind reviewing".
- Remover agradecimentos
- Remover informações de autoria nas propriedades do documento.

2 MANUSCRITO

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Arial Narrow tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e à 2cm à direita e inferior, em papel A4. As citações diretas deverão utilizar a fonte 10 e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico).

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em inglês (resumo e título). Para os artigos escritos em inglês deve se acrescentar um resumo em espanhol.

Palavras chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras chave sobre o tema principal.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1 GENNERAL PROCESS

RLAT uses the double-blind peer review which is the omission of the identities of authors on the and reviewers on the original paper's process of reviewing. Thus, authors must follow some steps to ensure this process:

Submit ONLY ONE archive of the text (microsoft word editor 2003 or newer version, in rtf or doc) without direct or indirect identification of authorship (manuscript). ALL THE PERSONAL INFORMATION about the author(s) (names, affiliations, affiliated institution's country, complete mailing address, phone number, email and a biographical data of the author(s) not exceeding 60 words) will be inserted in the website system. Maybe, if there is any necessity, the author(s) could submit an additional document (generally with specific information about the paper (e.g. excel tables or SPSS data). About how to insert the manuscript and the supplementary document, please refer to the contents of this link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

To ensure any possible identification of authorship in the manuscript, you must:

- Use third person to refer to previously published works by the authors of the text. Example: replace "as we analyzed in the study" by "as was analyzed in the study. (Anonymous, 2009).
- Remove any copyright of affiliation.
- Quoting published articles by the author of the text as follows: "(anonymous, 2009).
- For blinding in the reference list enter "(anonymous, 2009). Details omitted by double-blind reviewing. "
- Remove thanks
- Remove copyright information in the document properties.

2 MANUSCRIPT

Languages: the manuscript can be write in Portuguese or English or Spanish or French.

Typography: The manuscript should be prepared with simple line spacing, font Arial Narrow, size 11, paginated with 3 cm margins on the left and top and 2 cm to the right and bottom, in A4 paper. Direct citations should use the 10 source and notes must have the same font, size 9. Do not use fonts or different sizes in the text. If you want to highlight any word or paragraph, use the same font in *cursive* (italic).

Abstract: The article should come accompanied by an abstract in the original language; write in 150-250 words, always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language. abstract in the vernacular language and foreign language (150 to 250 words), the internal divisions that consider necessary (usually, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgements (if applicable) and references.

Idiomas: o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (que não ultrapasse 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês deve ser enviado um resumo em português ou espanhol, assim como o título; palavras-chave (entre três a seis, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que fique legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referência: as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) e NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notas: as notas explicativas devem utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre ao final do texto do artigo, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Arial Narrow) no tamanho 9.

Para conhecer os critérios de avaliação consulte:

<https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Assim, alinhada às melhores práticas de publicação, nacionais e internacionais, RLAT exige o cumprimento dos seguintes critérios para publicação regular* de artigos:

1. O manuscrito submetido deve ser uma contribuição original e inédita amparada por alguma linha temática inserida no escopo da revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. O artigo não pode ter sido publicado previamente em nenhum periódico ou livro. Aceitam-se, no entanto, artigos apresentados em anais de congressos.
3. O texto não pode estar em avaliação, simultaneamente, em outro periódico, seja nacional ou internacional.

keywords: the text must contain between three and five keywords on the main theme of the paper and separated themselves by a dot.

Title: should be write in the original language and as well the abstract always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language.

Text: the text must possess an extension between 5,000 and 9,000 words to articles; and 3,000 to 5,000 for reflexive opinions (*pensatas*) and essays; and between 2,000 to 3,000 for research notes as well to book reviews.

Illustrations: illustrations (tables, graphs, diagrams, flowcharts, organization charts, engravings, photographs and other) and tables should be inserted in the text. All must have subtitles-title and source. Tables should follow the Tabular Presentation rules of the IBGE. Can use color images, while you should evaluate the possibility of using it in paper format, in black and white so that it is readable in the case of the print edition.

Abbreviations and acronyms: Should be defined clearly in its first use in the text.

Citations and reference: the references, as well as the citations in the body of the text should follow the standards of the Brazilian Association of technical norms NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) and NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notes: the explanatory notes should be use only if they are essential, and should be at the end of the text of the article, using the same font (Arial Narrow) in size 9.

To meet the evaluation criteria see:

<https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3. CONDITIONS FOR SUBMISSION

As part of the submission process, authors are required to check the conformity of the submission for all items listed below. Submissions that are not in accordance with the standards will be returned to the authors.

Thus, aligned with best practices, nationally and internationally, RLAT requires compliance with the following criteria for regular publication of articles:

1. The manuscript submitted should be original and unprecedented contribution bolstered by some thematic line inserted in the scope of the journal. Otherwise, you must justify in "Comments to the Editor."
2. The article may not have been previously published in any journal or book. We accept, however, papers presented at congresses.

4. Os artigos poderão ter, no máximo, 3 (três) coautores, além do autor principal, totalizando assim, no máximo, 4 (quatro) pessoas por manuscrito.
5. RLAT se reserva ao direito de postergar a uma edição ou volume (ano) subsequente um artigo aprovado, caso os autores ou coautores de uma mesma instituição já tenham publicado algum artigo no ano corrente, de forma a não ultrapassar 20% de concentração de origem de instituições, assegurando assim o cumprimento de critérios nacionais (e recomendações internacionais) de avaliação de periódicos.
6. Do mesmo modo, a fim de evitar concentração, RLAT publicará apenas 1 texto de um mesmo autor por ano. Caso o autor tenha outro manuscrito aprovado, o mesmo será postergado para o ano seguinte.
7. RLAT não publicará artigos nos quais o editor chefe e/ou editores associados figurem como autores ou coautores.
8. RLAT poderá publicar manuscritos de autores ou coautores do Conselho Editorial, de membros do Conselho Científico e pessoas da própria Universidade Federal de Juiz de Fora se, e somente se, estes não estejam envolvidos nos processos de avaliação do artigo.
9. A fim de evitar endogenia, artigos da UFJF serão publicados, em no máximo 20% (4,8 artigos ao ano).
10. Mesmo que cumpram os demais requisitos, só serão aceitos em *desk review* para prosseguir no processo editorial os manuscritos que estejam livres de identificação dos autores. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo através da opção "Propriedades no Word", garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
11. As informações relativas a autoria deverão ser preenchidas diretamente no sistema, na aba metadados.
12. Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). Os artigos que, porventura, ultrapassem este tamanho poderão ser enviados diretamente pelo e-mail da revista: <RLAT.ufjf@gmail.com>.
13. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 11-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
3. The text may not be at the same time on review in another journal, whether national or international.
4. Articles can have a maximum of 3 (three) co-authors, besides the main author, totaling so a maximum (and exceptionally) of 4 (four) persons per manuscript.
5. RLAT reserves itself the right to postpone the edition or volume (year) subsequent an article is approved, if the authors or co-authors of the same have already posted some article in the current year, so as not to exceed 20% of the source concentration of institutions, thereby ensuring the fulfillment of national criteria (and international recommendations) periodic assessment.
6. Likewise, in order to avoid concentration, RLAT publish only 1 (one) text from one author per year. If the author has another manuscript approved, it will be postponed to the following year.
7. RLAT does not publish articles in which the editor and/or associated editors list as authors or co-authors.
8. RLAT may publish manuscripts of authors or co-authors of the Editorial Board, members of the Scientific Board and people from the Universidade Federal de Juiz de Fora if, and only if, they are not involved in the process of evaluating the proper (or friend's) article.
9. In order to avoid endogenic concentration UFJF articles will be published, in a maximum of 20% (4.8 items per year).
10. Even if you meet the other requirements, will only be accepted on *desk review* to proceed in the editorial process the manuscripts that are free from identification of the authors. The identification of authorship of the work must be removed from the archive via the option "properties in Word", guaranteeing in this way the confidentiality criteria, if submitted for peer review (e.g. articles), as per available in Ensuring the Blind Peer Review. **ATTENTION!** This condition is essential for the text to start the editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
11. Information of the authorship must be filled directly in the system, in the metadata tab.
12. The files for submission must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as you don't exceed 2 MB). Papers which, perhaps, exceed this size can be sent directly via email to the journal: <RLAT.ufjf@gmail.com>.
14. O texto deve utilizar o sistema brasileiro de citações e referências, conforme disposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT (norma 6023). O detalhamento completo dos padrões de estilo e requisitos bibliográficos estão descritos em Diretrizes

para Autores, na seção Sobre a Revista. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.

15. Todos os endereços "URL" devem estar ativos.
16. Os artigos devem cumprir todos os tramites do processo editorial (cf. Política de Avaliação).

4 DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Aviso de Direito Autoral Creative Commons Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicarem nesta revista devem concordar com os seguintes termos relativos aos Direitos Autorais:

(a) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#) que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

(b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

(c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).

5 POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

13. The text is single-spaced; uses an 11-point font; italics instead of underlining employs (except in URL addresses); the figures and tables should be included in the text, not at the end of the document, such as attachments.

14. The text should use the Brazilian system of citations and references, as stated by the Brazilian Association of technical standards ABNT (6023 standard). Full details of the style patterns and bibliographic requirements are described in [Guidelines to Authors](#), in the section About the Journal. **ATTENTION!** This condition is essential to start the text editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.

15. All addresses "URL" must be on active status.

16. Articles must meet all the proceedings of the editorial process (cf. Evaluation Policy).

4. COPYRIGHT DECLARATION

Creative Commons Copyright notice and Policy for open Access Journals

Authors who publish in this journal must agree with the following terms relating to copyrights

(a) Authors keep all copyright and grant the journal the right of first publication, with the work simultaneously licensed under the Creative Commons Attribution License that allows job sharing with recognition of authorship of the paper and initial publication in this journal.

(b) Authors are allowed to assume additional contracts separately, for non-exclusive distribution of the version of the work published in this journal (e.g. publish in institutional repository or book chapter), with recognition of authorship and initial publication in this journal.

(c) authors are allowed and are encouraged to publish and distribute their work online (e.g. in institutional repositories or on your personal page) at any point before or during the editorial process, as this can generate productive changes, as well as increase the impact and citation of published work (see the effect of Free Access).

5. PRIVACY POLICY

The names and addresses reported in this journal will be used exclusively for the services rendered by this publication is not available for other purposes or to third parties.